

ISSN 1983-9391

# Revista Brasileira de Ecoturismo

Brazilian Ecotourism Journal

Volume 2, Nº 3, Setembro 2009



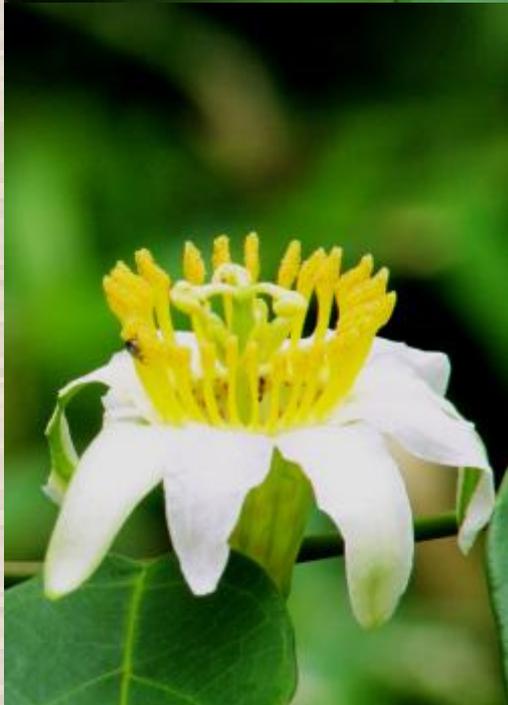
# Revista Brasileira de Ecoturismo

## Volume 02, Número 03, setembro de 2009

---

Publicação da Sociedade Brasileira de Ecoturismo

Os artigos aqui publicados refletem a posição de seus autores e são de sua inteira responsabilidade.



### **Editor-Chefe**

Prof. Dr. **Zysman Neiman**

### **Editores:**

Prof. Dr. **Alexandre de Gusmão Pedrini**

Profa. Dra. **Vivian Castilho da Costa**

### **Editor Executivo Junior**

Prof. Esp. **Carlos Eduardo Silva**

### **Editoras de Idiomas**

**Malila Carvalho de Almeida Prado**

**Mônica Ribeiro Gusmão Saba**

### **Capa**

**Lucas Neiman**

### **Fotos**

**Zysman Neiman**

### **Comitê Avaliador:**

Prof. Dr. **Alexandre de Gusmão Pedrini**

Profa. Dra. **Ana María Wegmann Saquel**

Profa. Dra. **Andrea Rabinovici**

Profa. Dra. **Beatriz Veroneze Stigliano**

Profa. Dra. **Célia Maria de Toledo Serrano**

Prof. Dr. **Davis Gruber Sansolo**

Prof. Dr. **Eduardo Humberto Ditt**

Prof. Dr. **Flávio José de Lima Silva**

Prof. Dr. **Giovanni de Farias Seabra**

Arq. **Hector Ceballos-Lascurain**

Profa. Dra. **Heloisa Turini Bruhns**

Prof. Drando. **Heros Augusto Santos Lobo**

Prof. Dra. **Ivani Ferreira de Faria**

Prof. Dr. **Jesús Manuel López Bonilla**

Profa. Dra. **Lilia dos Santos Seabra**

Prof. Dr. **José Artur Barroso Fernandes**

Prof. Dr. **José Martins da Silva Júnior**

Profa. Dra. **Marilia Cunha Lignon**

Profa. Dra. **Marta de Azevedo Irving**

Prof. Dr. **Milton Augusto Pasquotto Mariani**

Profa. Dra. **Nadja Castilho da Costa**

Prof. Dr. **Pedro de Alcântara Bittencourt Césat**

Prof. Dr. **Sidnei Raimundo**

Profa. Dra. **Solange Terezinha de Lima Guimarães**

Profa. Dra. **Sueli Ângelo Furlan**

Prof.a. Dra. **Suzana Machado Padua**

Profa. Dra. **Vivian Castilho da Costa**

Prof. Dr. **Zysman Neiman**

---

# SUMÁRIO

---

APRESENTAÇÃO.....	198
-------------------	-----

EDITORAL.....	199
---------------	-----

## ARTIGOS

Pescadores Profissionais Urbanos de Corumbá/MS e suas Relações com a Atividade Turística Sustentável.....	205
Milton Augusto Pasquotto Mariani, Francisco Leonor de Amarilio, Dyego de Oliveira Arruda	

<i>Professional Urban Fishermen from Corumbá/MS, Brazil, and their relationships with the Sustainable Touristic Activity</i> .....	205
Milton Augusto Pasquotto Mariani, Francisco Leonor de Amarilio, Dyego de Oliveira Arruda	

Turismo Rural e Geração de Resíduos Sólidos em Lomba Grande - Novo Hamburgo - RS....	239
Roberto Naime, Sérgio Carvalho	

<i>Tourism Development and Generation of Solid Waste in Lomba Grande - Novo Hamburgo - RS, Brazil</i> .....	239
Roberto Naime, Sérgio Carvalho	

Pagamento por Serviços Ambientais aliando Conservação e Ecoturismo.....	255
Marco Aurélio Pereira, Wildes Gomes de Campos	

<i>Payments for environmental services combining conservation and Ecotourism</i> .....	256
Marco Aurélio Pereira, Wildes Gomes de Campos	

Gestão do Uso Público em Unidade de Conservação: a Visitação no Parque Nacional da Tijuca – RJ.....	273
Ricardo Rodrigues Malta, Nadja Maria Castilho da Costa	

<i>Public Use Management in Conservation Area: the Visitation of Tijuca National Park</i> .....	274
Ricardo Rodrigues Malta, Nadja Maria Castilho da Costa	

## RESENHA

Seria o Rio de Janeiro uma referência para a Gestão Participativa em Unidades de Conservação? .....	297
Carlos Eduardo Silva	

---

# APRESENTAÇÃO

---

A REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO (RBEcotur) é uma publicação eletrônica quadrimestral produzida pela Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBEcotur), sendo expressão do esforço dos profissionais nela envolvidos: editores e outros colaboradores. Criada em 2008, seus volumes são editados exclusivamente na formatação eletrônica *on line* (SEER). Por decisão da Plenária do VIº Congresso Nacional de Ecoturismo (Itatiaia - RJ, 2007) os números iniciais estão sob responsabilidade do Instituto Physis - Cultura & Ambiente, até que a Sociedade Brasileira de Ecoturismo eleja sua primeira Diretoria e aprove os Estatutos, o que deve ocorrer VIIº Congresso Nacional de Ecoturismo, em novembro de 2009, no Estado do Espírito Santo.

Publica artigos inéditos de caráter científico com o objetivo de atender diferentes profissionais diante dos vários contextos de estudos e pesquisas em Ecoturismo e atividades afins, contribuindo para a difusão, diálogo e intercâmbio de conhecimentos teóricos ou aplicados, bem como para a formação de redes. Propõem-se a promover um amplo debate entre o poder público e privado, as operadoras, as agências, ONGs e instituições de ensino e pesquisa, principalmente no que tange a aplicação do planejamento e manejo do Ecoturismo voltado a práticas de mínimo impacto.

A transferência e troca desses conhecimentos são de suma importância para que a análise e a prevenção dos impactos do Ecoturismo e atividades afins se constituam em ferramenta imprescindível para dar subsídio à manutenção das práticas de preservação e ao planejamento estratégico de atividades de lazer, interpretativas da natureza e de Educação Ambiental, ligadas à conservação dos recursos naturais.

São os seguintes os eixos temáticos desta revista:

- **Eixo 1** - Ecoturismo e Educação Ambiental
- **Eixo 2** - Planejamento e Gestão do Ecoturismo
- **Eixo 3** - Manejo e Conservação dos recursos naturais através do Turismo Sustentável
- **Eixo 4** - Ensino, Pesquisa e Extensão em Ecoturismo
- **Eixo 5** - Ecoturismo de Base Comunitária

O Ecoturismo é uma prática que precisa ser mais bem estudada e compreendida pois, apesar de já ser praticado há mais de cem anos (desde a criação dos primeiros parques nacionais no mundo: *Yellowstone e Yosemite*), só nos últimos anos do século XX se configurou como um fenômeno crescente e economicamente significativo.

Embora os seus princípios e diretrizes estejam claramente estabelecidos e pareçam conceitualmente compreendidos pelos profissionais da área, na prática, o Ecoturismo carece ainda de uma visão estratégica, que promova seu desenvolvimento em nível nacional. Esta afirmação é especialmente verdadeira quando são analisados os projetos de desenvolvimento em implementação no Brasil e as dificuldades no planejamento e obtenção de resultados referentes aos compromissos com a Sustentabilidade.

Assim, convidamos todos os pesquisadores e produtores de conhecimento em Ecoturismo e áreas afins a somar seus esforços aos nossos, divulgando suas idéias nas edições da REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO.

Prof. Dr. Zysman Neiman  
Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini  
Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

**Editores da RBEcotur**

---

# EDITORIAL

---

A publicação deste último número do segundo volume da Revista Brasileira de Ecoturismo significa o cumprimento de nosso primeiro ano de existência. Desde o lançamento do volume inaugural, no dia da árvore, 21 de setembro de 2008, nosso trabalho está direcionado para a consolidação definitiva de nossa Revista.

Neste número estão presentes quatro contribuições acadêmicas. O primeiro artigo, “Ecoturismo construindo a materialidade dos assentamentos: uma história de legitimação da terra no Distrito Federal-DF”, de autoria de Juarez Martins Rodrigues, apresenta um estudo sobre processos participativos como vetores de instrumentalização e implementação de políticas e o incremento de projetos sustentáveis, junto aos trabalhadores rurais de projetos de assentamentos. Através de entrevistas realizadas com os próprios agricultores, é feita uma análise de como o Ecoturismo pode contribuir para o fortalecimento de sua representatividade política junto às instituições governamentais e junto à sociedade.

No segundo artigo, Ecoturismo e conservação ambiental: contextualizações gerais e reflexões sobre a prática”, Gabriela Barros Rodrigues e Ozelito Possidônio de Amarante-Junior fazem uma reflexão sobre as práticas de Ecoturismo existentes no Brasil a partir de uma revisão da literatura e, principalmente, da experiência empírica dos mesmos, que percorreram diversos destinos do país analisando os impactos positivos e negativos dessa atividade. O texto ainda fomenta a discussão sobre os equívocos cometidos na comercialização e no uso do termo Ecoturismo, alertando que isso vem provocando danos aos ambientes onde a atividade poderia, em outros moldes, se apresentar como alternativa de desenvolvimento local.

No terceiro artigo, somos brindados com um ensaio bastante abrangente sobre “Representação Social da Educação Ambiental e sua contribuição ao turismo”. Partindo de um eclético referencial teórico, Rafael Angelo Fortunato contextualiza o momento atual da chamada Educação para as Sociedades Sustentáveis, auferindo a sua representação social tendo como padrão de qualidade o modelo ecossistêmico de cultura. O autor defende que, para que a Educação Ambiental possa contribuir com a sustentabilidade na atividade turística, é necessário que seja realizado uma ampla re-qualificação do senso comum relativo ao seu entendimento, aproximando-o do paradigma da complexidade.

Este número é concluído com uma resenha do recém-lançado livro “Parques Estaduais do Rio de Janeiro: construindo novas práticas para a gestão”, livro este organizado por Marta de Azevedo Irving, Gian Mario Giuliani e Carlos Frederico B. Loureiro. Nesta resenha, Andréa Rabinovici dirige aos organizadores do livro a seguinte pergunta: “seria o Rio de Janeiro uma referência para a Gestão Participativa em Unidades de Conservação?”. A resposta a esta questão é o mote de debates tanto do livro quanto da resenha.

Como de praxe, para encerrar, resta-nos anunciar a chegada de mais três novos membros ao nosso Comitê de Avaliadores. São eles os renomados pesquisadores Prof. Dr. Jesús Manuel López Bonilla Universidad de Sevilla (España), Profa. Dra Andréa Rabinovici, da Universidade Federal de São Carlos e o Prof. Dr. Eduardo Humberto Ditt, da Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade. A presença de mais esses ilustres professores é motivo de muita alegria para a Equipe de Editores, pois temos a certeza que com a colabora-

---

---

ção deles e de todos os demais, nossa Revista vem, a cada edição, aprimorando sua qualidade. Sejam bem-vindos os novos avaliadores e boa leitura a todos!

Zysman Neiman  
Editor Chefe

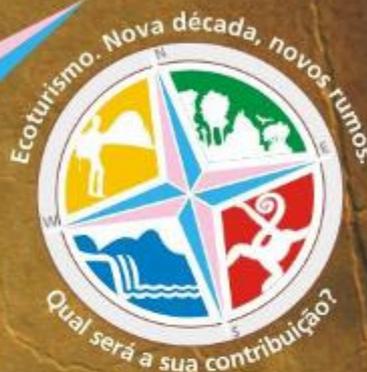
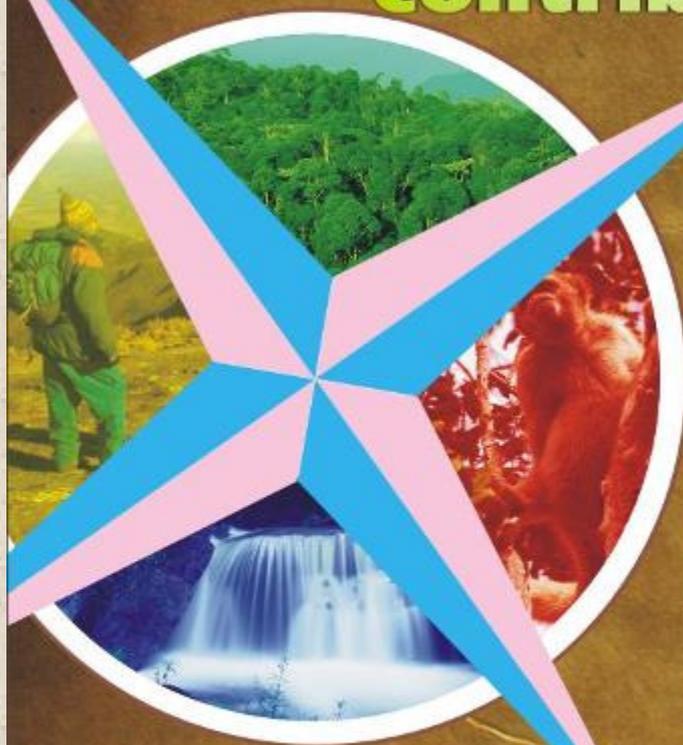
---

# Ecoturismo

Nova década, novos rumos.

Qual será sua

## contribuição?



Participe do VII Congresso Nacional de Ecoturismo e o III Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação e ajude a decidir os novos rumos do ecoturismo no Brasil.

O evento, certificado como **QUALIS B2**, promoverá um amplo debate sobre o planejamento e o manejo do ecoturismo voltado às práticas de mínimo impacto, reunindo profissionais das universidades e instituições de ensino em geral, do setor público e da iniciativa privada, comunidades tradicionais e locais, organizações não-governamentais e estudantes.

Seja parte deste movimento de intenso aprimoramento do ecoturismo brasileiro. Entre no site e contribua para a realização do evento.

E então, qual será a sua contribuição?



## VII CONECOTUR

Congresso Nacional de Ecoturismo

## III ECOUC

Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação

17 a 22 de novembro de 2009  
Espírito Santo

[www.ecoturismocapixaba.org.br](http://www.ecoturismocapixaba.org.br)  
(27) 9969-0395 / fax: (27) 3337-2615

Realização:



Patrocínio:



Transportadora aérea oficial do evento:





**Às terras sem nomes e sem números  
descia o vento de outros domínios  
trazia a chuva fios celestes,  
e o deus dos altares empapados  
devolvia as flores e as vidas.  
Na fertilidade crescia o tempo.**

**(Canto Geral, Pablo Neruda)**

Nota dos Editores:

O Buriti (*Mauritia flexuosa*), presente no logotipo da RBEcotur, é uma homenagem à Pindorama, a “Terra das Palmeiras”, com suas paisagens de grande potencial para o ecoturismo, bem como às suas veredas, que compõem alguns dos mais expressivos e belos conjuntos cênicos de nosso país.

A cada número da Revista, uma árvore brasileira será evocada. Neste número a espécie homenageada é a Araucária (*Araucaria angustifolia*), árvore comum na Região Sul, especialmente no Estado do Paraná, que a tem como espécie símbolo. Suas sementes, os pinhões, são importante item na alimentação, desde os índios, que chamavam a árvore de *curi*. Está em perigo, pois vem sendo muito explorada ao longo de toda sua área de ocorrência.



**SEÇÃO**  
**ARTIGOS**

---

O rio que fazia uma volta atrás de nossa casa  
era a imagem de um vidro mole que fazia uma  
volta atrás de casa.  
Passou um homem depois e disse: Essa volta  
que o rio faz por trás de sua casa se chama enseada.  
Não era mais a imagem de uma cobra de vidro  
que fazia uma volta atrás de casa.  
Era uma enseada.  
Acho que o nome empobreceu  
a imagem.

(Manoel de Barros)





## **Pescadores Profissionais Urbanos de Corumbá/MS e suas Relações com a Atividade Turística Sustentável**

***Milton Augusto Pasquotto Mariani, Francisco Leonor de Amarilio, Dyego de Oliveira Arruda***

### **RESUMO**

A pesca, seja em sua forma profissional ou amadora, é uma das principais atividades econômicas do Pantanal Sul, empregando e gerando renda para grande contingente de pessoas. No entanto, ela vem passando por um período de re-estruturação. Contemporaneamente, há estudos tratam de um prospecto de diminuição da pesca amadora, seja pela rigidez das leis ambientais ou pela diminuição dos estoques de pescado dos rios da região. Isso faz com que muitos pescadores profissionais se ressintam do fato, uma vez que eles, em certa medida, também dependem da pesca amadora. Desta feita, este estudo teve como objetivo elaborar um perfil dos anseios e percepções dos pescadores profissionais, de modo a estipular iniciativas que visem a atender suas principais demandas. Tendo isto em vista, foram aplicados 300 questionários semi-estruturados na área urbana de Corumbá com um grupo de pescadores profissionais, de modo que se constatou que é grande a possibilidade que esses indivíduos têm de se integrar a atividade do Ecoturismo, que apresenta visíveis meios de desenvolver-se vertiginosamente na localidade em voga, gerando renda para a cidade, o que perfaz uma das principais demandas dos pescadores profissionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pescadores Profissionais; Ecoturismo; Corumbá

### ***Professional Urban Fishermen from Corumbá/MS, Brazil, and their relationships with the Sustainable Touristic Activity***

### **ABSTRACT**

Fishing, in its professional or amateur way, is one of the main economical activities in South Pantanal, which employs and generates income for a great deal of people. However, it has been passing through a period of restructuration. Contemporarily, there have been studies which show a prospect of decrease in the amateur fishing, due to the strictness of environmental laws or the reduction in fish stocks at the local rivers. This makes many professional fishermen feel resented as they, in a certain way, are also dependent on amateur fishing. Therefore, the study aims to make a profile of the professional fishermen's wishes and perceptions in such a way that initiatives to answer their main demands could be stipulated. By taking this fact into account, 300 semi-structured interviews were conducted in the urban area of Corumbá with a group of professional fishermen, in which it was stated that there is a high possibility of their integration into the Ecotourism activities, which show visible ways of development in the area, making it possible to generate income to the city, what meets one of the main professional fishermen's demands.

**KEYWORDS:** Professional Fishermen; Ecotourism; Corumbá.

## Introdução

A pesca é uma das principais atividades econômicas, sociais e ambientais desenvolvidas no Pantanal Sul-Mato-Grossense, praticada por uma gama de indivíduos, dentre os quais: os pescadores profissionais artesanais, que têm na atividade pesqueira sua principal fonte de renda, e utilizam na efetivação de seus trabalhos instrumentos de baixa predação ambiental (como a canoa de um pau, linhada de mão ou bóias com anzóis); os pescadores amadores que, via de regra, são turistas que praticam a pesca como forma de lazer e utilizam equipamentos com nível tecnológico agregado os mais diversos possíveis; e os indivíduos que capturam o pescado como mera forma de subsistência, artesanalmente, não comercializando o produto de seu trabalho.

Cada um dos sujeitos supracitados, com seus respectivos níveis de importância, traz benefícios, sejam diretos ou indiretos, para a cidade de Corumbá, receptáculo da atividade turística pesqueira que por ora analisa-se. Dentre os benefícios locais diretos pode-se citar a apropriação e venda do pescado, com a consequente geração de emprego e renda, movimentando a economia local. Não obstante, no que tange aos benefícios indiretos, faz-se *mister* salientar a expansão e fomento da atividade turística, com a consecução de seus decorrentes valores agregados – como a renda advinda de maior movimentação de bares, hotéis, restaurantes e empresas de turismo da localidade.

A exploração pesqueira no Pantanal é feita historicamente pelos pescadores profissionais que capturam e vendem o peixe *in natura*, sendo que há registros de que o volume de desembarque através desta atividade já foi bem maior que o percebido atualmente (MIGUEL VIEIRA, 1983, *apud* CATELLA, 2001). Não obstante, em detrimento da diminuição da pesca profissional, observa-se, sobretudo nas duas últimas décadas até o início do século XXI, um incremento crescente na pesca amadora, tanto em termos de número absoluto de visitantes, quanto em termos de pescado extraído dos rios por esses indivíduos.

Dentre os motivos que explicam a redução da atividade pesqueira profissional estão, sobretudo, a queda do quantitativo de peixes disponíveis para a pesca em virtude do aumento crescente do pescado extraído pelos pescadores amadores, além do baixo valor agregado da pesca profissional em comparação às movimentações decorrentes do turismo de pesca. Isso forçou muitos profissionais a abandonarem suas atividades pesqueiras cotidianas e se destinarem a funções que visam ao atendimento dos anseios dos turistas, como trabalhos de piloto, guia de pesca e catador de isca.

Nos dizeres de Catella (2003), a concorrência da pesca amadora (com impacto sobre o estoque pesqueiro) e as demandas por serviços a ela associada, fizeram com que muitos pescadores optassem por trabalhar como pilotos, conduzindo os turistas na pesca esportiva ou amadora. Trata-se, notadamente, de um serviço paliativo e

informal, que em detrimento das aparências que mostra ter, não constitui oportunidade para todo o grupo de pescadores profissionais, mas mera opção forçada de garantia de subsistência para alguns, num contexto onde tais garantias são cada vez mais escassas.

Uma das consequências desse processo é a sobrepesca, por exemplo, do Pacu (*Piaractus mesopotamicus*), que é um dos peixes mais visados pelos pescadores amadores e cuja captura vem diminuindo a uma taxa média aproximada de 18% ao ano, desde 1994, para o Estado de Mato Grosso do Sul (CATELLA, 2001). À revelia deste fato, outras espécies de peixe também têm sido predadas de forma intensiva.

Nesse viés, denota-se que o incremento da pesca amadora tem sido feito, em muitas ocasiões, de forma negligente à necessidade de conservação dos recursos naturais. Assim, boa parte do estoque pesqueiro foi abalada com o crescimento desordenado da movimentação de turistas atraídos pelos vastos rios piscosos do Pantanal Sul-Mato-Grossense. Tais turistas, em muitas ocasiões, também são responsáveis por exacerbado impacto sobre o ambiente no que tange à poluição dos rios e à construção de empreendimentos turísticos a eles destinados com o intento de atraí-los, exercendo pressão sobre os recursos naturais.

Face a esses fatos, houve, pois, a necessidade de se estipular meios que coibissem a prática negligente do turismo voltado à pesca amadora, de modo a se criar noções de sustentabilidade na gestão dos recursos naturais. Na visão de Ruschmann (1997) tais meios, ditos sustentáveis, viriam de encontro à prevenção dos impactos ambientais danosos do turismo, prolongando o ciclo de vida turístico de uma dada localidade.

Para atender a esses anseios foi criado, em 1994, O Sistema de Controle de Pesca do Mato Grosso do Sul (SCPESCA/MS), que teve como objetivo lograr uma caracterização geral da pesca no Pantanal Sul-Mato-Grossense, de modo a acumular informações que visem a identificar as principais tendências, tanto das espécies de peixes exploradas quanto dos aspectos sócio-econômicos da pesca. Esse sistema foi fruto de uma parceria entre o 15º Batalhão de Polícia Militar Ambiental do Mato Grosso do Sul (15º BPMA-MS); A Secretaria de Estado e Meio Ambiente (SEMA-MS); e a EMBRAPA Pantanal, com seus estudos acerca da temática em voga.

Por meio das pesquisas da SCPESCA/MS (1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999) constatou-se que a participação atual da categoria profissional está em torno de 20%, ao passo que a da pesca amadora está em cerca de 80% do total de pescado extraído dos rios do Pantanal de Mato Grosso do Sul. Não obstante, em detrimento destes números expressivos acerca da pesca amadora, a prática de tal modalidade vem apresentando tendências de entrar em decréscimo nos próximos anos em virtude, sobretudo, de um maior rigor na fiscalização das especificidades do pescado obtido, em decorrência dos impactos danosos do crescimento desordenado deste setor. Nesse ínterim, Catella (2003) deixa claro que o número de pescadores esportivos (turistas) no Pantanal Sul vem diminuindo cada vez mais: 59 mil em 1999, 43 mil em

2000, 35mil em 2001 e 30 mil em 2002.

Dentre os instrumentos para coibir a pesca amadora predatória estão, notadamente, a obrigatoriedade, pelo pescador, do porte de uma licença de pesca amadora, expedida pelo IBAMA, além de um maior rigor na fiscalização do tamanho do pescado extraído dos rios, do peso, bem como da necessidade de proibição da pesca em períodos de piracema. Essas ações já afugentaram alguns turistas, fazendo com que a economia da região se ressentisse da sua diminuição e dos conseqüentes gastos diretos e indiretos que, via de regra, eles têm.

Tais meios de fiscalização intensiva são cruciais, no que tange à pesca, para a conservação dos recursos naturais e reversão dos quadros de diminuição intensiva dos estoques de pescado nos rios do Pantanal Sul-Mato-Grossense, mantendo assim as atividades dos pescadores profissionais. Nesse sentido, vão de encontro à manutenção de uma manifestação cultural há tempos evidente na região, que é o fenômeno da pesca para os pescadores profissionais, que herdaram costumes e tradições de seus antepassados.

Deste modo, face à possível consolidação de uma situação de progressivo declínio da pesca amadora e do conseqüente desaquecimento do setor turístico pesqueiro no Pantanal, uma situação se apresenta como sendo de urgente reflexão: Como fomentar o turismo e, por conseguinte, os setores econômicos de Corumbá, que é a principal cidade do Pantanal de Mato Grosso do Sul, mesmo com o declínio da pesca amadora?

Esta resposta está, pois na diversificação dos produtos turísticos oferecidos pela cidade de Corumbá e na implementação do *trade* turístico da localidade. Tais fatos devem estar em consonância com o protagonismo dos interesses dos pescadores profissionais, que constituem um contingente significativo da população de Corumbá e apresentam exacerbada possibilidade de fomentar o Ecoturismo, que possui meios de expansão face às demandas atuais das sociedades contemporâneas, que anseiam por áreas verdes preservadas e por conhecimentos acerca de representações culturais as mais variadas possíveis.

Segundo MICT/MMA (BRASIL, 1994a), o Ecoturismo surge como um dos mais importantes instrumentos de viabilização econômica para o gerenciamento correto dos recursos naturais, oferecendo aos indivíduos uma alternativa digna de conquistar seu sustento e uma vida melhor, ao mesmo tempo em que assegura às gerações futuras, o acesso aos legados da natureza.

Desta feita, em face das questões delineadas, este trabalho tem como objetivo analisar o envolvimento dos pescadores profissionais na atividade do turismo, de modo a correlacionar os anseios desses grupos com a necessidade de fomento da atividade do Ecoturismo, que se faz urgente como instrumento de conservação dos recursos naturais, e apresenta-se como modalidade turística que possui vasta demanda e é passível de ser implantada na localidade analisada, gerando renda.

## Descrição da Área e dos Sujeitos Analisados

Corumbá é a principal e mais antiga cidade da porção oeste do estado de Mato Grosso do Sul, sendo porta de entrada para o Pantanal Sul-Mato-Grossense, razão pela qual foi apelidada de “capital do pantanal” (Figura 1). Esses fatores, aliados à contigüidade que o município exerce com o Paraguai e a Bolívia, formando uma espécie de grande rede urbana com quase 150 mil pessoas, faz com que o choque de culturas na localidade seja demasiadamente grande, o que pode ser utilizado como atrativo para turistas, além das belezas naturais da região (ITO, 2000).



Figura 1: Localização Geográfica de Cidade de Corumbá, no Mato Grosso do Sul (Montagem de Raphael Lorenzeto de Abreu).

Ademais, conforme Ito (2000) Corumbá é a terceira cidade mais importante do estado em termos econômicos, culturais e populacionais, depois de Campo Grande (capital de Mato Grosso do Sul) e Dourados (segunda cidade mais importante). Apresenta um porto fluvial que serve como mecanismo de escoamento da produção extrativa da região, sobretudo de minérios, o que faz da cidade um relevante entreposto comercial através da possibilidade de navegação propiciada pelo Rio Paraguai, que margeia Corumbá e interliga a região aos demais países da extremidade sul da América do Sul e perfaz a fronteira entre Brasil, Bolívia e Paraguai.

Economicamente, a cidade destaca-se pelas atividades extrativas primárias, como a mineração e a pesca. Ademais, o setor de comércio e serviços é relevante, para atender à expressiva população urbana da região, que perfaz aproximadamente 90% da população absoluta, que é de cerca de 100 mil habitantes (OLIVEIRA; PINHEIRO; MICHELS; BRUM, 2008).

O patrimônio arquitetônico da cidade também é extremamente peculiar, com construções que datam do século XVI, época do início da colonização da área. Existe até o chamado “casario do Porto”, que engloba essas construções antigas que margeiam o rio Paraguai, e é alvo de ações de restauração para que preservem as características históricas originais (OLIVEIRA; PINHEIRO; MICHELS; BRUM, 2008).

No que tange, especificamente, aos pescadores profissionais, não se sabe ao certo o quantitativo de indivíduos que os representam, uma vez que estimá-los constitui em tarefa impraticável por razões técnicas que estão, sobretudo, na facilidade de se obter uma licença profissional de pesca, bem como no acesso à benefícios sociais, provenientes do governo, associados à condição de pescador em períodos de piracema. Porém sabe-se precisamente que são indivíduos que possuem baixa escolarização e residem, via de regra, nas margens do rio Paraguai (principal rio utilizado para a pesca), muitas vezes em condições precárias de vivência (SOUZA; JUNIOR; ÁVILA; MARTINS, 2004).

Não obstante, corroborando a importância que a pesca e, por conseguinte os pescadores apresentam para a economia da região de Corumbá, uma pesquisa efetuada pelo SCPESCA/MS (1999) constatou que a atividade pesqueira no Pantanal, seja em sua forma profissional ou amadora, no período de 1997 a 1999, contribuiu com uma geração de Receita Bruta média para a economia local no valor de R\$ 168.426.291,66 anuais. Deduzidos os gastos intermediários realizados, ou seja, aqueles que não são internalizados na região, o estudo chegou a um valor agregado da atividade pesqueira correspondente a um montante médio de R\$ 116.084.998,75 anuais.

Para que se mensurasse o montante bruto resultante da atividade pesqueira profissional, utilizou-se o peso total de pescado extraído dos rios, registrado pelo SCPESCA/MS (1999), multiplicado pelo preço médio por quilo desses produtos no mercado, determinado pela oferta e pela existência de demandantes para os mesmos. Ressalte-se que, para que se chegasse na receita bruta resultante da atividade pesqueira amadora, lançou-se mão do valor médio total gasto por pescador durante sua estada em Corumbá, seja com hospedagem, alimentação, transporte local e demais subitens do *trade* turístico (excluídos, porém, os gastos de transporte e demais gastos do indivíduo até sua chegada em Corumbá).

Tomando-se como base o fato de que o PIB anual de Corumbá é de R\$ 1.973.945mil, segundo dados do IBGE de 2006, denota-se que a atividade pesqueira possui expressivo peso na consecução deste montante. Mesmo sendo os dados apresentados pelo SCPESCA/MS (1999) correspondentes aos anos de 1997 a 1999, é possível se ter uma idéia de que a atividade da pesca, com a geração de seus valores diretos e indiretos, não deve ser negligenciada.

É justamente neste cenário de provável intensificação da diminuição da atividade pesqueira amadora, com conseqüente redução da receita decorrente de tal modalidade turística, que Corumbá insere-se no escopo deste trabalho, compreendendo o lócus das pesquisas em voga, onde há urgência de se fomentar o turismo sustentável.

## Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável

A ecologia e a conservação do meio ambiente, a partir da década de 1970, passam a ser um assunto amplamente discutido nos países desenvolvidos, dando início a um processo de sucessivos debates e encontros que culminaram em documentos como: a Declaração de Estocolmo (1972), a Declaração de Cocoyoc (1974), o Relatório Bruntland (1987), a Rio-92 e a Rio+10, todos com o intuito de abrir espaços para elaborar estilos alternativos de desenvolvimento que comportem as premissas básicas de um desenvolvimento sustentável.

Para a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CM-MAD (1988), o desenvolvimento sustentável é entendido como um “modelo de desenvolvimento econômico e social que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

O desenvolvimento sustentável surge, assim, como uma forma de conciliar o desenvolvimento econômico, a preservação do meio ambiente e a valorização cultural das comunidades que o praticam. Desta feita, pauta-se no protagonismo das comunidades, com suas especificidades garantidas e preservadas, resguardando também as características do local em que residem.

Dentro desse viés, é inegável que o turismo, dadas as suas especificidades, apresenta-se como um meio de se chegar aos níveis de desenvolvimento sustentável de uma dada localidade. No momento atual, ressalte-se que o turismo surge como sendo extremamente relevante, quer como elemento que satisfaz parte de uma das necessidades básicas atuais e mais pujantes do homem, que é o lazer; quer como atividade comercial e industrial geradora de divisas econômicas, que têm grande peso em diferentes formações sócio-econômicas.

As áreas naturais, sua paisagem, fauna, flora e seus elementos culturais constituem grandes atrações, tanto para os habitantes dos países aos quais as áreas pertencem, como para os turistas de todo o mundo.

Atualmente a natureza possui, sem dúvidas, grande valor comercial, decorrência do acelerado processo de degradação ambiental e aumento das concentrações urbanas, que, utilizam o meio ambiente natural como forma de lazer.

A deterioração dos ambientes urbanos pela poluição sonora, visual e atmosférica, a violência, os congestionamentos e as doenças provocadas pelo desgaste psicofísico das pessoas são as principais causas da ‘fuga das cidades’ e da ‘busca do verde’ nas viagens de férias e de fim de semana (RUSCHMANN, 1997: p.9).

O turismo é, em suas diversas modalidades, o tipo de desenvolvimento que tende a modificar rapidamente a situação social e econômica das comunidades, com impactos tanto positivos quanto negativos (LINDBERG & HAWKINS, 1995:223).

Lage e Milone (2000) recomendam que o desenvolvimento sustentável de atrativos turísticos ocorra em etapas, em áreas distintas e de extensão territorial menor, permitindo, assim, a implantação de forma gradual, favorecendo o acompanhamento e o controle de sua evolução.

De acordo com Ruschmann (1997), é preciso concentrar os esforços em um desenvolvimento sustentável, não apenas de patrimônio natural, mas também dos produtos que se estruturam sobre todos os atrativos e equipamentos turísticos, para prevenir os impactos ambientais do turismo, a degradação dos recursos e a restrição do seu ciclo de vida.

Neste contexto, o turismo sustentável surge como uma das formas para se alcançar o desenvolvimento sustentável de uma região, evitando danos ao meio ambiente, minimizando os custos sociais que afetam os moradores das localidades, otimizando os benefícios do desenvolvimento do turismo.

Para Pearce (*apud* BENI, 1998: p.61), turismo sustentável é a

[...] maximização e otimização da distribuição dos benefícios do desenvolvimento econômico baseada no estabelecimento e na consolidação das condições de segurança sob as quais são oferecidos os serviços turísticos, para que os recursos naturais sejam mantidos, restaurados e melhorados.

Da mesma forma que o turismo pode manter ou melhorar as condições de uma localidade, se praticado sem planejamento adequado, também pode alterar rapidamente uma área até inviabilizar a prática do turismo.

O desenvolvimento rápido e descontrolado do turismo em localidades com recursos naturais com excepcional beleza, muitas vezes únicos, provoca excesso da demanda e superdimensionamento da oferta, que descaracterizam a paisagem e fazem a destinação perder as características que deram origem à atratividade (RUSCHMANN, 1997: p.116).

Em decorrência do crescimento do turismo em áreas naturais, proveniente da “busca pelo verde” e da “fuga” dos grandes centros urbanos, conforme expôs Ruschmann (1997), o Ecoturismo surge como um novo segmento do turismo, destacando-se como uma nova fonte de renda, demonstrando, ainda, preocupação com a conservação do meio ambiente e da cultura das comunidades locais.

A necessidade de fuga ao estilo de vida ‘urbano’, a procura de locais mais saudáveis e a conscientização das pessoas relativamente aos

problemas do ambiente, fizeram nascer o Ecoturismo e com ele a busca pela valorização intelectual, locais de características únicas e de elevada sensibilidade cultural e ecológica (BRASIL, 1994a: p.5).

O Ecoturismo representa uma ruptura com a tradicional fórmula turística: sol, mar e areia. Ele convida à aventura, oferecendo oportunidades de aprendizado e de conservação, incitando uma experiência espiritual com a natureza (LINDBERG; HAWKINS, 1995: p.207).

De acordo com Pires (1998), o Ecoturismo expressa um segmento do turismo que se apresenta hoje como uma das principais alternativas para o desenvolvimento sustentado nos destinos turísticos do mundo, em especial em regiões e países de economia deprimida.

Para Lindberg e Hawkins (1995), é considerado como um novo e promissor instrumento para preservar áreas naturais frágeis e ameaçadas, quanto um meio para propiciar oportunidades para o desenvolvimento das comunidades dos países emergentes.

[...] o Ecoturismo, desenvolvido dentro dos seus princípios conceituais e tendo ampliada sua abrangência para além da proteção do meio físico, constitui-se em um fator de sustentabilidade dos meios visitados, não só a partir da conscientização ambiental de um “novo turista”, mas também do envolvimento sócio-cultural e econômico das comunidades receptoras no processo de desenvolvimento da atividade (RUSCHMANN, 2000: p.21)

A atividade ecoturística apresenta, notadamente, aspectos diferenciados dos demais segmentos do turismo, principalmente do turismo de massa. Segundo Pires (1998:54), os principais diferenciais do Ecoturismo, são:

- Atrai um segmento da demanda motivado pela natureza e por originalidades culturais;
- Busca o diferente; o não convencional;
- Pouca gente distribuída em muitos destinos;
- Adaptação do turista aos destinos visitados;
- Preocupação com os impactos ambientais;
- Tratamento personalizado aos clientes;
- Monitoramento constante das atividades desenvolvidas;
- Preocupação com a formação e capacitação dos guias, operadores e fornecedores.

Também podem ser aspectos diferenciadores da atividade ecoturística: a educação ambiental para o turista e para a comunidade local, o planejamento integrado, com preferência à regionalização, manejo e administração verde do empreendimento e a “consciência ambiental” de seus praticantes. O Ecoturismo é subdividido por Pires (1998: p.55) em alguns segmentos (Tabela 1):

Tabela 1: Caracterização dos tipos e as atividades do Ecoturismo segundo Pires (1998: p.55).

TIPOS DE ECOTURISMO	ATIVIDADES ECOTURÍSTICAS
<i>Ecoturismo Científico</i>	Estudos e pesquisas científicas em botânica, arqueologia, paleontologia, geologia, zoologia, biologia, ecologia, antropologia, espeleologia etc.
<i>Ecoturismo Educativo</i>	Observação da vida selvagem (fauna e flora), interpretação da natureza, orientação geográfica, observação astronômica.
<i>Ecoturismo Lúdico e Recreativo</i>	Caminhadas, acampamentos, contemplação da paisagem, banhos e mergulhos, jogos e brincadeiras, convivência e sociabilidade, “pesca”, passeios montados, passeios em embarcações, cicloturismo.
<i>Ecoturismo de Aventura</i>	“ <i>Trekking</i> ”, montanhismo, expedições, contato com culturas remotas, exploração de lugares e ambientes inóspitos e desconhecidos, etc.
<i>Ecoturismo Esportivo</i>	Escalada, canoagem, “ <i>rafting</i> ”, “ <i>canyoning</i> ”, mergulho, “ <i>mountain bike</i> ”, “ <i>paragliding</i> ”, bóia “ <i>cross</i> ”, “ <i>surf</i> ”, rappel, balonismo, vôo livre, etc.
<i>Ecoturismo Étnico</i>	Contatos com integração cultural do ecoturista com populações autóctones (primitivas/nativas) que vivem em localidades remotas em estreita relação com a natureza.
<i>Ecoturismo Naturista</i>	Prática do “nudismo” ao ar livre em ambientes naturais.

O Ecoturismo é, portanto, um segmento muito abrangente, que atinge diferentes tipos de clientes com perfis e motivações bem diferenciados. Neste segmento, diversos nichos de mercado são identificados, como, por exemplo, a observação de pássaros e o contato com culturas peculiares.

Num esforço para classificar as características das pessoas interessadas pela atividade ecoturística, Budowisk (*apud* PIRES, 1998), propôs a seguinte tipologia:

*Ecoturistas cientistas e estudiosos:* necessidade de pesquisa, treinamento ou ensino em áreas naturais. Permanecem longos períodos no local do estudo;

*Ecoturistas naturistas forte:* fazem da natureza o principal motivo para a realização da viagem. São observadores de aves, orquídeas etc. Não são muito exigentes em relação à acomodação a eles dispendida, ao passo que cobram muito as informações acerca da área visitada;

*Ecoturistas naturistas suave:* viaja para observar a fauna, a flora, a paisagem e o modo de vida local. Requer melhor infra-estrutura de acomodação do que o ecoturista naturista suave e realiza atividades menos intensas na natureza. A nível mundial é o segmento que mais cresce;

*Ecoturistas de aventura:* sua permanência na natureza está ligada a prática de algum esporte, como a caminhada, montaria, ciclismo, mergulho, canoagem etc. Tal atividade encontra-se em grande desenvolvimento no Brasil face às possibilidades e recursos naturais vastos que este país, em geral, apresenta.

A determinação da capacidade de carga de uma localidade é de fundamental importância para que o planejamento de fomento da atividade turística não venha comprometer e colocar em risco os atrativos naturais e culturais da localidade receptora.

A fragilidade dos ecossistemas naturais, muitas vezes, não comporta um número elevado de visitantes e, menos ainda, suporta o tráfego excessivo de veículos pesados. Por outro lado, a infra-estrutura necessária, se não atendidas as normas pré-estabelecidas, pode comprometer de maneira acentuada o meio ambiente, com alterações na paisagem, na topografia, no sistema hídrico e na conservação dos recursos naturais florísticos e faunísticos. O alojamento das populações locais se configura, também, como outro risco, pois a presença de operadores, quase sempre sem nenhuma relação orgânica com a região, pode gerar novos valores incompatíveis com os comportamentos locais (BRASIL, 1994a: p.17).

O manual de Ecoturismo define a capacidade de carga de uma determinada área como “*uma medida do número de indivíduos de uma espécie que o ambiente consegue suportar, sendo o limite ambiental imposto ao crescimento de uma população*” (BRASIL, 1994b). Para Boo (*apud* Ruschmann, 1997), a capacidade de carga de um recurso turístico é o número máximo de visitantes (por dia/mês/ano) que uma área pode suportar, antes que ocorram alterações nos meios físico e social.

Beni (1998: p.61) define capacidade de carga como:

[...] número máximo anual de visitantes que o atrativo turístico natural pode suportar, sem sofrer alterações, considerando-se o equilíbrio di-

nâmico entre ambiente, quantidade de turistas e qualidade dos serviços instalados.

No processo de determinação da capacidade de carga de uma área, é necessário levar-se em consideração algumas variantes. Ruschmann (1997: p.116) diz que

[...] essa capacidade, porém, depende do tipo e do tamanho da área, do solo, das topografias, dos hábitos das pessoas e da vida selvagem (animais), bem como do número e da qualidade dos equipamentos instalados para atender aos turistas.

Corumbá, face às características já elucidadas, apresenta indelével potencial para fomentar a atividade ecoturística, uma vez que abarca, em seu vasto território, boa parte do complexo do Pantanal, que é um dos ecossistemas mais ricos e diversificados do planeta; possui rico patrimônio histórico-arquitetônico, dado que foi uma das primeiras cidades fundadas no estado de Mato Grosso do Sul, com os primeiros resquícios de vida urbana datados do início do século XVI; além de apresentar vasto patrimônio cultural, evidenciado pelas inter-relações de grupos sociais os mais distintos possíveis, provenientes também da Bolívia e do Paraguai.

No que tange à capacidade de carga, Corumbá conta, fisicamente, com infra-estruturas básicas, como: um aeroporto, onde se encontra um centro de atendimento ao turista; rede hoteleira com 44 empreendimentos localizados na área urbana, 39 empreendimentos localizados na área rural e 48 barcos-hotel que somados oferecem 3.946 leitos; 22 agências de turismo devidamente cadastradas no Ministério do Turismo; 40 empreendimentos de alimentação (contabilizando bares e restaurantes); um pavilhão de exposições e feiras; um teatro; e um centro de convenções em fase de construção (SMTUR, 2003).

Não obstante, o turismo, especialmente o de pesca, praticado na região com base nas infra-estruturas supracitadas negligencia a capacidade de carga ambiental, fato este corroborado pela queda nos estoques de pescado dos rios do Pantanal Sul-Mato-Grossense. Isso exige, pois, medidas que possam coibir tal fato, o que dá um prospecto de diminuição da pesca amadora e conseqüente redução do aporte de renda na cidade de Corumbá.

Neste contexto é que os pescadores profissionais se inserem. Constituem um grupo tradicional na região de Corumbá, abarcando grande contingente de pessoas que, direta ou indiretamente, sofrerão com o desaquecimento do setor do turismo de pesca. Iniciativas devem se propostas para atender aos anseios desse grupo, em concomitância ao desenvolvimento sustentável da cidade. O turismo sustentável mostra-se, pois, relevante para o desenvolvimento sustentável de Corumbá. Assim, conhecer a relação que os pescadores profissionais estabelecem, ou que podem estabelecer com esta modalidade turística mostra-se como sendo de fundamental importância.

Sabe-se que, para esses indivíduos, a pesca representa a evidência de uma manifestação cultural, herdada há tempos por gerações diversas. Não se pretende, pois, deslocar esses indivíduos de suas lides quotidianas e de suas manifestações típicas, mas aproveitá-los, com suas especificidades resguardadas, na atividade do turismo sustentável, que apresenta maior valor agregado em comparação à pesca e pode ser um importante meio de conservação dos recursos naturais e geração de renda para os pescadores que, via de regra, carecem de condições que lhes propiciem melhora em sua qualidade de vida.

## **Procedimentos Metodológicos**

O surgimento do problema que norteou este estudo foi fruto de intensas pesquisas bibliográficas acerca da temática da pesca no Pantanal Sul-Mato-Grossense. Face ao amplo fragmentário teórico pesquisado e conforme já foi discorrido na parte introdutória deste trabalho, constatou-se a necessidade de conservar os recursos naturais e culturais da região em virtude dos impactos crescentes sobre o meio ambiente decorrentes do aumento vertiginoso e desordenado da pesca amadora.

A criação de diretrizes que visam ao acirramento da fiscalização do pescado extraído dos rios veio de encontro a essa questão, sobretudo após os estudos elucidatórios da SCPESCA/MS (1994, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999). Porém, em face de um maior rigor das bases para a efetivação da pesca amadora, há prospectos que dão conta de uma permanente retração desse segmento turístico, o que abala a economia da região, sobretudo de Corumbá, que é a principal cidade da área.

Desta feita, houve a necessidade de se fomentar o turismo da região, sobretudo em sua forma sustentável, preservando os recursos existentes, sejam naturais ou culturais. Um indelével meio para isso, notadamente, é subsidiar o protagonismo dos pescadores profissionais, que perfazem expressivo contingente da população de Corumbá e encontram-se ressentidos com o prospecto de diminuição da atividade da pesca amadora.

Porém, há que se conhecer os anseios e especificidades dos pescadores profissionais para que se proponham iniciativas mais pontuais de inserção destes indivíduos na atividade do Ecoturismo.

Desta feita, a insuficiência de dados e informações bibliográficas referentes ao Ecoturismo em Corumbá, aliada à preocupação em verificar o perfil dos pescadores profissionais em relação à atividade turística obrigaram a realização de pesquisa de campo, que consistiu na aplicação de questionários semi-estruturados aos pescadores de alguns locais da cidade de Corumbá, como os bairros Cervejaria, Universitário e Borroski, ambos na orla portuária corumbaense. Tal pesquisa teve o apoio financeiro e respaldo em sua consecução da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT/MS).

Foram aplicados, pois, 300 questionários, entre os anos de 2006 e 2007, com os pescadores profissionais de Corumbá, onde foram apuradas as seguintes questões: Se os indivíduos possuem outra fonte de renda, fora a pesca profissional; o tempo em que residem em Corumbá; o tempo em que já trabalham com a pesca profissional; a faixa etária dos indivíduos; a percepção que têm acerca da atividade turística; se pertencem a alguma cooperativa ou associação; a capacitação que tiveram para desenvolver algumas atividades específicas; o interesse que têm em se capacitar para desenvolver alguma atividade voltada ao turismo; se já, em alguma oportunidade, trabalharam com a atividade turística, bem como com quais atividades trabalhou; o interesse que têm em trabalhar com a atividade turística, e quais atividades gostaria de desenvolver; os lugares turísticos da cidade de Corumbá que conhecem; sua opinião acerca do *trade* turístico da cidade; sua opinião com relação aos benefícios oriundos do fomento da atividade turística; sua opinião acerca dos principais atrativos que a cidade fornece; o posicionamento do poder público quanto ao fomento da atividade turística; e, por fim, as atividades que desenvolvem nas horas de lazer.

Tais indagações permitiram que se criasse um perfil dos pescadores profissionais da cidade de Corumbá, demonstrando seus principais anseios e as atividades que desenvolvem. As perguntas não tencionaram concluir a questão da pesca ou do turismo de pesca, servindo apenas como direcionador nas reflexões acerca do fomento da atividade do turismo sustentável e da necessidade de atendimento dos anseios dos pescadores profissionais.

É preciso citar que os questionários aplicados obedeceram a amostra não probabilística, uma vez que não se tinha noção exata do efetivo número de pescadores da cidade. Porém, isto não macula as constatações deste trabalho, uma vez que, segundo Panosso-Netto (2005: p.117), “*uma pesquisa qualitativa e humanista está interessada num aprofundamento das respostas obtidas e não no número de questionários aplicados*”.

Quanto aos meios de aplicação dos questionários, procurou-se aplicá-los em grupos, uma vez que se tinha um levantamento prévio dos principais bairros da cidade de Corumbá onde os pescadores residiam e desenvolviam suas atividades, logo, já se sabia onde se aglomeravam, facilitando as tarefas do pesquisador. Nos locais onde se encontravam mais de um pescador, ambos eram pesquisados em concomitância, uma vez que, nesses casos, procurava-se destinar um pesquisador para cada sujeito a ser pesquisado, de modo a se obter a resposta imparcial de cada um deles, e não opiniões esparsas e emitidas em conjunto.

No que tange à seleção dos indivíduos a serem pesquisados, procurou-se abordar todos aqueles que se diziam pescadores e/ou que viviam da pesca. Assim, muitas das vezes abordava-se o indivíduo em sua lide diária, quando chegavam da pesca ou quando estavam dirigindo-se ao rio, o que corroborava a constatação de que eram, realmente, pescadores profissionais. Destaque-se, porém, que não havia embasamento estatístico acerca dos indivíduos a serem pesquisados, dado que o objetivo central da pesquisa era um aprofundamento nas questões humanistas e qualita-

tivas acerca da pesca e dos pescadores.

Não obstante, a despeito dos aspectos qualitativos inerentes à pesquisa em voga, adotaram-se também certos critérios quantitativos em sua realização, uma vez que procedeu-se ao tratamento estatístico dos questionários aplicados, com vistas ao alcance dos objetivos delineados. Portanto, a pesquisa teve caráter qualitativo e quantitativo.

Foi também de fundamental importância a observação participante dos pescadores profissionais em seu local de vivência, bem como em sua lide diária de trabalho. Tais fatos, em concomitância às respostas oriundas dos questionários, dão conta de melhores subsídios para se identificar os anseios desses indivíduos, bem como as possibilidades que apresentam em se integrar a atividade do turismo em sua forma sustentável.

### **Análise das Relações dos Pescadores Profissionais de Corumbá com a Atividade Turística Sustentável**

Vários foram os resultados alcançados que, para melhor entendimento, optou-se por dividir em critérios de avaliação, que foram atinentes às seguintes temáticas, essenciais para a estipulação de um perfil dos pescadores profissionais: fonte de renda; tempo de residência em Corumbá/MS; período de tempo que trabalha com a pesca; faixa etária; percepção da atividade turística; associativismo; capacitação de mão-de-obra; experiências de trabalho com a atividade turística; recursos que atraem os turistas; benefícios para a cidade com o fomento do turismo; atuação do poder público quanto a iniciativas de promoção do turismo; e as formas de lazer da cidade.

Os resultados obtidos são discorridos nos tópicos seguintes.

#### **Fonte de Renda**

O primeiro item analisado durante as pesquisas diz respeito à fonte de renda dos pescadores profissionais que residem Corumbá (Figura 2). Os dados revelam que grande parte dos indivíduos (64%) não possui outras fontes de renda senão a pesca profissional. Ademais, somente no período de Piracema, quando a pesca é proibida nos rios do Pantanal Sul, é que alguns fazem o que eles chamam de *bico*, ou seja, pequenos serviços como pedreiros, pintores e ajudantes, para aumentar a renda doméstica, mostrando assim que 36% possuem outra fonte de renda.

No período da Piracema, cada família de pescadores é assistida de salário mínimo e cesta básica de alimentos, subsidiados pelo Poder Público. Porém, segundo muitos pescadores, há demasiada burocracia no cadastro para o recebimento desses benefícios que, na maioria das vezes, demoram a ser entregues ou em muitos casos nem o são.

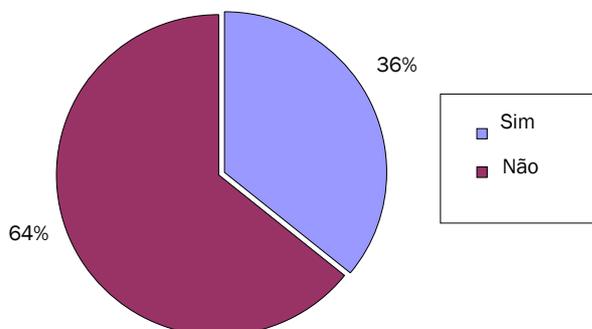


Figura 2: Constituição da Renda dos Pescadores Profissionais de Corumbá.

Não obstante, muitos pescadores relatam casos de indivíduos que obtiveram a licença para pesca profissional, obrigatória para aqueles que se destinam a essa atividade, e passaram a receber os auxílios governamentais em época de piracema, mas que não se destinam com regularidade a esta atividade. Isso demonstra o porquê há certa impossibilidade de se estimar o número efetivo de pescadores que desenvolvem suas atividades na região; bem como demonstra imperfeições da política de pesca adotada.

A constatação de que somente 36% dos pescadores se destinam a outra atividade, em períodos de piracema, com o escopo de complementar a sua renda auferida demonstra certa passividade e leniência desses indivíduos, que se mostram, de certa maneira, acomodados à ajuda governamental que percebem. Desta forma, negligenciam as possibilidades que podem advir de sua destinação temporária, por exemplo, à atividade turística.

Ademais, daqueles que se ocupam em outras tarefas, há a evidência de sub-emprego, uma vez que se destinam a atividades com possibilidades de remuneração inferior àquela que poderia advir das atividades do Ecoturismo, por exemplo.

Ressalte-se que não se faz aqui qualquer consideração acerca do banimento do auxílio que os pescadores recebem em períodos de piracema. Muito pelo contrário. Ele é essencial para que os profissionais garantam sua subsistência e mantenham-se afastados da pesca durante o período de reprodução e reorganização dos estoques de pescado. Apenas se discute, nesta oportunidade, a possibilidade de integração que os pescadores podem ter na atividade do Ecoturismo nesse tempo ocioso, o que não se evidencia na atual conjuntura.

## Tempo de Residência em Corumbá

No que tange ao tempo em que os pescadores profissionais pesquisados residem em Corumbá, o resultado dos questionários revelou que 92% moram na cidade há mais de dez anos (Figura 3). Isso demonstra, pois, que a atividade em voga é extremamente tradicional na região, e é praticada por indivíduos muitas vezes nascidos na própria localidade e que, assim sendo, a conhecem profundamente.

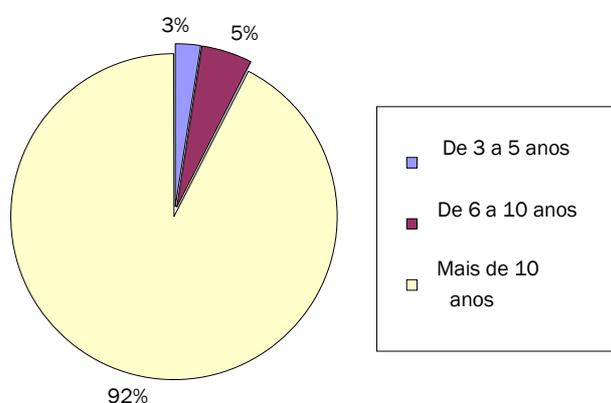


Figura 3: Tempo de Residência dos Pescadores Profissionais em Corumbá.

Esse conhecimento popular é que perfaz um indelével produto atrativo para algumas modalidades do Ecoturismo, sobretudo para aquela praticada pelos chamados ecoturistas naturistas fortes, na classificação de Budowisk (*apud* Pires, 1998).

Ademais, a evidência de que a pesca é praticada há tempos por uma gama de indivíduos corrobora a questão de que esta atividade é uma manifestação cultural da localidade e que, assim sendo, constitui um produto típico da mesma. Segundo Benevides (2003) é isso que atrai os turistas, uma vez que estes sujeitos tencionam conhecer aquilo que é típico de uma região, não por ser diferente, mas por ser autêntico e, desta feita, caracterizar um local.

## Período de Tempo que Trabalha com a Pesca

Analisados os questionários, apurou-se que 75% dos pescadores trabalham com a pesca há mais de dez anos. Comparando este item com o que foi analisado supracitadamente, na Figura 3 (tempo de residência em Corumbá), em que 92% responderam “há mais de dez anos”, observou-se uma diferença de 17% referente a pescadores que moravam em outra cidade ou, mesmo morando na cidade há mais de dez anos, praticavam outra atividade econômica diferente da pesca (Figura 4).

Um aspecto que merece ser ressaltado neste tópico diz respeito ao fato de que são poucos os indivíduos que se dizem “pescadores profissionais” há menos de dez anos (apenas 25%), o que corrobora a constatação do aspecto tradicional e cultural que a pesca apresenta.

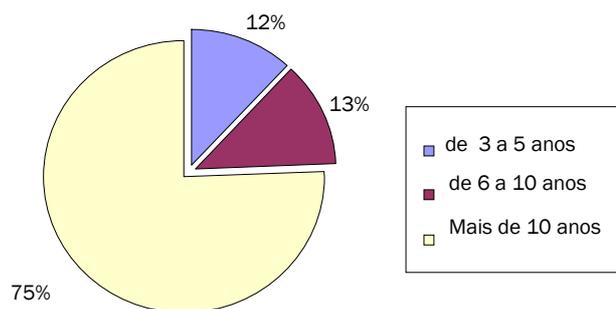


Figura 4: Tempo de Trabalho com a Pesca Profissional.

### Faixa Etária dos Indivíduos que Trabalham com a Pesca

Constatou que 28% dos pescadores profissionais possuem mais de 50 anos de idade; 49% possuem de 31 a 49 anos; ao passo que aproximadamente 23 % têm entre 16 e 30 anos. Isso mostra que a pesca é realizada por indivíduos de meia-idade, sendo que o contingente de pessoas com idade mais avançada (de 50 anos para frente) também é expressivo (Figura 5).

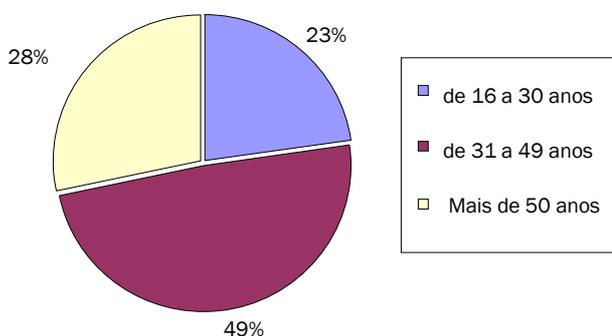


Figura 5: Faixa Etária dos Indivíduos que Trabalham com a Pesca em Corumbá.

Porém, denota-se um decréscimo dos novos indivíduos que se destinam à pesca profissional, uma vez que 23% dos pescadores pesquisados possuem entre 16 e 30 anos.

Sabe-se que a pesca, notadamente, é realizada por indivíduos com baixa escolarização. Contemporaneamente, em face de uma maior democratização do acesso ao ensino, há um decréscimo do número de pessoas que se destinam a atividade pesqueira em virtude da existência de oportunidades de melhor geração de renda com a realização de alguns anos de estudo.

### Percepção da Atividade Turística

No que diz respeito à questão sobre o que o pescador entende e no que ele traduz a atividade turística, encontrou-se que 12% revelaram que é o Pantanal, 19% Progresso, 14% Pesca Esportiva e mais da metade, 55%, revelaram que é Fonte de Renda (Figura 6).

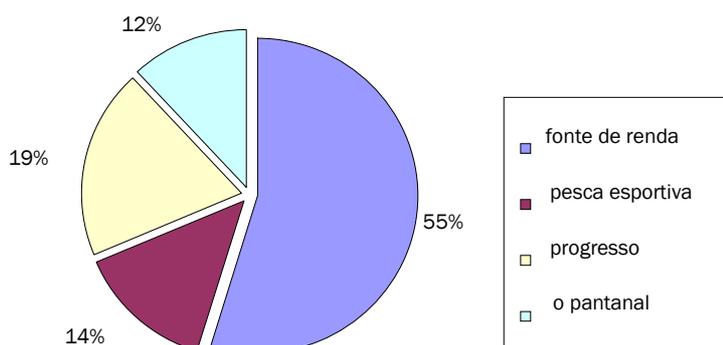


Figura 6: Percepção da Atividade Turística.

Desta feita, denota-se que o aspecto mais notável da atividade do turismo, na visão dos pescadores profissionais pesquisados, é a geração de renda que dela pode advir. Ademais, correlacionando esta constatação com a concepção de *progresso* que o turismo tem para 19% dos entrevistados, infere-se que o desenvolvimento sustentável é uma possibilidade viável para região, uma vez que engloba geração de renda, conservação ambiental e progresso humano, conceitos estes arraigados já no senso-comum dos pescadores.

Assim sendo, o Ecoturismo surge no conceito dos pescadores. Eles já conhecem as possibilidades e vantagens desta modalidade de turismo, de modo que já concebem a localidade onde residem como receptáculo dessa atividade.

## Associativismo

Dos pescadores que foram alvo da pesquisa em Corumbá, 72% afirmaram pertencer a alguma associação e/ou cooperativa que tem como escopo a luta e a observância de seus anseios (Figura 7). Porém, a despeito deste expressivo quantitativo de adeptos do associativismo, constatou-se que não raro tais entidades dispõem de oportunidades, capacitações e políticas de beneficiamento para seus sócios, que ficam a margem da possibilidade de ganho com a constituição de cooperativas.

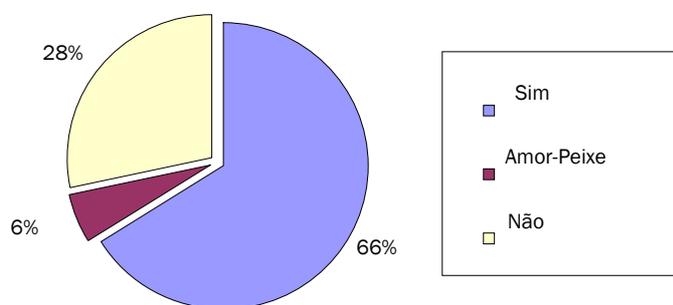


Figura 7: Composição dos Pescadores Profissionais de Corumbá que Pertencem a Alguma Cooperativa.

Dentre as associações que mais se destacam no atendimento aos anseios do grupo de pescadores, está a Associação de Mulheres Organizadas Reciclando o Peixe (Amor-Peixe), que trabalha com artesanatos a base de subprodutos do pescado, como o couro; além dos projetos sociais do Instituto Homem Pantaneiro (IHP), que é uma ONG que desenvolve trabalhos junto a indivíduos de baixa renda de Corumbá, dentre eles os pescadores, que dispõem de algumas oficinas de artesanato e culinária no local, a fim de capacitá-los para desenvolverem outras atividades além da pesca.

Porém, constatou-se que são escassas as iniciativas que visam a organizar os pescadores e, não obstante, tais iniciativas advêm de certas instituições de Corumbá, e não do próprio grupo de pescadores. Assim, é gritante a necessidade de organização desses sujeitos por iniciativas endógenas, ou seja, do próprio grupo, uma vez que ninguém mais do que eles conhecem os problemas e aspirações da comunidade.

Percebeu-se, durante a observação participante dos indivíduos decorrente da pesquisa de campo, a existência de certo revanchismo e de conflitos entre os pescadores, uma vez que cada um anseia capturar o maior número de peixes, e se ressentem, sobretudo com os outros pescadores, quando não logram êxito nessa empreitada. Isso atrapalha, notadamente, iniciativas de organização desse grupo.

Tal problemática poderia ser solucionada por meio da identificação de uma liderança nata dentro da comunidade, a qual teria o escopo de minorar os conflitos endógenos da mesma, solidarizando o sentimento de companheirismo que deve ser a tônica de iniciativas de associativismo.

Ressalte-se, por fim, que o associativismo, como ramo mais notável de políticas de promoção de Economia Solidária, é um excelente instrumento para o fomento de iniciativas de desenvolvimento sustentável, uma vez que reúne indivíduos em prol de objetivos comuns, quais sejam a observância de seus anseios e o fomento e conservação dos recursos, sejam naturais, históricos ou culturais, da localidade onde residem.

### Capacitação de mão-de-obra

Quanto ao número de pescadores que já participou de alguma capacitação para exercer algum tipo de atividade mais especializada, o percentual é de apenas 18% do total entrevistado. Dessa parcela, 37% foram capacitados como piloteiros (guiadores de barcos), 18% como guias de pesca, 13% em cozinha (cozinheiros e ajudantes de cozinha) e 32% fizeram cursos de atendimento ao público no SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Ao final, soma-se um total de 75% de pescadores que nunca participaram de nenhum tipo de capacitação (Figuras 8 e 9).

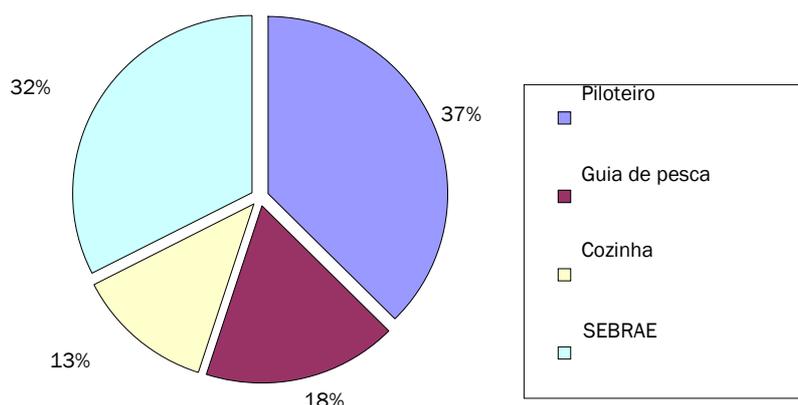


Figura 8: Configuração da Qualificação dos Pescadores Profissionais.

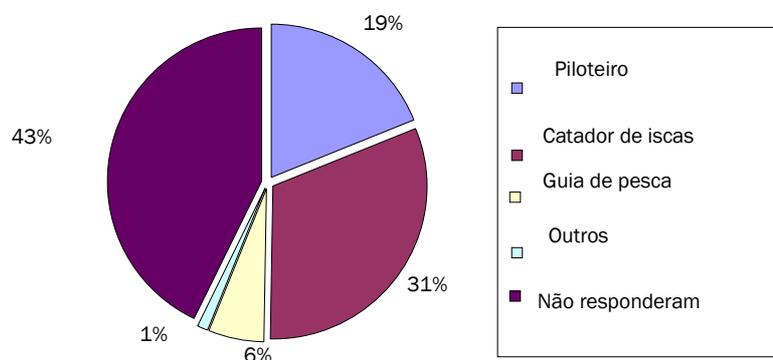


Figura 9: Percentual dos Pescadores que Tencionam Participar de Cursos de Qualificação.

Não obstante, à revelia deste expressivo contingente de pescadores que jamais participaram de programas de capacitação, observa-se crescente interesse por parte das comunidades para especializarem-se em algum segmento que lhes propiciem melhores rendas.

Neste viés, o turismo entra com demasiada importância na percepção dos pescadores, que revelam vontade extremamente grande em participar de cursos voltados a este segmento, que se mostra potencialmente atrativo no que tange à geração de melhores rendas.

Segundo os dados da pesquisa, 72% dos pescadores gostariam de participar de cursos de capacitação voltados à atividade turística. Confrontando esta constatação com a percepção que têm acerca da atividade turística sustentável na região, conforme relatado no tópico anterior observa-se, pois, a vontade que os pescadores apresentam de se integrarem ao Ecoturismo.

Ressalte-se também que a constatação de um pequeno contingente que participou de algum tipo de especialização para exercer alguma atividade mais específica é fruto do caráter artesanal que a pesca ainda apresenta na região do Pantanal Sul-Mato-Grossense, não sendo vista como atividade econômica que requer treinamento e bons instrumentos para sua efetivação.

### Experiências de Trabalho na Atividade Turística

Os resultados obtidos revelam que grande parte dos pescadores profissionais possui grande afinidade com atividades ligadas ao turismo, mostrando que a maioria, de alguma forma, já esteve atrelada, profissionalmente, ao turismo e têm conhecimento da importância da atividade para o município.

Considerável parte dos pescadores profissionais que já trabalharam com o turismo, que corresponde a 62% dos pesquisados, prestou os seguintes serviços:

Piloteiro (19%); Catador de Isca (31%); Guia de Pesca (6%); Outros Serviços (1%), revelando que as atividades ligadas diretamente a pesca são as que mais abarcam os pescadores profissionais, em virtude, sobretudo, das crescentes demandas dos turistas (Figuras 10 e 11).

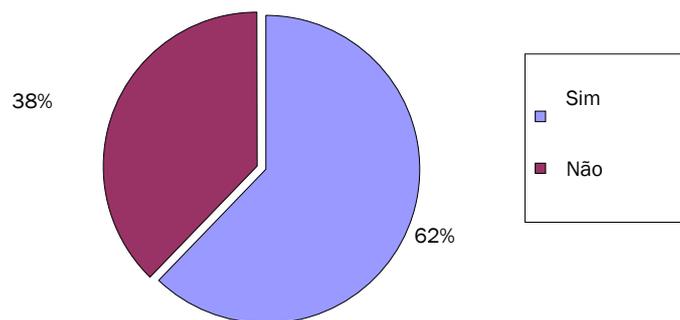


Figura 10: Percentual dos Pescadores que já Trabalharam com a Atividade Turística;

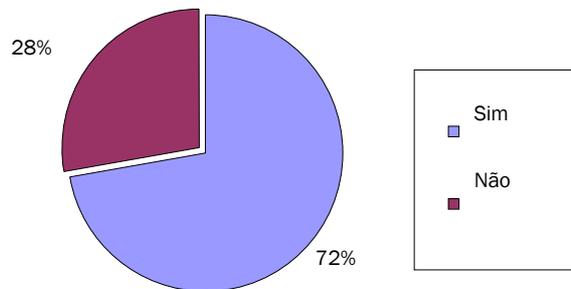


Figura 11: Atividades Desenvolvidas pelos Pescadores que Trabalharam com a Atividade Turística.

Em face desta configuração, um prospecto de diminuição da pesca amadora na região faz com que os pescadores profissionais prejudiquem seus meios de obtenção de renda, muitos não dispoñdo, notadamente, de meios que lhes garantam ao menos sua subsidência.

Quanto aos pescadores profissionais que responderam que nunca trabalha-

ram com atividade do turismo, que perfaz notadamente 38% dos pesquisados (Figura 10), muitos justificaram que foi por nunca terem tido oportunidade (19%); outra importante parcela, neste mesmo íterim, se divide entre os que disseram que o setor paga pouco (3%), não conhecem as atividades do turismo (9%) ou não tem interesse (6%); o restante dos pesquisados que não trabalharam com a atividade do turismo (63%) não alegaram motivos específicos para tanto (Figura 12).

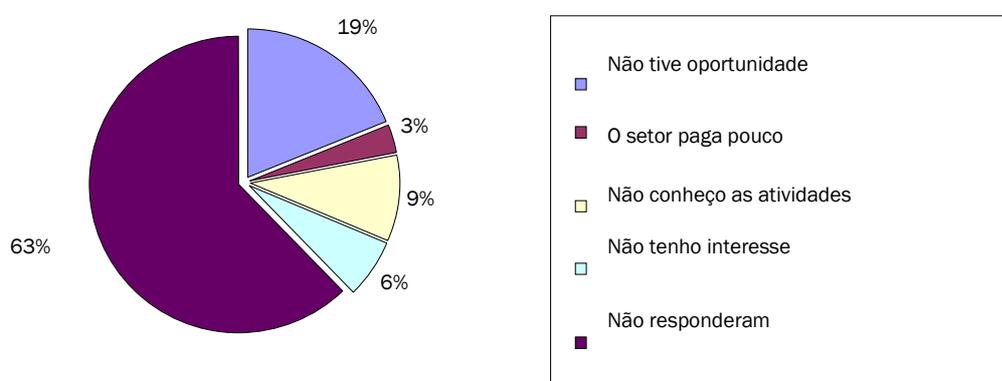


Figura 12: Percentual dos Motivos que Levaram os Pescadores Profissionais a não Trabalhar na Atividade do Turismo.

O que mais chama a atenção, nesse íterim, é a questão da falta de oportunidades ser importante responsável por essa realidade, que vem opor-se ao que a própria pesquisa revelou, qual seja a constatação de que a grande maioria dos pescadores gostaria de participar das atividades do turismo.

Assim, no que tange ao interesse dos pescadores profissionais pesquisados em trabalhar com alguma atividade turística, 72% demonstraram que possuem tal interesse. Para estes, dentre as atividades que lhes atraem estão: Piloteiro (46%); Caçador de Iscas (4%); Guia de Pesca (13%); Barco-Hotel (24%); e Guia Turístico (13%). O que torna a questão interessante é o fato de que, das atividades citadas, as três primeiras são estritamente atreladas ao turismo de pesca, o que revela a intensa relação que alguns pescadores nutrem com este segmento turístico em específico (Figura 13).

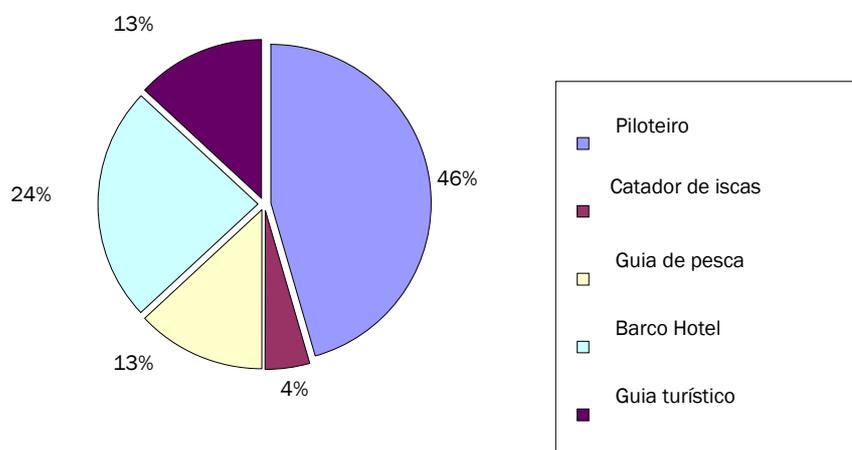


Figura 13: Percentual das Atividades que os Pescadores Profissionais Gostariam de Desenvolver, Atreladas ao Turismo.

Não obstante, as duas últimas atividades citadas (Barco-Hotel e Guia Turístico) podem ser utilizadas para o fomento do Ecoturismo, dado que a primeira destina-se a incorporar o pescador profissional no trato direto com o turista, ao passo que a última visa a utilizar o conhecimento popular dos pescadores na apresentação dos recursos turísticos da cidade, uma vez que estes indivíduos, por serem típicos da localidade, conhecem-na profundamente.

Conforme se revelou na apresentação do fragmentário teórico acerca do Ecoturismo, a explanação de manifestações culturais, bem como do conhecimento popular, podem constituir produtos turísticos de uma dada localidade, que atraem, pois, ecoturistas.

No que tange, pois, aos locais turísticos que os pescadores profissionais pesquisados conhecem, obteve-se a seguinte configuração: Hotéis-Fazendas (28%); Seras (5%); Estrada-Parque Pantanal (4%); Área de Pesca (29%); Rios, com exceção do Rio Paraguai, que margeia Corumbá (20%); Pantanal (14%) (Figura 14). Dos demais locais, alegaram conhecer: Portos (8%); Fronteiras (2%); Locais Urbanos (24%) (porcentagem não representada graficamente). Ressalte-se que, nesta indagação do questionário, permitia-se ao pesquisado externar mais de uma resposta.

Desta feita, denota-se que são variados os locais turísticos conhecidos pelos pescadores profissionais, o que também corrobora a questão de que são profundos conhecedores da localidade em voga e estabelecem, assim, estreita relação com a mesma. Tal peculiaridade local é indelével atrativo de turistas praticantes do Ecoturismo.

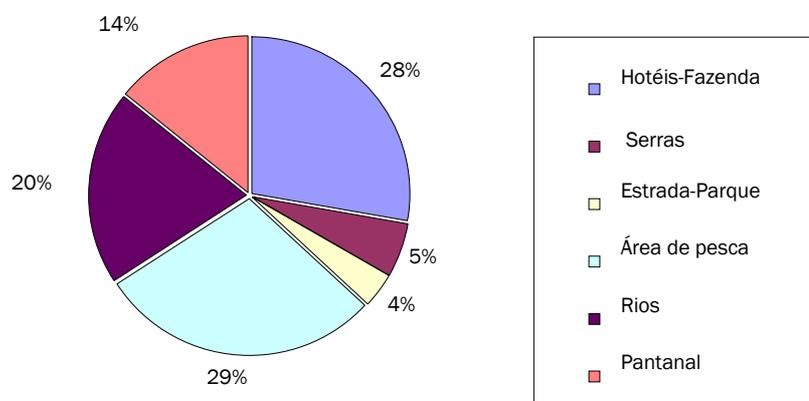


Figura 14: Locais Turísticos de Corumbá que os Pescadores Profissionais Conhecem.

Um aspecto intrigante reside no fato de que, a despeito da constatação de que muitos pescadores profissionais conhecem vários locais do município de Corumbá, falta-lhes ainda conhecer as atividades turísticas que podem ser desenvolvidas nesses espaços e como o seu conhecimento tradicional pode contribuir para o fomento da atividade do turismo e para a sua inserção na mesma.

Como prova de que falta conhecimento por parte do pescador acerca do que podem desenvolver está na indagação quanto às atividades, ligadas ao turismo, as quais gostariam de se integrar. Surgiram, notadamente, apenas cinco respostas (Piloteiro, Catador de Iscas, Guia de Pesca, Barco-Hotel e Guia Turístico), sendo que as três primeiras são estreitamente atreladas ao turismo de pesca.

Ressalte que o Ecoturismo, conforme já se debateu anteriormente, apresenta uma gama de atividades que podem ser desenvolvidas, utilizando, pois, as especificidades dos pescadores profissionais e ainda preservando os recursos naturais do Pantanal Sul-Mato-Grossense.

### Recursos que Atraem os Turistas

Conhecer a percepção dos pescadores profissionais quanto às condições básicas da cidade de Corumbá que atraem o turista é relevante para que se tenha uma noção da intensidade que os mesmos podem integrar-se à atividade do turismo.

Assim, para 87% dos pescadores profissionais pesquisados, Corumbá apresenta condições básicas suficientes para receber aporte cada vez mais crescente de turistas. Dentre os motivos que os levaram a tal constatação, 15% alegaram ser o grande número de barcos-hotéis existentes na cidade; 35% alegaram ser a infraestrutura, de um modo geral; ao passo que 38% julgaram o próprio Pantanal a principal condição que a cidade oferece como chamariz de turistas (Figura 15).

Desta feita, observa-se que, na opinião dos pescadores, os recursos naturais da localidade são o principal atrativo que ela apresenta. A conservação destes recursos, nesse viés, é indelével meio de garantia da manutenção da atividade turística em Corumbá.

Em contrapartida, para 13% dos pescadores profissionais pesquisados, Corumbá não apresenta meios suficientes para atração de turistas. Dentre os motivos que os levaram a tal constatação, observa-se a falta de infra-estrutura básica e escassez de investimentos para 5% e 8%, respectivamente (Figura 15).

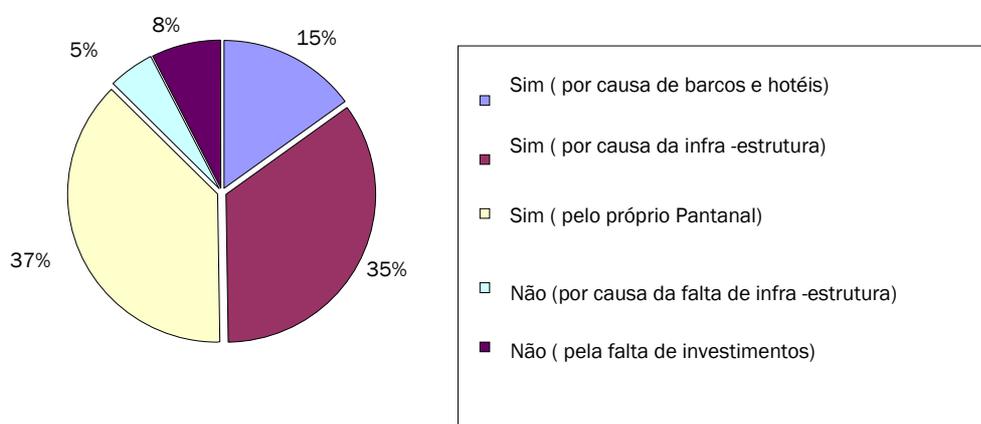


Figura 15: Percepção dos Pescadores Profissionais quanto às Condições de Corumbá de Receber Turistas.

Tratando aos quesitos de Corumbá que deveriam receber melhoras para atrair maior contingente de turistas, os pescadores profissionais pesquisados externaram o seguinte: melhorar o acesso à cidade (28%); melhorar o nível dos restaurantes (6%); melhorar a infra-estrutura (53%); e melhorar o nível das hospedagens (13%).

Então, pelo exposto, depreende-se notável preocupação dos pescadores no que se refere à infra-estrutura oferecida aos visitantes. Eles são conhecedores, pois, da nova configuração do turismo contemporâneo, que requer condições de infra-estrutura cada vez mais sofisticadas como meio de atração de turistas e de agregação de valor ao produto turístico oferecido.

### **Benefícios para a Cidade de Corumbá, com o Fomento do Turismo**

Quanto aos principais benefícios decorrentes do fomento da atividade turística em Corumbá, 97% dos pescadores profissionais pesquisados revelaram que entre os mais notáveis estão: a geração de maior número de empregos (44%); mais renda pa-

ra a cidade, decorrente da arrecadação de mais impostos (35%); além de progresso mais rápido, resultante da necessidade de maiores investimentos para atender aos turistas (19%). Não obstante, 3% dos pescadores responderam que o fomento da atividade do turismo não trará benefício algum para a cidade (Figura 16).

Esse resultado revela, notadamente, uma percepção e um conhecimento, mesmo que de forma empírica, por parte dos pescadores, no que se refere à movimentação econômica trazida pelo turismo.

Correlacionando esta constatação com a percepção que os pescadores profissionais têm da atividade turística, onde 55% afirmaram concebê-la como fonte de renda, observa-se a necessidade destes indivíduos por melhores rendas e a convicção que eles têm na atividade turística como mecanismo de fomento de uma pujança econômica na cidade

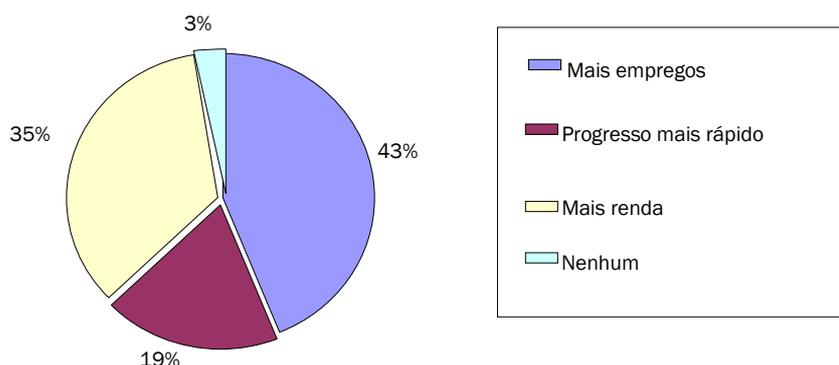


Figura 16: Benefícios que o Fomento do Turismo pode Trazer para a Cidade de Corumbá.

### Atuação do Poder Público quanto a Iniciativas de Promoção do Turismo

Saber a percepção dos pescadores profissionais acerca dos incentivos do poder público para a promoção do turismo em Corumbá é interessante para se ter uma idéia da concepção, pelas comunidades, da atuação e importância das iniciativas públicas.

Para 62% dos pescadores profissionais pesquisados, a prefeitura de Corumbá tem incentivado a promoção e fomento da atividade turística (Figura 17). Dentre os motivos que os levaram a tal constatação está, como mais relevante, o oferecimento de boa infra-estrutura, por parte do governo, ao turista. Dentre tais recursos estão, notadamente, as centrais de atendimento ao turista, além dos festivais que são promovidos periodicamente como meio de divulgação das especificidades locais, como o Festival América do Sul.

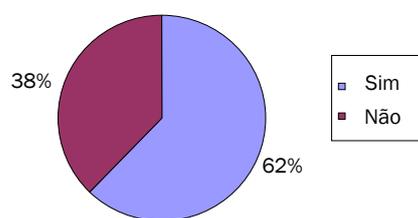


Figura 17: Percepção dos Pescadores Profissionais quanto a Atuação do Poder Público no Fomento ao Turismo.

À revelia deste fato, 38% dos indivíduos pesquisados revelaram que são tímidas as atuações do poder público no que tange à promoção do turismo. Ademais, segundo eles, tem-se privilegiado sobremaneira o turismo de eventos, ao passo que outras modalidades de turismo, como o Ecoturismo, recebem poucos e escassos incentivos.

### Formas de Lazer da Cidade

Nos momentos de lazer, quando não estão envolvidos com a pesca, os pescadores costumam assistir a TV (24%) ir à igreja (6%), tomar tereré, que é uma bebida típica da região (5%) ou jogar futebol com os amigos (30%) (Figura 18). Porém, o que merece destaque é que grande número de pescadores, mesmo em um momento de lazer, vai pescar, ou seja, a pesca, além de ser atividade econômica é atividade de lazer. Dos indivíduos pesquisados, 18% afirmaram ter tal costume. Assim os pescadores podem, portanto, deixar de ter a pesca como principal atividade econômica sem, no entanto, deixar de pescar, considerando-a uma atividade de lazer.

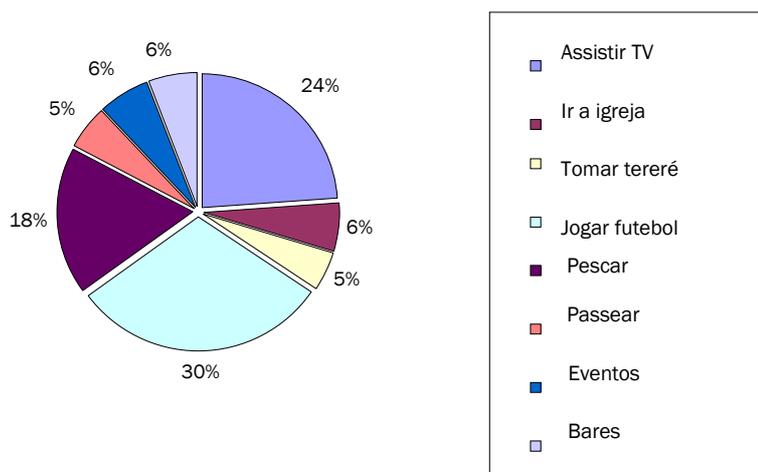


Figura 18: Atividades que os Pescadores Profissionais Desenvolvem nas Horas de Lazer.

## Considerações Finais

A implantação e fomento, de forma não planejada, da atividade turística, seja em qualquer uma de suas amplas dimensões, implicam na ocupação desordenada de espaços onde a população local sobrevivia, o que desencadeia impactos negativos na esfera biótica, física, social, econômica e cultural da região analisada.

A proposta para a implantação de uma política de turismo com base local tem um papel fundamental no desenvolvimento equilibrado da atividade turística, revertendo, na medida do possível, os impactos negativos (sejam eles de quaisquer ordens) causados pela instalação e desenvolvimento dessas atividades.

Para que isso aconteça de forma integrada com o planejamento pensado pelo poder público, é importante que essa política tenha alguns objetivos, quais sejam:

- O aumento da consciência da população no que se refere à qualidade do ambiente e à necessidade de sua conservação, considerando os impactos ambientais e sócio-econômicos das atividades do turismo na região, de modo a evitar ou reduzir tanto quanto possível os efeitos negativos e reforçar ao máximo os positivos;
- A promoção das culturas locais visando à criação de benefícios e oportunidades para as comunidades locais;
- A formação de bases de informações e disseminação do conhecimento nas localidades;
- A supervisão dos projetos de desenvolvimento do turismo existentes, em andamento e a serem implantados;
- A promoção da educação e informação adequadas aos profissionais do segmento do turismo.

O presente estudo correlaciona as questões supracitadas, as quais tencionam a promoção do turismo em sua forma sustentável, com os anseios e percepções de um grupo relevante da cidade de Corumbá, quais sejam: os pescadores profissionais urbanos.

No que tange à Corumbá, que compreende o *locus* de análise deste trabalho, ressalte-se que é uma cidade que apresenta vastos recursos naturais, uma vez que engloba boa parte do Complexo do Pantanal, ao passo que também possui indelévels recursos sociais e culturais, dado que faz fronteira com dois países distintos (Paraguai e Bolívia), sendo aporte de pessoas de ambas as localidades, o que contribui para a efervescência cultural da área, além das manifestações típicas de grupos da região, como os pescadores profissionais.

Boa parte do crescimento e desenvolvimento de Corumbá esteve estreitamente atrelado ao fenômeno da pesca, seja em sua forma profissional ou amadora, a qual foi praticada em larga medida na região em virtude dos vastos rios piscosos que a mesma apresenta, como o Rio Paraguai. Tradicionalmente, a pesca era exerci-

da pelos pescadores profissionais, que capturavam artesanalmente o pescado e o vendiam em sua forma *in natura*. Porém, com o desenvolvimento do turismo de pesca na região, houve severa diminuição da atividade pesqueira profissional.

Dentre os fatos que explicam esta queda pode-se citar a crescente diminuição dos estoques de pescado em virtude do crescimento vertiginoso da pesca amadora na região; além da migração de muitos pescadores profissionais para a atividade do turismo de pesca, dadas as demandas que este setor apresenta e o maior valor agregado que oferecem as suas atividades correlacionadas.

Desta feita, depreende-se, pois, que o turismo de pesca cresceu a passos largos em Corumbá de forma negligente e sem um devido planejamento prévio, dado que forçou muitos pescadores profissionais a abandonarem suas atividades típicas, além de exercer pressão sobre os recursos naturais, fato este corroborado pela diminuição das reservas de pescado dos rios.

Assim sendo, houve a necessidade da criação de mecanismos que objetivassem coibir a prática irresponsável do turismo de pesca na região. Então, sobretudo após boletins do sistema de controle da pesca do Mato Grosso do Sul realizados pela SCEPESCA/MS (1994, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999), acirrou-se a fiscalização acerca da prática da pesca amadora nos rios de Corumbá, o que contribuiu para a efetivação de um prospecto de constante declínio do turismo de pesca. Isso fez, notadamente, com que muitos pescadores profissionais se ressentissem, dado que alguns deles dependiam da pujança da pesca amadora como meio de garantir sua própria subsistência.

Um meio alternativo para solucionar tal problemática é, pois, a promoção do Ecoturismo, que apresenta possibilidades de se desenvolver em Corumbá, e procura aliar o protagonismo sócio-econômico da localidade à conservação dos recursos naturais da mesma.

Conhecer os anseios e relações que os pescadores profissionais estabelecem com a atividade turística sustentável é extremamente importante para iniciativas pontuais que visem ao atendimento dos anseios deste grupo, bem como à promoção do Ecoturismo, que é uma alternativa viável para o desenvolvimento sócio-econômico de Corumbá.

Assim, face ao perfil dos pescadores profissionais urbanos que se obteve com a efetivação da pesquisa de campo em alguns bairros de Corumbá, constatou-se que, no que tange ao quesito fonte de renda, boa parte dos pescadores profissionais pesquisados (64%) não possui outros meios de geração de renda fora a pesca profissional. Dentre os fatos que explicam tal constatação está, sobretudo, a baixa capacitação que possuem, uma vez que apenas 25% do grupo pesquisado participou de algum curso de capacitação que lhes propiciassem desenvolver alguma atividade mais específica.

Isso demonstra, notadamente, que a pesca profissional é exercida por indiví-

duos que não possuem capacitação para o desenvolvimento de outras atividades. Não obstante, quando indagados se gostariam de participar de cursos de capacitação, 72% demonstraram notável receptividade, sobretudo para cursos ligados à atividade turística.

Nesse ínterim, quando questionados acerca de como concebem a atividade turística praticada na região, expressivo contingente de pescadores profissionais (55% dos pesquisados) afirmou ser fonte de renda, do que denota-se que uma das principais demandas destes indivíduos é, justamente, a percepção de melhores rendas, uma vez que expressivo contingente deles gostaria de se integrar a atividade turística.

Uma especificidade deste grupo é, pois, o exacerbado conhecimento que têm das especificidades da região e dos potenciais recursos turísticos que ela apresenta. Isso expressa a verdadeira simbiose que os pescadores profissionais têm com o local, uma vez que muitos nasceram e viveram na cidade, conhecendo os seus estágios de desenvolvimento, dado que a pesca é praticada, sobretudo, por indivíduos de meia-idade.

Não obstante, à revelia deste profundo conhecimento da região, falta aos pescadores conhecimento acerca das atividades turísticas que podem ser praticadas na localidade, uma vez que, quando indagados acerca das atividades ligadas ao turismo que gostariam de desenvolver, boa parte das respostas obtidas são, direta ou indiretamente, ligadas a pesca.

É notória também a percepção dos pescadores no que tange aos benefícios oriundos do fomento à atividade turística para a cidade de Corumbá. Dos pesquisados, 97% afirmaram que o turismo traz vantagens expressivas para o município, dentre as quais: maior número de empregos; progresso; e renda.

Assim, face às especificidades apresentadas acerca das percepções dos pescadores profissionais, entende-se que uma possibilidade para o fomento do Ecoturismo é a promoção, sobretudo pelo poder público, de cursos de capacitação que visem a destinar os pescadores a atividades onde o seu saber possa ser intensamente aproveitado como produto turístico da região. Dentre tais atividades estão, sobretudo, as de guias turísticos, onde há a explanação das culturas locais para os turistas e há a tomada de consciência acerca da necessidade de preservá-las.

Ressalte-se que não se pretende, com a proposição dessas iniciativas e com o esquadramento da possibilidade de inserção dos pescadores na atividade turística, desviá-los da pesca profissional. Muito pelo contrário. A pesca constitui para seus praticantes típicos uma manifestação cultural, que deve ser resguardada e mantida.

Prova fidedigna disto é o fato de que, na aplicação dos questionários, uma vez indagados acerca das atividades que desenvolviam em suas horas de lazer, 18% dos pescadores profissionais pesquisados relataram que pescam em suas horas de folga. Assim, além da pesca constituir a principal fonte de renda desses indivíduos, ainda representa uma atividade de lazer, corroborando a questão cultural externada pela pesca.

Por fim, faz-se imprescindível citar que tais medidas não são meios comprovadamente eficazes de fomento do turismo sustentável na cidade de Corumbá. Elas são fruto dos questionários aplicados e das reflexões feitas na pesquisa em voga, e constituem, pois, mera gota de conhecimento sobre um oceano de possibilidades para o desenvolvimento da região em questão.

## Referências Bibliográficas

- BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 1998.
- BRASIL. MICT/MMA. Grupo de Trabalho Interministerial. **Diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR/IBAMA, 1994a.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Manual de Ecoturismo**. Brasília:EMBRATUR, 1994b.
- CATELLA, A. C. A Pesca no Pantanal de Mato Grosso do Sul, Brasil: Descrição, Nível de Exploração e Manejo (1994 – 1999). 2001. 351p. **Tese** (Doutorado em Ciências Biológicas), Instituto nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA / Universidade do Amazonas – UA, Manaus. 2001.
- CATELLA, A. C. **A pesca no Pantanal Sul**: situação atual e perspectivas. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2003, 43p.
- CMMAD – COMISSÃO MUNDIAL SOBRE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
- ITO, C. A. **Corumbá**: o espaço da cidade através do tempo. Campo Grande: UFMS, 2000.
- LAGE, B.H.G.; MILONE, P.C.(orgs). **Turismo**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.
- LINDBERG, K.; HAWKINS, D.E. **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: SENAC, 1995.
- OLIVEIRA, L. D.; PINHEIRO, L. E. L.; MICHELS, I. L.; BRUM, E. A organização da atividade turística em Corumbá, sob o enfoque dos conceitos de cadeia produtiva e arranjo produtivo local. **Revista Pasos**, v. 6, nº 3, 2008, pp. 511-522.
- PANOSSO-NETTO, A. **Filosofia do turismo**: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005.
- PIRES, P.S. A dimensão conceitual do Ecoturismo. **Turismo visão e ação**, v.1, nº 1, 1998, pp. 75-91.
- RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papyrus, 1997.
- RUSCHMANN, D.V.M. A experiência do turismo ecológico no Brasil: um novo nicho de mercado ou um esforço para atingir a sustentabilidade. **Turismo visão e ação**, v.2, nº 5, 2000, pp. 81-90.

SCPESCA/MS, **Boletim do sistema de controle da pesca do Mato Grosso do Sul**, n. 1, 1994.

SCPESCA/MS, **Boletim do sistema de controle da pesca do Mato Grosso do Sul**, n. 2, 1995.

SCPESCA/MS, **Boletim do sistema de controle da pesca do Mato Grosso do Sul**, n. 3, 1996.

SCPESCA/MS, **Boletim do sistema de controle da pesca do Mato Grosso do Sul**, n. 4, 1997.

SCPESCA/MS, **Boletim do sistema de controle da pesca do Mato Grosso do Sul**, n. 5, 1998.

SCPESCA/MS, **Boletim do sistema de controle da pesca do Mato Grosso do Sul**, n. 6, 1999.

SMTUR (SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE CORUMBÁ). **Trade Turístico**. Corumbá: SMTUR, 2003.

SOUZA, R. S.; JUNIOR, N. A.; ÁVILA, V. F.; MARTINS, S. R. O. Comunidade e desenvolvimento local: os pescadores profissionais de Corumbá. **Anais do IV SIMPAN/MS**: Corumbá, 2004.

**Milton Augusto Pasquotto Mariani**: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) - Departamento de Economia e Administração (DEA)

Email: miltmari@terra.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0935409945176042>

**Francisco Leonor de Amarilio**: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6604874374411111>

**Dyego de Oliveira Arruda**: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) - Departamento de Economia e Administração (DEA)

Email: dyego.arruda@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1528681162783697>

Data de submissão: 07 de novembro 2009

Data do aceite: 08 de julho de 2009

## **Turismo Rural e Geração de Resíduos Sólidos em Lomba Grande - Novo Hamburgo - RS**

*Roberto Naime, Sérgio Carvalho*

### **RESUMO**

Este trabalho realiza um levantamento sobre a geração de resíduos sólidos em propriedades rurais utilizadas por turismo rural, particularmente em finais de semana, no regime de "day use". Os resíduos sólidos encontrados tem composição muito variada, mas predomina a matéria orgânica gerada por restos de alimentos, metais, papéis, plásticos e vidros. As coletas foram realizadas no final de 2007 e início de 2008. A análise permite afirmar que a matéria orgânica guarda correlação direta com o número de pessoas presentes na data da análise e esta diretamente relacionada com restos de alimentos. Os metais representam em geral a quantidade de latas de alumínio para envase de refrigerantes ou cervejas que foi consumida. Os plásticos podem representar restos de sacolas, copos, pratos, garrafas de refrigerantes de Polietileno Tereftalato (PET) e assemelhados. O vidro não está presente porque o sítio São Luiz não permite a entrada deste tipo de vasilhame. Todos os turistas das datas onde foram realizados os levantamentos pertenciam a grupos religiosos. A geração de matéria orgânica é relacionada diretamente ao número de turistas, idade dos turistas e ao cardápio servido aos turistas na propriedade. A propriedade rural estudada aplica um programa de gerenciamento dos resíduos sólidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo Rural, Resíduos Sólidos, Gestão

### ***Tourism Development and Generation of Solid Waste in Lomba Grande - Novo Hamburgo - RS, Brazil***

### **ABSTRACT**

This paper presents a survey on the production of solid waste in rural properties used for rural tourism, particularly on weekends, in a "day use" regime. Solid waste composition found was very diverse, but the organic matter generated by the remains of food, metals, paper, plastics and glass overcame. The collection of data was made late 2007 and early 2008. The analysis shows that the organic matter maintains direct correlation with the number of people present at the time of the analysis and is directly related to the remains of food. The metals were generally represented by the amount of soft drink or beer aluminum cans that were consumed. Plastic may be represented by the remains of bags, glasses, dishes, polyethylene terephthalate bottles (PET) and similar. The glass is not present because the farm "São Luiz" does not permit the entry of this type of packaging. All tourists, from when the surveys were carried out, belonged to religious groups. The production of organic matter is directly related to the number of tourists, their ages and the menu served on the property. The rural property study executes a management program for solid waste.

**KEYWORDS:** Rural Tourism, Waste, Management

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1 O Turismo como atividade sustentável**

A produção de bens e serviços que atendam às necessidades e aos desejos humanos requer recursos ou fatores de produção, dos quais o trabalho e os recursos naturais sempre estiveram presentes em todas as épocas. O capital entendido como meio de produção, criado pelo trabalho humano para produzir outros bens e serviços aparece tardiamente na história da Humanidade.

Os recursos naturais são bens e serviços originais ou primários dos quais todos os demais dependem. Assim, pode-se dizer que produzir é converter ou transformar bens e serviços naturais para satisfazer as necessidades e os desejos humanos. Os recursos naturais, geralmente denominados Terra nos textos de Economia, envolvem elementos ou partes do meio ambiente físico e biológico, como solo, plantas, animais, minerais e tudo o que possa ser útil e acessível à produção da subsistência humana.

A idéia da sustentabilidade sob a ótica do desenvolvimento nasceu em resposta à falta de equilíbrio entre as propostas desenvolvimentistas tradicionais e o uso dos recursos naturais. Em sua essência, a reflexão do conceito propõe um caminho alternativo entre a economia convencional e as práticas de desenvolvimento, um caminho que não pode ser medido apenas através dos índices de produtividade do sistema capitalista tradicional. As avaliações relacionadas à obtenção de sustentabilidade são cada vez mais direcionadas a um modelo de crescimento econômico em função do bem-estar das comunidades e da conservação do meio ambiente (ZIMMERMAN, 2000).

O turismo está entre os segmentos que têm apresentado maiores taxas de crescimento na economia mundial: telecomunicações, informática, turismo, química fina e biotecnologia. Atualmente, a atividade turística oscila entre o 2º e o 3º segmento de maior movimentação econômica em escala mundial. O turismo emprega 250 milhões de pessoas em todo o planeta, e é o maior gerador de receitas de impostos, equivalendo atualmente a US\$ 802 bilhões de dólares. É a maior indústria do mundo em termos de produção bruta, que passa dos US\$ 3,4 trilhões de dólares (ASHTON e BALDISSERA, 2003). Os números mostram a importância do turismo para o mundo, principalmente, como gerador de trabalho e renda, e sua importância para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural da sociedade envolvida.

O turismo tem a capacidade de abranger diversos segmentos econômicos de uma região, relacionando-se com diversas atividades produtivas. Esta conexão entre vários setores poderá resultar no desenvolvimento econômico articulado na região turística. A infra-estrutura local de rodovias, sistemas de água e esgoto, telecomunicações e outras pode ser, e em geral é, otimizada através do desenvolvimento do turismo, o que traz benefícios econômicos e ambientais. Embora este seja um benefício mais subjetivo, o desenvolvimento de instalações turísticas bem projetadas pode promover melhorias em paisagens naturais ou urbanas que, de outra forma, podem apre-

sentar-se tediosas e desinteressantes.

O efeito multiplicador da atividade turística permite afirmar que o turismo pode representar uma excelente alternativa para o desenvolvimento tanto local quanto regional, preservando a identidade local e conservando os patrimônios natural e cultural, além da dinamização que produz na economia das cidades.

Entretanto, diante desse contexto, não tem sido dada à devida importância aos segmentos ambiental, cultural e social, resultando em impactos negativos. A segmentação do turismo vem ocorrendo para atender às diferentes demandas, que têm solicitado produtos turísticos diferenciados, fazendo surgir diversos tipos de turismo. Observa-se em quase todos os segmentos a repetição dos mesmos erros em planejamento, em gestão e na operacionalização, seja político-setorial e/ou estrutural. Creditam-se muitas falhas não somente ao interesse econômico, mas, em parte, ao desconhecimento de como se formar os produtos turísticos a partir dos atrativos da natureza. É muito comum se adotar os mesmos procedimentos como se fossem no meio urbano, resultando em produtos descaracterizados, consumidos de forma crescente e desordenados em ecossistemas diversificados, importantes e frágeis.

O crescimento dessa atividade precisa observar ações voltadas para o meio ambiente, apresentando políticas de desenvolvimento em prol do mesmo, induzindo os trabalhos e a consciência dos turistas para a preservação da flora e fauna; para a comunidade, de forma que economicamente ocorram melhorias, porém não se perca a identidade local; a integração do turista com o nativo deve acontecer positivamente, e não acarretar o desejo do nativo em possuir o que o turista tem e vice-versa.

O termo turismo sustentável foi proposto, segundo Ruschmann (2000, p.70), *“para evitar os riscos que a condução inadequada da atividade pode provocar no meio ambiente”*, considerando ainda os habitantes locais e os visitantes, além dos prestadores de serviços. O turismo pode ajudar a justificar e a pagar pela preservação de parques naturais, recreações ao ar livre e manutenção de áreas como atrações que de outra forma, podem ser deterioradas ecologicamente. Além disso, a interação da Educação Ambiental com o turismo aprofunda a análise do espaço, demonstrando de que maneira a ação antrópica interfere nos processos modificadores do ambiente causando o seu desequilíbrio. Quando o turista passa a conhecer o espaço, cria-se uma identidade com o meio ambiente promovendo sua valorização, afinal só se preserva o que se conhece.

Para o turismo sustentável, mais importante do que o próprio turismo é a preservação do meio ambiente, a inserção social dos residentes, a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida, de tal forma que o local suporte, o contato e uso do ser humano e, ao mesmo tempo, mantenha-se para que as gerações futuras também possam dele usufruir (SWARBROOKE, 2000).

Para ser realmente sustentável, o turismo precisa ir ao encontro às necessidades da população anfitriã de forma que produza melhores padrões de qualidade de vida, tanto a curto como em longos prazos; satisfaça as demandas de crescimento da

quantidade de turistas e continue a atraí-los de uma forma que se mantenha o atendimento das necessidades da população local; e proteja o meio ambiente de maneira que se atinjam os dois objetivos anteriores, ou seja, o de manter a satisfação dos visitantes e conseqüentemente, atender às necessidades das populações locais (CATER, 1993).

O Estudo da ecologia das paisagens e sua importância para o turismo vem atender algumas das exigências fundamentais no que se refere ao ajustamento do processo ao desenvolvimento sustentável e, principalmente a Qualidade Ambiental das regiões pesquisadas.

O turismo deve ser pautado em um planejamento no qual a conservação ambiental seja o suporte do projeto. Para isso, deve-se promover e incentivar o turismo como uma alternativa de obtenção de recursos para o pagamento da manutenção de locais históricos, arqueológicos e naturais, de forma a não se deteriorarem ou desaparecer. Pode ajudar a manter o meio ambiente agradável como um todo através do controle do ar, da água, da poluição sonora, de problemas com o lixo. Também, pode incentivar a melhoria da estética ambiental por meio de programas de paisagismo, *designs* adequados de construções e melhor manutenção.

## 1.2 Turismo Rural e sua importância para o desenvolvimento regional

Uma região agrícola pode estar passando por um processo de estagnação econômica derivado de problemas de mercado ou de desenvolvimento tecnológico. Nessa situação a tendência é a de transformação da agricultura tradicional pela agricultura mecanizada apoiada em grandes latifúndios.

Existem diversas propriedades rurais que possuem belezas naturais pouco conhecidas. Muitas vezes, essas belezas podem se tornar atrações turísticas e gerar benefícios aos produtores e habitantes locais. Surge assim o turismo rural, que consiste em fomentar o atendimento familiar, a recepção dos hóspedes no estilo de vida camponês, na economia e na cultura local, mantendo as fazendas seus métodos tradicionais de produção. Desta forma, a atividade turística pode atuar como um importante fator de valorização de hábitos e costumes relativos ao cotidiano do núcleo receptor frente ao processo de globalização, uma vez que este aspecto é fundamental para caracterizar a diferença entre locais ou regiões. No aspecto econômico o turismo é capaz de aumentar as receitas dos municípios, gerarem impostos, maximizar o recebimento de divisas, gerarem ocupação e renda para a população local e redistribuir a renda.

O surgimento do turismo rural é muito recente como atividade econômica. Este setor se desenvolve a partir de uma oferta gerada pela necessidade de diversificação das atividades desenvolvidas no meio rural, como forma complementar de geração de renda, e em segundo pela demanda de interesse peculiar de alguns turistas, inspirada pela necessidade de volta às origens ou da recuperação do caráter bucólico e aprazível da convivência com a natureza, ou com as práticas tradicionais que não mais se encontram nos grandes centros urbanos.

Em virtude das características das áreas rurais brasileiras, é comum essa mul-

tipicidade de atividades turísticas. A identidade de outra atividade vai ocorrer pelo grau de atratividade que ela detenha no produto final. A junção de recursos naturais, da diversificação cultural e das atividades produtivas rurais dá ao turismo rural brasileiro características ímpares. Assim, podemos defini-lo como um produto que atende à demanda de uma clientela turística atraída pela produção e pelo consumo de bens e serviços no ambiente rural produtivo.

O turismo rural é uma atividade agregadora de renda aos produtores rurais, logo, uma das condições necessárias é a de que esse promova sua atividade com Qualidade Ambiental, na propriedade e no entorno desta. Hosken e Viggiano (*apud* SANTOS, 2004) afirmam que o turismo rural atende a uma clientela turística atraída pela produção e consumo de bens e serviços no ambiente rural produtivo. É um conceito múltiplo de um turismo integrado com natureza, com a maneira de viver da nossa gente, com a aventura e com a região. É uma proposta de respeito às nossas raízes, aos ecossistemas e à nossa identidade cultural; um turismo de aproveitamento da zona rural em toda a sua diversidade.

Já para Coriolano (1998), o turismo rural surge como uma proposta conservacionista, pois é um tipo de turismo que passa a ter cuidado com o meio ambiente, valoriza as populações locais, exige qualidade de vida, hospitalidade, recreação, segurança e serviços inter-relacionados.

Para Campanhola e Silva (1999) o turismo rural é um vetor do desenvolvimento regional ou local, que constitui umas das alternativas mais viáveis para se enfrentar os desafios da globalização. Embora tenda padronizar produtos, padrões de consumo, hábitos e costumes em prol da eficiência e da produtividade, a globalização reforça o local, no sentido de que estimula a organização comunitária, para que encontre o seu caminho de sustentabilidade.

A problemática pesquisada neste estudo foi a geração de resíduos sólidos após a passagem de turistas rurais por um propriedade especialmente preparada para a recepção de turistas no sistema “day use”, denominado sítio São Luiz, na localidade de Lomba Grande no município de Novo Hamburgo.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizado um estudo gravimétrico dos resíduos sólidos produzidos no sítio ecológico São Luiz na localidade de Lomba Grande, no município de Novo Hamburgo, em virtude do grande número de turistas que visitam esta propriedade no meio rural.

Foram selecionados 4 finais de semana em que o sítio recebe grande número de turistas. A quantidade de turistas presentes em cada final de semana foi contada através do número de ingressos vendidos. Os resíduos sólidos gerados foram separados nas categorias de matéria orgânica (basicamente restos de alimentos diversos), metais (constituídos quase exclusivamente de latinhas de alumínio), plásticos (de di-

versas origens, predominando embalagens de Polietileno Tereftalato), papéis (desde papéis convencionais até guardanapos não saturados em gordura) e vidros.

O proprietário do sítio São Luiz não aceita o uso nem a inserção de embalagens de vidro dentro dos domínios da propriedade. A estratégia que aplica é a cobrança de multas junto aos usuários caso sejam identificados materiais vítreos em poder dos turistas. Isto influenciou os resultados obtidos, pois não ocorrem materiais vítreos nos estudos gravimétricos.

Realizou-se a triagem, pesagem e classificação de todo o resíduo sólido gerado na propriedade rural, após a saída dos turistas do empreendimento rural. Os resíduos sólidos foram separados nas categorias acima discriminadas e pesados, gerando médias de consumo *per capita* de resíduos sólidos em cada uma das datas pesquisadas.

### 3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O sítio São Luiz está localizado na zona rural de Novo Hamburgo em Lomba Grande sendo cercado por morros, mata nativa e as mais belas paisagens do Vale do Rio dos Sinos, situando-se à aproximadamente 50 km de Porto Alegre.

Dentre os segmentos que desenvolvem o turismo rural, podemos dizer que as propriedades que desenvolvem turismo em áreas rurais têm crescido muito, e o sítio São Luiz é uma destas propriedades que tem se destacado neste segmento. No bairro rural de Lomba Grande predominam empreendimentos que exploram o turismo em áreas rurais. No turismo rural a renda provém predominantemente da produção agropecuária, sendo a presença do turista um agregador de renda na receita total da propriedade.

O objetivo do sítio é oferecer às crianças e adultos maior contato com a natureza e a vida no campo e proporcionar atividades educacionais dirigidas aos estudantes. Há 15 anos o sítio São Luiz vem promovendo atividades com escolas para que tenham a oportunidade de oferecer aos seus alunos aulas práticas em campo, para que em contato com a natureza possam aprender a conhecer, apreciar e proteger o meio natural.

O sítio dispõe de várias atrações de lazer para todos os tipos de grupos tais como empresas, igrejas, escoteiros, famílias, escolas e grupos terceira idade. Os visitantes podem passar o dia em locais reservados para cada grupo, com uma programação variada e acompanhada por monitores treinados.

O sítio São Luiz é um empreendimento que trabalha com grupos e possui uma pousada com cerca de 100 camas para hóspedes. O uso da água é extremamente diversificado, servindo para beber, para atividades de limpeza, recreação e funções sanitárias. O uso da água sempre depende do tamanho e do tipo de empreendimento rural a ser explorado. Grandes empreendimentos utilizam grandes quantidades de á-

gua para manterem seus atrativos, como piscinas e áreas de jardins que necessitam de irrigação.

Stipanuk (*apud* DEMAJOROVIC; VILELA, 2006) estimam um consumo de 384 litros por quarto/dia em hotéis com menos de 75 quartos. Como os empreendimentos hoteleiros possuem em média duas camas por quarto, o sítio teria em média de 50 quartos, logo necessitaria de 250 litros de água por quarto/dia. Grande parte do consumo de água é dirigido para as ações de saneamento e parte delas se relaciona com a geração de resíduos sólidos.

Um dia de passeio no sítio São Luiz, além de ser prazeroso em suas atividades de lazer, também pode ser muito interessante nos trabalhos desenvolvidos para todas as séries escolares. É uma oportunidade única se desenvolver Educação Ambiental com uma gama de recursos pedagógicos para professores e as mais variadas atividades escolares para as crianças. Sendo um sítio pedagógico, todas as visitas são orientadas por monitores que fornecem uma grande quantidade de informações. Independente da idade do visitante, o sítio São Luiz conta com trabalhos direcionados para aprendizado prático ou empírico.

Por tratar-se de um empreendimento instalado no meio rural, com atividades voltadas a preservação do meio ambiente e com fluxo muito grande de turistas foi o escolhido para o estudo do lixo no meio rural para esta pesquisa.

O termo popular “lixo” é o que denominamos normalmente de “resíduos sólidos”. Estes materiais que antes eram entendidos como meros subprodutos do sistema produtivo, passam a ser encarados também como responsáveis por graves problemas de degradação ambiental. Os “resíduos sólidos” diferenciam-se do termo “lixo”. Lixo se compõe de objetos que não possuem qualquer tipo de valor ou utilidade. São porções de materiais sem significação econômica. Os resíduos sólidos possuem valor econômico agregado por possibilitarem o reaproveitamento através de novo ciclo industrial.

Os resíduos sólidos têm composição extremamente variada, dependendo basicamente da natureza de sua fonte produtora. Também variam qualitativa e quantitativamente com as estações do ano e com as condições climáticas, com os hábitos e o padrão de vida da população (DAROLT *et. al.*, 1996). Podemos dizer que os resíduos sólidos representam o fiel retrato da sociedade que os gera.

A Tabela 1 apresenta um resumo dos estudos gravimétricos sobre geração de resíduos sólidos em turismo ecológico, dentro da concepção de estudo de caso do sítio São Luiz na localidade de Lomba Grande, no município de Novo Hamburgo.

A análise gravimétrica dos resíduos sólidos no sítio escolhido para a medição permite observar que os resíduos sólidos estavam compostos por matéria orgânica constituída de restos de alimentos e material reciclável composto por vidros, latas, papel e plásticos.

Tabela 1- Quantidade de resíduos gerados pelos turistas, no Sítio São Luiz, em diferentes períodos. Fonte: Kieling 2008

Produto/Datas	11/12/07	05/02/08	07/03/08	23/03/08	Totais
<b>Total de Turistas</b>	750 pessoas	160 pessoas	140 pessoas	200 pessoas	1.250 pessoas
<b>Matéria Orgânica</b>	100 kg	30 kg	40 kg	85 kg	255 kg
<b>Metais</b>	30 kg	4,5 kg	4 kg	20 kg	58,5 kg
<b>Plásticos</b>	7,5 kg	5 kg	10 kg	8 kg	30,5 kg
<b>Papéis</b>	17 kg	4 kg	6,5 kg	9,7 kg	37,2 kg
<b>Vidro</b>	0 kg	0 kg	0 kg	0 kg	0 k
<b>Totais</b>	154,5 kg	43,5 kg	60,5 kg	122,7 kg	381.2 kg
<b>Relação resíduos/ s/por turista (<i>per capita</i>)</b>	<b>0,206</b>	<b>0,272</b>	<b>0,432</b>	<b>0,613</b>	<b>0,305</b>

A análise gravimétrica dos resíduos sólidos no sítio escolhido para a medição permite observar que os resíduos sólidos estavam compostos por matéria orgânica constituída de restos de alimentos e material reciclável composto por vidros, latas, papel e plásticos.

Dentre as substâncias tóxicas encontradas temos o alumínio; as pilhas e baterias, que lançam níquel e cádmio no ambiente, as lâmpadas que possuem mercúrio, um metal pesado e tóxico que pode contaminar solos e a água.

No sítio São Luiz, estes resíduos são recolhidos em local próprio e depois destinados aos agentes especializados pelo proprietário. Por se tratar de uma propriedade que procura desenvolver e praticar a sustentabilidade, os agentes químicos e agrotóxicos não são utilizados na propriedade, e para melhorar as estruturas do solo são utilizados somente produtos orgânicos e de dejetos animais criados no local.

Conforme quadro, as coletas foram realizadas nas datas acima especificadas em meses alternados e com quantidades variadas de turistas, buscando maior representatividade estatística nos resultados.

A análise permite afirmar que a matéria orgânica guarda correlação direta com o número de pessoas presentes na data da análise e esta diretamente relacionada com restos de alimentos. Os metais representam em geral a quantidade de latas de alumínio para envase de refrigerantes ou cervejas que foi consumida. Os plásticos podem representar restos de sacolas, copos, pratos, garrafas de refrigerantes de Polietileno Tereftalato (PET) e assemelhados. O vidro não está presente porque o sítio São Luiz não permite a entrada deste tipo de vasilhame. Todos os turistas das datas onde foram realizados os levantamentos pertenciam a grupos religiosos.

A Figura 1 apresenta os resíduos sólidos gerados pelos turistas no Sítio São

Luiz, nos diferentes períodos analisados.

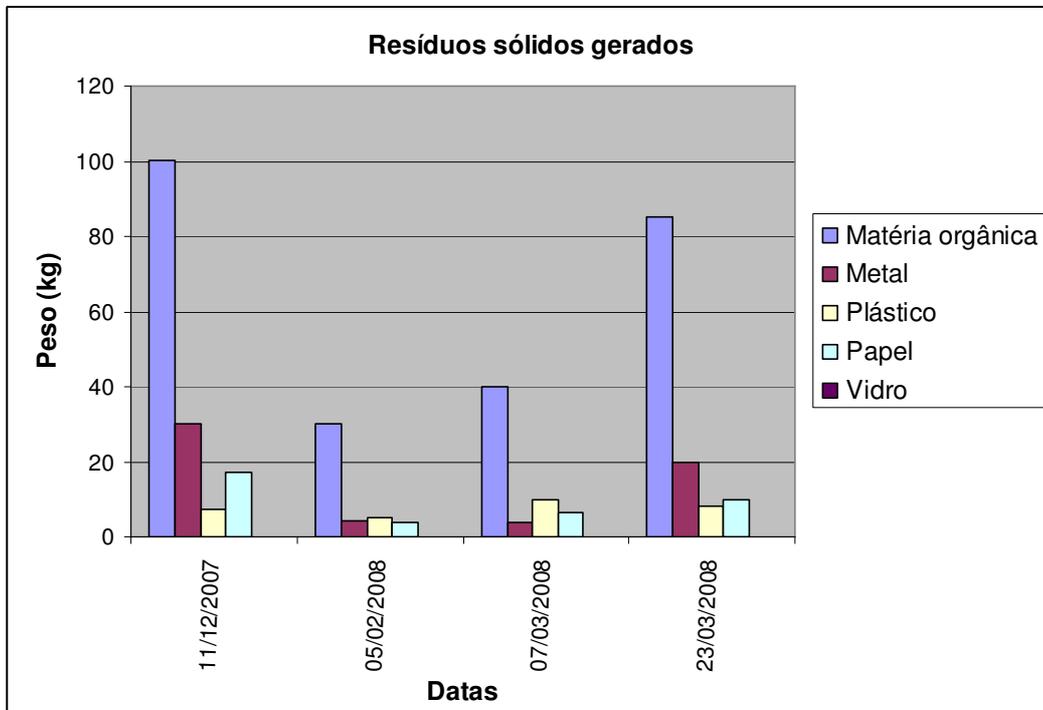


Figura 1 - Resíduos sólidos gerados, em kg, no Sítio São Luiz, nas diferentes datas pesquisadas. Fonte: Kieling, 2008

Conforme visualizamos na figura acima o resíduo de maior peso deixado pelos turistas foi a matéria orgânica, oriunda de restos alimentares (refeições). O segundo resíduo é o de latas, proveniente dos líquidos ingeridos (refrigerantes, cervejas etc). O papel se encontra como o terceiro resíduo deixado pelos turistas, cabendo salientar que este é oriundo do papel higiênico utilizado nos banheiros, (cada rolo pesa em torno de 0,200kg) e sua quantidade foi obtida pela quantidade de rolos utilizados pelos turistas.

O plástico aparece em quarto lugar em virtude de utilizarmos para a análise a medida em quilogramas, e neste caso, como também foi reciclado, se analisarmos pela quantidade deixada é muito grande, pois foi produzido somente em uma propriedade rural e em quatro finais de semana. O vidro por ser na opinião do proprietário um dos resíduos mais impactantes para o meio ambiente, este não permite que entre na propriedade (revisa e solicita que os turistas levem junto com eles, pois caso contrário cobra uma taxa adicional de cada um). Na pesquisa o resultado foi zero em virtude da estratégia utilizada pelo proprietário de não admitir o acesso de vasilhames de vidro.

Na Figura 2 estão apresentadas as médias *per capita* de produção de resíduos nos dias em que foram realizados os estudos gravimétricos no sítio São Luiz.

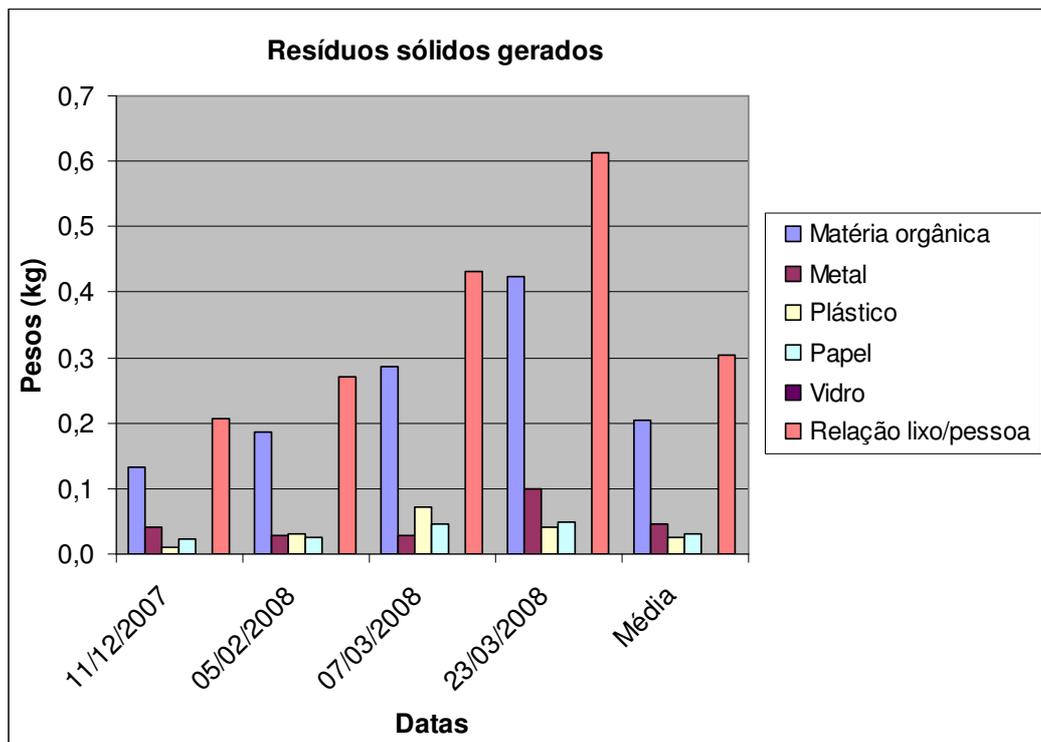


Figura 2 - Número de turistas e resíduos sólidos gerados, em kg/turista, no Sítio São Luiz, em diferentes períodos. Fonte: Kieling, 2008

A produção de matéria orgânica relaciona-se ao número de turistas, idade dos turistas e ao cardápio servido aos turistas na propriedade, e refere-se a restos de comida, deixados como resíduos. Na data de 23/03 a média de matéria orgânica produzida foi muito alta, devido principalmente ao cardápio servido, (churrasco, salada de batata com maionese) e refrigerante, bem como as maiorias de turistas eram compostas por jovens, o que explica a tendência de maior consumo de alimentos. A média encontrada foi de 0,425 kg de resíduo orgânico/turista/dia. Já a relação de resíduos total foi de 0,614 kg/turista/dia, num universo de 200 turistas, a mais alta de toda a pesquisa.

Na data de 07/03 foi obtida uma média total muito alta também, sendo que o diferencial ficou para o plástico, com muitas garrafas de 2 litros de refrigerantes. A média total foi de 0,432 kg/turistas/dia, sendo de matéria orgânica de 0,286 kg/dia, para um universo de 140 turistas, sendo a maioria de jovens também.

Já nas datas de 05/02 e 11/12 as relações de resíduos orgânicos foram meno-

res, 0,188 kg e 0,133 kg respectivamente, ficando a média total em 0,272 kg e 0,206 kg de resíduos totais por turistas por dia, num universo de 160 e 750 turistas.

A relação de resíduos/pessoas/dia, no município de Novo Hamburgo encontra-se em torno de 0,200 kg/pessoa/dia (dado fornecido pela central de reciclagem da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano), quase a mesma obtida no dia 11/12 de 2007.

A Figura 3 apresenta a distribuição percentual dos resíduos gerados pelos turistas no Sítio São Luiz, nos diferentes períodos pesquisados.

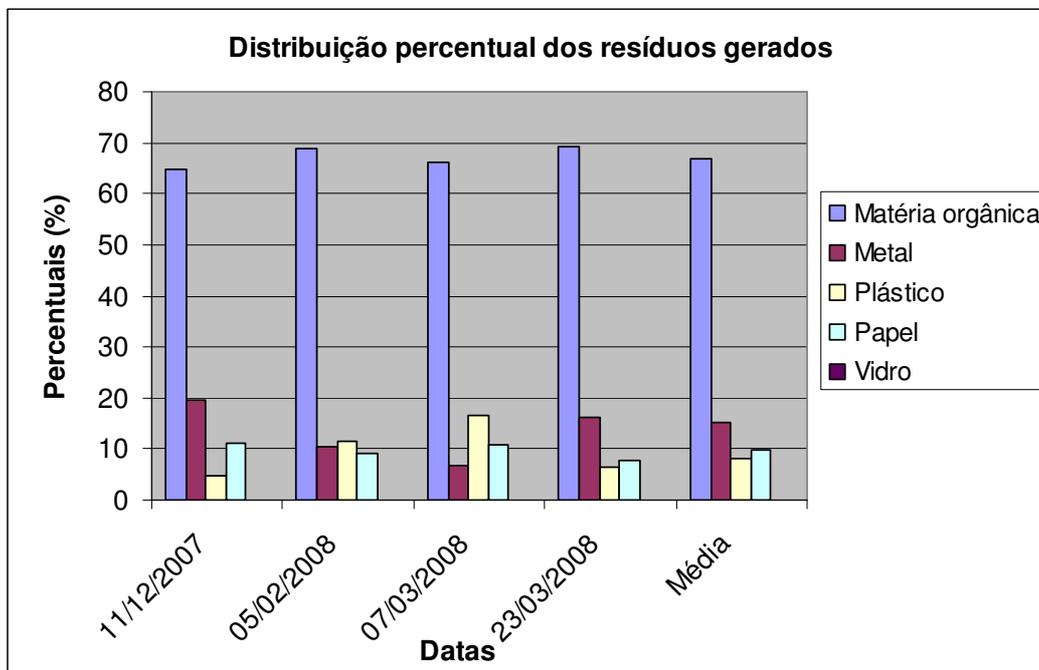


Figura 3 - Distribuição percentual dos resíduos sólidos gerados no Sítio São Luiz, em diferentes períodos. Fonte: Kieling, 2008

Na análise geral dos resíduos gerados no sítio São Luiz, observamos que a matéria orgânica é a que mais contribui com média de 66,89%, em segundo lugar temos o metal (latas), com 15,35%, em terceiro lugar o papel com média de 9,76% e em quarto lugar o plástico com 8,0%. O vidro não aparece por não ser permitido sua entrada na propriedade.

A propriedade rural estudada aplica um programa de gerenciamento dos resíduos sólidos. A matéria orgânica deixada pelos turistas na propriedade não se constitui um problema, mas sim solução, pois toda a matéria orgânica é levada para compostagem e após utilizada como auxiliar no aumento da fertilidade do solo, tanto para as hortas quanto para as mudas de árvores produzidas pela propriedade.

O envio de latas de alumínio para a reciclagem permite ao proprietário agregar renda ao sítio, pois troca estes resíduos por churrasqueiras que aluga e materiais empregados na confecção de bancos e demais artefatos. O plástico também é reciclado e enviado para empresas que os reutilizam, não sendo destinado no interior da propriedade.

O único produto que permanece na propriedade são os diversos tipos de papel. Tanto os guardanapos engordurados, como os papéis higiênicos derivados das atividades sanitárias são enterrados em envelopes de argila de baixa permeabilidade para evitar a contaminação dos aquíferos freático e subterrâneo.

Segundo Naime (2005), gerenciamento ambiental é conjunto de iniciativas para atingir a excelência na gestão de procedimentos relacionados com as questões ambientais. Logo, este deve ser um procedimento que todas as propriedades rurais que desenvolvem o turismo rural devem procurar atender, pois segundo a pesquisa os turistas procuram as propriedades que promovem a gestão ambiental.

O melhor meio para o gerenciamento do lixo ainda é a coleta seletiva, por meio da separação em categorias como vidro, papel, metais e lixo orgânico. Os resíduos sólidos vêm causando grandes preocupações para os governos municipais, na medida em que a sociedade produz mais materiais devido ao excessivo consumo. É inegável o prejuízo causado por estes resíduos sólidos no que se refere às questões sociais e ambientais, além dos indesejáveis efeitos estéticos e sanitários.

Os resíduos sólidos produzidos localmente nas propriedades ou quando atingem cursos de água, ou mesmo pela ação do vento, podem sofrer deslocamentos de quilômetros. Quando não recebem tratamento adequado, os resíduos sólidos constituem um problema sanitário, transmitindo inúmeras doenças, ou servindo de alimento ou abrigo a animais que são vetores de doenças. Além disso, o acúmulo de resíduos sólidos em uma área pode contaminar o solo local e adjacentes, os lençóis freáticos, rios, lagos e mares.

A evidente supremacia dos plásticos em relação aos outros componentes sólidos foi relatada por inúmeros autores em trabalhos semelhantes de diversos países (DEBROT *et al*, 1999; GARRITY; LEVINGS, 1993; ROSS *et al*, 1991), e portanto, reflete um padrão mundial. Os plásticos apresentam uma série de características (produção crescente, difícil degradação, fácil dispersão e ampla disseminação) que os fazem hoje, um dos cinco tipos de poluição candidatos a ser alvo de monitoramento permanente em nível mundial (GREGORY, 1999).

Ao material orgânico pode ser aplicado o processo de compostagem decomposição da matéria em que o produto final pode ser aproveitado como adubo orgânico. No caso de aterro sanitário na propriedade o solo deve ser totalmente compactado na base, o que o torna impermeável, evitando assim a penetração do chorume (termo usado para se referir ao líquido escuro e turvo proveniente do armazenamento e repouso do lixo) para os lençóis freáticos.

O produtor rural não pode esquecer que existe uma correlação direta entre qualidade do meio e qualidade de vida, portanto à medida que o meio ambiente se deteriora, a qualidade de vida é afetada. Desta forma, o gerenciamento da variável ambiental deve, invariavelmente, estar associado a uma estratégia e incremento da produtividade e qualidade, visando minimizar o desperdício de matérias primas, insumos e subprodutos, que além de se constituírem em perdas significativas para a lucratividade das propriedades, agravam concomitantemente os problemas relacionados à depuração de efluentes líquidos e disposição final de resíduos sólidos.

Para finalizar é preciso registrar que o problema do lixo rural ainda é pouco discutido e estudado sendo dedicado poucos recursos específicos para busca de estratégias que minimizem o problema.

Para o proprietário do sítio São Luiz é de fundamental importância à reciclagem do 'lixo' na propriedade, pois além de evitar a ocorrência de impactos ambientais e de preservar a qualidade ambiental da propriedade, permite ainda agregação de renda com a venda do material reciclado e a utilização da matéria orgânica levada para a produção de compostagem, e posterior utilização de adubo orgânico.

Na pesquisa de geração de resíduos sólidos no sítio São Luiz é essencial destacar as ações de Educação Ambiental praticadas e os processos de gestão dos resíduos sólidos. É estimulada a coleta seletiva e à política dos 3Rs: reduzir, reaproveitar e reciclar os resíduos. No entanto, de uma maneira geral, a ênfase dos programas de coleta está no reaproveitar e no reciclar e não no reduzir o consumo, que se caracteriza como o principal problema.

#### 4. CONCLUSÕES

Os resíduos sólidos variam qualitativa e quantitativamente, de acordo com as estações do ano, com as condições climáticas e com os hábitos e o padrão de vida da população (DAROLT *et. al.*, 1996). Os resíduos sólidos gerados são um retrato do estágio da sociedade de consumo que os produz.

A análise deste estudo permite afirmar que a matéria orgânica guarda correlação direta com o número de pessoas presentes na data da análise e esta diretamente relacionada com restos de alimentos.

A propriedade rural estudada aplica um programa de gerenciamento dos resíduos sólidos. A matéria orgânica deixada pelos turistas na propriedade não se constitui um problema, mas sim solução, pois toda a matéria orgânica é levada para compostagem e após utilizada como elemento de fertilização dos solos, tanto para as hortas quanto para as mudas de árvores produzidas pela propriedade.

A remessa das latas de alumínio para a reciclagem permite ao proprietário agregar renda ao sítio, pois troca estes resíduos por churrasqueiras que aluga e materiais empregados na confecção de bancos e demais artefatos. O plástico também é

reciclado e enviado para empresas que os reutilizam, não sendo destinados no interior da propriedade.

O único produto que permanece no interior da propriedade são os papéis. Tanto guardanapos engordurados como papel higiênico proveniente dos banheiros. Este material é enterrado e se não for protegido adequadamente poderá se constituir em uma contaminação tanto do lençol freático como das águas subterrâneas. O proprietário do sítio deposita estes resíduos em um local com presença de argila de baixa permeabilidade o que permite a inertização deste material.

Com relação aos impactos observados e ou produzidos pela geração de resíduos dos turistas é observado que a preocupação é grande. Os maiores beneficiados pela correta gestão dos resíduos serão tanto os proprietários rurais como os turistas rurais. Logo caberá ao conjunto de envolvidos nas atividades, a conscientização dos impactos provocados quer sejam nas áreas produtivas ou seja dentro das propriedades onde ocorre a geração dos resíduos pelos turistas nos locais visitados como plásticos, papel, vidros e outros (NAIME, 2005).

Atualmente, existe uma insustentabilidade na estrutura socioambiental das cidades e das áreas rurais, tanto nas relações entre as pessoas, como nas relações das pessoas com a natureza. Concordamos com Quintas (2000) que para estas relações serem viáveis, é necessário que haja uma educação integrada no processo de gestão ambiental que proporcione as condições necessárias para a produção e aquisição de conhecimentos e habilidades, e, que desenvolva atitudes, visando à participação individual e coletiva na gestão do uso de recursos ambientais e na concepção e aplicação das decisões que afetam a qualidade dos meios físico-natural e sociocultural.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHTON; M..S.G; BALSISSEIRA, R. **Turismo em Perspectiva**. Novo Hamburgo: Feevale, 2003. 192 p.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. *In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 37, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: SOBER, 1999. p.47-57.

CATER, E. Ecotourism in the third world: problems for sustainable tourism development. **Tourism Management**. Abril,1993, p.85-90.

CORIOLOANO, L.N.M.T. **Do local ao global: O Turismo Litorâneo Cearense**. Campinas: Papiros, 1998, 176p.

DAROLT, M.R.; DAVANSO, S.M.; LUZ, G.O.F.; MIRANDA, T.L.G.; PENTEADO, P.; PUCCI, A.; RAMINA, R.H.; TREVISAN, E. Percepções Sociológicas de Rotas do lixo reciclado em Curitiba - PR. *In: Jornadas Científicas Sobre Meio Ambiente, II. Resumos*. Curitiba: UFPR-NIMAD/Grupo Montevideo/UNESCO, 1996.

DEBROT, A. O; TIEL, A. B; BRADSHAW, J. E. Beach debris in Curaçao. **Marine Pollution Bulletin** 38: (9) pp 795-801 SEP 1999.

FERRETI, E.R. **Turismo e Meio Ambiente: Uma Abordagem Integrada** – São Paulo: Rocca, 2002, 196p.

GARRITY, S.D.; LEVINGS, S. C. Marine debris along the Caribbean coast of Panama. **Elsevier Science**, v. 19. n. 3, p. 199-212 1993.

KIELING, R. Qualidade ambiental como fator para o desenvolvimento do turismo rural. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2008. 105 p. **Dissertação** (Mestrado). Programa de pós-graduação em Qualidade Ambiental, Centro Universitário Feevale, 2008.

NAIME, R. **Diagnóstico ambiental e sistemas de gestão ambiental: incluído a atualização da série ISO 9000 e as novas NBR 14001/2004 e NBR ISO 19011/2002** – Novo Hamburgo: Feevale, 2005. 168p.

QUINTAS, J.S. (org) - **Pensando e praticando a Educação Ambiental na Gestão do meio ambiente**. Brasília: IBAMA, 2000.

ROOS, J.B.; PARKER, R.; STRICKLAND, M. A survey of shoreline in Halifax Harbour, **Environ Sci Technol.**; 24:571-5. 1989.

RUSCHMANN, D. O. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. *In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (org.) Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2000.

SANTOS, E.O. **O Agroturismo e o Turismo Rural em Propriedades da Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Pallotti, 2004, 147p.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável**. São Paulo: Aleph, 2000, 274p.

VILELA, A.Jr.; DEMAJOROVIC, J. **Modelos e ferramentas de gestão ambiental: desafios e perspectivas para as organizações**. São Paulo :Editora Senac , 2006.

ZIMMERMANN, A. **Turismo Rural: um modelo brasileiro**. Florianópolis: Ed. do autor, 1996, 128p.

## 6. AGRADECIMENTOS

A equipe do Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas (ICET) pelo suporte a este trabalho.

**Roberto Naime:** Centro Universitário FEEVALE

Email: rnaime@feevale.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1800647258153035>

**Sérgio Carvalho:** Universidade Federal de Santa Maria

Email: scarvalho@feevale.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9114677690912835>

Data de submissão: 15 de abril de 2009

Data do aceite: 13 de agosto de 2009



## Pagamento por Serviços Ambientais aliando Conservação e Ecoturismo<sup>1</sup>

*Marco Aurélio Pereira, Wildes Gomes de Campos*

### RESUMO

A região de Itacaré, no sul da Bahia possui grande parte das suas trilhas, praias, lagoas e rios situados na Área de Proteção Ambiental (APA) Itacaré Serra Grande. Nessa região encontram-se inúmeras pequenas propriedades rurais que perderam sua vocação agrícola com a crise cacaueteira nos anos de 1990 e com as restrições consequentes da instituição da APA. Tais propriedades abrigam florestas de grande biodiversidade, que precisam ser preservadas das ações de caçadores, de extrações ilegais de madeira e dos impactos negativos de um turismo predatório. O trabalho de campo desenvolvido neste estudo objetivou realizar um diagnóstico para avaliar a possibilidade da criação de um fundo para Pagamento de Serviços Ambientais (PSA) tendo o *trade turístico* como potencial doador e pequenos proprietários rurais vinculados a projetos socioambientais já em desenvolvimento, como beneficiários do mecanismo de pagamento. Foram entrevistados proprietários rurais para calcular a renda agrária de cada propriedade e verificar o custo de oportunidade do uso da terra. A partir do custo de oportunidade seria possível estabelecer o valor do pagamento e o montante necessário para a composição do fundo. Com a finalidade de identificar a disponibilidade dos empreendedores locais a contribuir com o fundo, foram aplicados questionários de Valoração Contingente aos empreendedores turísticos locais. Tais questionários continham três tipos de questões: abertas, para ordenação (*ranking*) e de alternativas. Na intenção de articular a necessidade de manter a riqueza biológica, o potencial turístico da região e melhorar a qualidade de vida dos proprietários rurais, este trabalho analisou, também, a disponibilidade de contribuição dos turistas e do *trade turístico* da região para a implantação do projeto de PSA. Conclui-se que, é viável a implementação de um fundo para pagamento de serviços ambientais devido a disponibilidade para contribuição por parte dos empreendedores e turistas. No entanto, como hipótese derivada do estudo, entende-se que este mecanismo não é suficiente para garantir a sustentabilidade ambiental da região, necessitando de ações complementares com o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o setor.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ecoturismo, Conservação Ambiental, Pagamento por Serviços ambientais.

### ***Payments for environmental services combining conservation and Ecotourism***

#### **ABSTRACT**

The region of Itacaré, located in the Southern of the State of Bahia in Brazil is very well known for its natural resources such as beaches, lakes, rivers and open trails and belongs to the Itacaré Serra Grande Environmental Protection Area «Área de Proteção Ambiental (APA)». Within the area several private rural properties exist, mainly of small size. Most of those properties were traditionally adapted to the production of cocoa beans for centuries which during the 90's had its failure due to natural causes. Since then, the designation of that (APA) did not aid the farmers either. The regions encompass very valuable forests and biodiversity which do need protection from illegal extractivism, hunters and predatory tourism. The objective of the this field research is to effectively draw a diagnostic of the present situation with the purpose of launching a possible leveraging fund which would assist the locals with payment for environmental services (PES). The funding would originate from the private local tourism sector and benefit the local on going environmental projects. Interviews were taken with landowners in order to figure out the land rental value of each property and in order to determine the opportunity cost of land usage. Once that data was gathered it became possible to establish the reasonable amount of payments and the size the funding should be composed of. In order to find out the local entrepreneurs capacity to compose such funding the researchers applied Contingent Valuation Questionnaires. There were three kinds of questions: open, ranking and alternatives. The research intended to articulate between the need to preserve the natural biological assets of the region, the measurement of its tourism trade potential and the viability of improvement on the quality of life of local landowners. The work also contemplated the availability of funding from tourists and tourism operators in that region in order to compose the PES fund. The research concluded it is possible to implement a fund for Payment of Environmental Services counting of the support of local entrepreneurs and the tourism sector, however, the research also indicates that such fund leveraging mechanism is not sufficient to ensure the sustainability of the region. It would require complementary action from the public sector by means of creating and implementing supporting policies.

**KEY-WORDS:** Ecotourism, Environmental Conservation, Payment for Environmental Services.

## **INTRODUÇÃO**

### **O Ecoturismo e a conservação dos recursos naturais**

Economicamente, o turismo é hoje a mais lucrativa das atividades civis, sendo o Ecoturismo responsável por 7% do total do lucro obtido pelas atividades turísticas no Brasil (PADUA *et al*, 2001). Segundo as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (BRASIL, 1994, p. 2).

O Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do meio ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

No Brasil, o Ecoturismo engloba a proteção ambiental, trocas culturais e geração de renda e emprego (LAYRARGUES, 2004). A atividade é vista como uma forma de curar as chagas da desigualdade social, uma vez que movimentam cifras gigantescas, cerca de quinhentos milhões de reais por ano, com visitação aproximada de meio milhão de turistas por ano. É o segmento com crescimento mais expressivo em todo o mundo, impulsionado pelo resgate de valores sociais, em que a natureza deixa de ser vista como objeto de exploração e passa a ser encarada pelo seu valor de existência por muitos viajantes, consequência da crescente escassez dos recursos naturais (LAYRARGUES, 2004; PADUA *et al*, 2001).

Mas infelizmente algumas experiências desse setor têm focado apenas o lucro, trazendo prejuízos para o meio ambiente. Ironicamente, os países que detêm os maiores índices de biodiversidade do planeta, também se destacam pela pobreza e miséria, que causam pressões aos recursos naturais existentes, sendo assim necessária a elaboração de modelos alternativos de desenvolvimento e conservação que contemplem essas regiões (PADUA *et al*, 2001).

Segundo Jesus (2003, *apud* NEIMAN, 2007) o Ecoturismo que inicialmente propunha alternativas turísticas pautadas na conservação ecológica, tornou-se um turismo predatório, utilizando-se de estratégias de *marketing* com discursos ecológicos, nem sempre praticados. Somente quando o Ecoturismo realmente incorporar a ética ambiental, juntamente com o respeito às culturas tradicionais, poderá ter impacto positivo, sendo fonte de renda para locais que ainda têm natureza preservada (PADUA *et al*, 2001)

O Ecoturismo deveria ser visto como uma forma de proteção ambiental, com ênfase nas análises de capacidade de suporte, ou seja, o número ideal de visitantes que não cause impactos ecologicamente negativos, havendo um equilíbrio entre os aspectos econômico e ecológico. Se o fator econômico não se sobrepusesse aos demais fatores do Ecoturismo, com certeza esta atividade seria uma excelente estratégia para a proteção do patrimônio ambiental e cultural das regiões, pois poderia aproximar o turista dos elementos naturais (LAYRARGUES, 2004). De acordo com Neiman (2007), o Ecoturismo é uma das ferramentas de Educação Ambiental que precisa ser mais bem estruturada, já que nos últimos anos configurou-se como atividade economicamente viável.

Diante dos impactos negativos causados pela visitação de massa, práticas de Educação Ambiental se transformam em veículo do Ecoturismo, sendo vistas como uma forma de garantir a sustentabilidade do empreendimento. Assim, a Educação Ambiental torna-se primordial para articular os mecanismos relacionados ao Ecoturismo, inclusive envolvendo e sensibilizando os turistas, no que se refere à proteção ambiental e cultural dos espaços visitados (LAYRARGUES, 2004).

Para Rasteiro (2002, *apud* NEIMAN, 2007, p. 47):

Em diversos encontros nacionais e internacionais sobre o tema tem sido evidente o grau de distorção sobre o que vem a ser Ecoturismo, mas não há como se pensar em outro que não envolva três pontos básicos: planejamento sustentável, Educação Ambiental e inclusão social.

Layrargues (2004) comenta a necessidade da criação de políticas públicas que tenham caráter socialmente justo no tocante à distribuição dos recursos gerados pelo Ecoturismo, contemplando inclusive não só os aspectos ambientais e culturais, mas também os socioeconômicos da sustentabilidade. O autor afirma que os modelos ecoturísticos vigentes hoje apresentam dois eixos: o Ecoturismo de base comunitária e o Ecoturismo empreendedor (Tabela 1).

Tabela 1 – Modelos de Ecoturismo, segundo Layrargues (2004).

<b>Ecoturismo de base comunitária</b>	<b>Ecoturismo empreendedor</b>
A comunidade local é a própria operadora do negócio ecoturístico, permitindo o desenvolvimento comunitário local, a emancipação política e favorecendo a distribuição de renda.	A operadora do negócio ecoturístico não é proveniente da comunidade local, mas de centros urbanos, o que dificulta a distribuição de renda.
A renda gerada permanece na comunidade local e é distribuída entre os trabalhadores da atividade.	A renda gerada é destinada ao lucro dos empreendedores que financiam a atividade.
Há espaço para inclusão e inclusive ascensão social, já que a própria comunidade local é responsável pela gestão da atividade.	Fala-se de oportunidade de geração de emprego para a comunidade local, para ocupar funções de serviços, mas não de empreendimento.
O pacote ecoturístico envolve múltiplas dimensões: natureza, história e cultura como variáveis indissociadas. Locais de destino são sobretudo comunidades extrativistas.	O pacote ecoturístico privilegia a beleza natural. Locais de destino são sobretudo os 'hotéis de selva'.
O turista imerge na realidade local real, se impregna da vida cotidiana da coletividade, vivencia o envolvimento profundo e legítimo da rotina da comunidade local naquele espaço protegido. O turista experimenta a alteridade de si com o outro como continuidade da natureza.	O turista imerge numa realidade fantasiosa, vivencia um contato idealizado de uma natureza idílica, virgem e dadivosa, de forma superficial e folclórica. O turista experimenta apenas a alteridade de si com a natureza exposta numa vitrine.
O turista experimenta um contato direto com a realidade, com pouca mediação do guia.	O turista experimenta um contato indireto com a realidade, com forte mediação do guia.

## A Área de Proteção Ambiental (APA) Itacaré Serra Grande e sua realidade

A região Sul da Bahia, onde está localizada a Área de Proteção Ambiental (APA) Itacaré Serra Grande é a mais rica em biodiversidade do planeta, chegando a apresentar 270 espécies em um único hectare (DEAN, 1996). A excepcional biodiversidade da região e a paisagem costeira ainda bastante preservada (Figura 1) são fundamentais atrativos turísticos que movimentam a economia local (IFV, 2008). De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (BRASIL, 2000), uma Área de Proteção Ambiental (APA)

é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (art. 15).

A APA Itacaré Serra Grande foi criada em 1993 devido à necessidade de proteger uma extensa área litorânea, composta por planícies costeiras, cordões arenosos formando restinga, associado a remanescentes bem preservados da Mata Atlântica, além de áreas estuarinas e manguezais de grande diversidade biológica, grande potencial turístico e beleza ímpar (IFV, 2004).



Figura 1 – Paisagem litorânea da APA Itacaré Serra Grande (BA).  
Foto: Wildes Gomes de Campos.

O sistema agroflorestal cabruca, tradicional na região, que se caracteriza pelo plantio de cacau junto à floresta nativa, é um importante conector de paisagens, mas

tem sido convertido em atividades agropecuárias e atividades voltadas para o turismo, o qual potencializou a exploração imobiliária. A crise da lavoura cacaueteira provocou um alto índice de migração da população rural para os centros urbanos, intensificado com as restrições no uso da terra, advindas com a criação do Parque Estadual da Serra do Condurú e da APA Itacaré Serra Grande. Apesar da mudança da estrutura econômica da região, potencializada pelo turismo, a APA mantém ainda cerca de 70% do seu território ocupado por florestas e sistemas agroflorestais associados ao cacau.

As atividades de exploração ilegal de madeira nos fragmentos de matas ainda preservadas constituem forte ameaça ao ecossistema de Mata Atlântica presente nesta área. A pavimentação da Rodovia BA 001, trecho Ilhéus-Itacaré, representou outra grande influência negativa na conservação da região, antes protegida pela dificuldade de acesso. Em consequência disso, a região passou a atrair um grande número de pessoas e empreendimentos, provocando aumento da demanda por terras, por produtos madeireiros e agrícolas, áreas para urbanização, serviços de saneamento, obras de infraestrutura, dentre outros.

Estas demandas passaram a pressionar fortemente os recursos naturais, que constituem o principal atrativo turístico da região de Itacaré, com suas belíssimas paisagens e grande diversidade biológica (IFV, 2004). A melhoria de vida das comunidades rurais e urbanas da região e a conservação da natureza dependem de uma integração econômica com a atividade turística sustentável.

Na APA Itacaré Serra Grande, o panorama da desigualdade social não é diferente do seu entorno mais abrangente. Lá o turismo vem crescendo a cada ano, gerando recursos financeiros aos empreendedores turísticos, que, em sua maioria, são oriundos de outras regiões do Brasil ou do exterior. Aos moradores locais são destinados normalmente, os serviços menos qualificados. Além disso, a falta de planejamento tem provocado degradação ambiental por desordenamento na construção dos empreendimentos, acúmulo de lixo e uso exaustivo dos recursos naturais.

Para se consolidar como destino ecoturístico, a região de Itacaré Serra Grande, necessariamente precisaria implementar estratégias de gerenciamento que respeitassem as condições naturais e as comunidades locais, estabelecendo um envolvimento econômico efetivo, que favoreça a melhoria da qualidade de vida dessas populações. Padua *et al* (2001) entendem que o Ecoturismo é sem sombra de dúvidas uma alternativa que possibilita aliar desenvolvimento com conservação, mas para que isso ocorra se faz necessário considerar as ameaças aos ecossistemas e às estruturas sociais onde é desenvolvido.

Diante desse quadro, discutem-se medidas que viabilizem a mitigação dos problemas ambientais da região, de forma que se possa aliar esforços junto ao *trade turístico* (turistas e empreendedores turísticos locais), analisando a viabilidade da elaboração de um sistema de pagamentos por serviços ambientais que contribua com a conservação ecológica do Sul da Bahia.

Apenas um turismo em sintonia com as comunidades e com a conservação do meio ambiente, fará com que o turista incorpore esse aprendizado para sua vida, gerando sensibilização para a preservação da natureza e do patrimônio cultural.

No entanto, na região sul da Bahia, o que tem ocorrido é o que Layrargues

(2004) denomina de Ecoturismo Empreendedor. De acordo com Vasques (2005), o município de Itacaré recebe 80 mil visitantes por ano. Essa demanda passa a pressionar fortemente os recursos naturais, que constituem o principal atrativo turístico local, com suas belíssimas paisagens e grande diversidade biológica (IFV, 2004).

### **Serviços ambientais e conservação florestal**

Segundo Wunder (2008), o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) implica em uma transação voluntária entre algum comprador e o provedor de um serviço ambiental ou uma forma de uso da terra que possa assegurar esse serviço. Ou seja, consiste em pagar o produtor rural, responsável pelos serviços ambientais prestados à comunidade, para compensar uma perda econômica ocasionada pela manutenção desses serviços. Assim, além de um instrumento econômico, o PSA constitui-se como mecanismo de política ambiental ao incentivar práticas conservacionistas, sem impedir práticas produtivas (MICOL *et al*, 2008). Com a conservação de áreas florestais, a sociedade como um todo beneficia-se pelos serviços ecossistêmicos, que são os benefícios diretos e indiretos oriundos dos ecossistemas, como por exemplo, a provisão de alimentos, a regulação climática e a formação do solo (De GROOT *et al*, 2002).

Os municípios que hospedam a APA Itacaré Serra Grande contam com presença de agricultores familiares detentores de florestas naturais. Três comunidades rurais – Serra Grande, Taboquinhas e Marambaia, que foram foco dessa pesquisa – são fundamentais para a conservação da natureza local, por estarem ao longo da rodovia Ilhéus Itacaré e abrigarem parte importante das pequenas bacias hidrográficas que alcançam as praias deste litoral, com rios e riachos bastante preservados. Sendo tais áreas de grande interesse para o turismo local, o pagamento por serviços ecossistêmicos pode estar relacionado com a beleza cênica e a conservação da biodiversidade. A Figura 2 apresenta o uso e ocupação do solo na região, onde se observa áreas de florestas circundadas por áreas de agricultura e pecuária, mas ainda em conectividade. Se não houver um incentivo aos agricultores locais para manutenção da vegetação natural, corre-se o risco das áreas de produção avançarem e restarem pequenos fragmentos florestais com grande perda de biodiversidade.

Esforços para a conservação e manutenção dessas áreas justificam-se pela extraordinária riqueza natural e por garantir a eficiência dos inúmeros serviços ambientais como a captura e armazenamento de carbono e a manutenção de mananciais, que favorecem a integridade dos solos pelos processos hidrológicos contemplando o bem-estar humano, bem como a manutenção de recursos econômicos para a população local.

De acordo com a *Ecotourism Society International*, o Ecoturismo pode ser encarado como uma das formas de “turismo responsável para áreas naturais, que conserva o meio ambiente e dá sustentação ao bem-estar das populações locais” (*apud* PADUA *et al*, 2001, p.28). Estratégia que possibilita o reinvestimento do recurso local arrecadado viabilizando a conservação dos ecossistemas envolvidos.

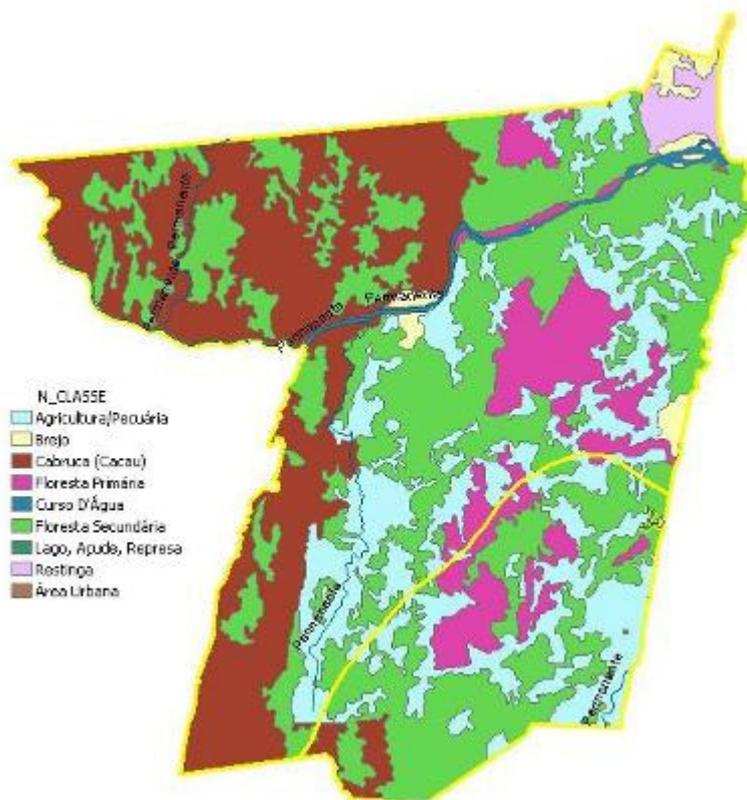


Figura 2 – Mapa do uso e ocupação do solo na APA Itacaré Serra Grande (BA).  
Fonte: Laboratório de análise ambiental - Instituto Floresta Viva, disponibilizado por Danusa Campos.

Diante desse quadro, o presente trabalho objetiva analisar se há disponibilidade dos turistas e do *trade turístico* da região de Itacaré para contribuir com o fundo para pagamento por serviços ambientais disponíveis, condicionado ao comprometimento dos proprietários rurais (Figura 3) a desenvolver atividades que garantam a conservação da área florestal através de práticas sustentáveis.

Especificamente pretendeu-se:

- Verificar a viabilidade econômica da implementação de uma taxa para a conservação ambiental na região;
- Verificar a disponibilidade de empreendedores e turistas para participar do mecanismo, como potenciais doadores;
- Estabelecer valores que possam ser coerentemente aplicáveis para a participação dos empreendedores e turistas.

A criação de um fundo para pagamentos de serviços ambientais na região poderá:

- 1) estimular o manejo adequado dos recursos naturais protegendo a cobertura florestal, a biodiversidade e os recursos hídricos da região;
- 2) favorecer o incremento de renda aos proprietários rurais;
- 3) favorecer a continuidade de programas agroflores-

tais e de econegócios, iniciados por instituições sociais da região; 4) fomentar ações de educação ambiental no desenvolvimento do Ecoturismo local.



Figura 3 – Proprietários rurais de uma comunidade Quilombola. APA Itacaré Serra Grande (BA). Foto: Wildes Gomes de Campos.

## MÉTODOS

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Itacaré Serra Grande ocupa 28 km de extensão, com uma área total de 62.960 ha e abrangendo os municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré na região litorânea no Sul do Estado da Bahia (Figura 4).



Figura 4- Localização geográfica da região de estudo. A: Bahia; B: Itacaré; C: APA de Itacaré Serra Grande. Fonte: A e B: itacaré.com; C: Google Maps.

O trabalho de campo desenvolvido na região em 2008 objetivou realizar um diagnóstico para avaliar a possibilidade da criação de um fundo para pagamentos de serviços ambientais tendo o *trade turístico* como potencial doador e pequenos proprietários rurais vinculados a projetos socioambientais já em desenvolvimento, como beneficiários do mecanismo de pagamento. Foram entrevistados 37 proprietários rurais para calcular a renda agrária de cada propriedade e verificar o custo de oportunidade do uso da terra. A partir do custo de oportunidade<sup>2</sup> seria possível estabelecer o valor do pagamento e o montante necessário para a composição do fundo. Com a finalidade de identificar a disponibilidade dos empreendedores locais a contribuir com o fundo, foram aplicados questionários de Valoração Contingente<sup>3</sup> aos empreendedores turísticos locais, entre eles 29 pousadas, quatro hotéis, 11 restaurantes, três serviços turísticos; e a 98 turistas que visitavam a região de Itacaré. De acordo com o *site* de informações turísticas<sup>4</sup> existem por volta de 96 empreendimentos e uma média de 80 mil turistas que visitam a região ao ano.

As entrevistas com os proprietários rurais (Figura 5) puderam levantar informações sobre cada propriedade e as atividades produtivas nelas desenvolvidas, focando suas receitas e despesas. Foi também observada a potencialidade das propriedades em dispor de serviços ambientais em função da área florestal preservada. Os questionários direcionados aos empreendedores e turistas, além de uma caracterização socioeconômica, abordaram aspectos da conservação ambiental e disponibilidade em contribuir financeiramente para a implementação do fundo.



Figura 5– Entrevista com o proprietário rural. APA Itacaré Serra Grande (BA).  
Foto: Wildes Gomes de Campos.

Os questionários foram elaborados e tabulados, conforme sugere Ditt *et al.*, (2006), compostos de questões abertas, questões para ordenação (*ranking*) e ques-

tões de alternativas. Os resultados das questões abertas, sendo qualitativos, foram agrupados em categorias de acordo com o tipo de resposta. As questões de ordenação foram estruturadas de acordo com o grau de importância em ordem crescente. Para as questões alternativas foram calculados os valores percentuais.

O questionário direcionado aos turistas foi utilizado também como ferramenta para identificar o perfil do turista frequentador da região, para através do cruzamento de dados e suas respectivas interpretações, possa-se observar se há um público turístico preferencial para otimizar esforços a fim da captação de recursos para a elaboração do fundo.

Para a valoração da renda agrária e análise do custo de oportunidade, os dados coletados com os pequenos proprietários rurais possibilitaram quantificar o valor monetário da produção agrícola. Os dados de cada atividade foram transformados em valores monetários anuais e foram somados utilizando a seguinte fórmula (FAO/ IN-CRA, 1995):

$$RA = PB - CI - D + Sb - S - I - J - RT$$

onde: **RA** - renda agrária, **PB** - valor do produto bruto, **CI** - bens de consumo intermediários, **D** - depreciação do capital fixo, **Sb** - subsídios, **S** - salários, **I** - impostos, **J** - juros e **RT** - renda da terra (arrendamentos).

Com aplicação do questionário aos empreendedores e turistas, objetivou-se identificar a disponibilidade de ambos os grupos a contribuir com o pagamento por serviços ambientais, e definir o valor médio da doação. Como existe uma sazonalidade de turistas (alta e baixa temporada), a maioria dos empreendedores sugeriu valores diários por turista, em vez de indicar uma taxa fixa de contribuição. Calculou-se a média dos valores das diárias de serviços (hospedagem, refeições e passeios turísticos) para chegar a uma taxa diária por turista. Como os turistas apresentaram diferentes formas para chegar ao valor de contribuição (taxa fixa por dia ou temporada; ou percentual dos gastos obtidos com a sua estada na região), a taxa estimada a pagar pelos turistas foi alcançada com a padronização dos valores sugeridos pelos entrevistados, transformando-os para valores em reais por pessoa/dia, e tirada a média desses valores.

## RESULTADOS

Os 37 proprietários rurais entrevistados estão localizados em diferentes bairros e comunidades de Uruçuca e Itacaré. As atividades produtivas que os proprietários rurais realizam estão restritas ao cultivo em pequena escala de cacau, cravo, coco, mandioca, frutas e hortaliças e na criação de alguns animais, como galinhas, ovinos e suínos. Apesar de apresentarem remanescentes florestais, as matas das propriedades estão limitadas as áreas próximas de rios e nascentes.

A partir dos dados de renda agrária dos pequenos proprietários rurais, foi possível verificar que a maioria depende de rendas externas, seja por subsídios como bolsa-família, aposentadoria, salários, ou pelo programa do Txai-Social - de compen-

sação por serviços ambientais instituído pelo resort Txai. A média de renda anual dos agricultores é de R\$ 528,12 por hectare, variando de - R\$ 305,00 a R\$ 4.713,50. Se desconsiderar a entrada de subsídios, a renda cai para R\$ 214,00 negativos, variando de - R\$ 1.372,75 a R\$ 576,00.

Os valores apresentados foram calculados de acordo com o levantamento das estimativas de renda agrária dos proprietários rurais. No entanto, os números negativos apontados são devidos à falta de informações obtidas sobre a produção rural, ou por desenvolverem agricultura de subsistência, o que fragilizou a precisão do estudo. Os proprietários entrevistados não possuem sistematização ou planejamento de suas culturas, o que os torna economicamente vulneráveis, pois não têm idéia dos custos e lucros da produção agrícola.

Em relação à preservação ambiental das propriedades, apesar das áreas florestais concentrarem-se nas Áreas de Preservação Permanente (APP), os proprietários mostraram-se dispostos a desenvolver negócios que sejam ecológica e economicamente viáveis, para não expandir as áreas de cultivo.

O perfil do turista da região foi caracterizado levantando dados de origem (Figura 6), faixa etária (Figura 7), grau de escolaridade (Figura 8) e renda familiar mensal.

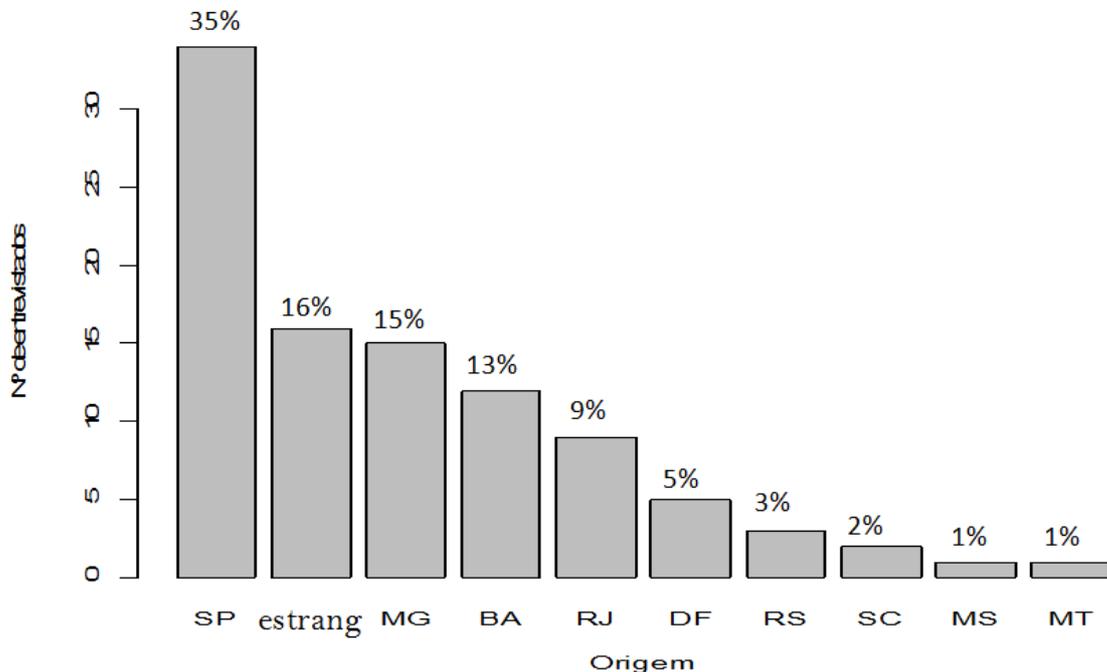


Figura 6 - Gráfico do número de entrevistados por origem.

Aplicando um teste de independência que utiliza a estatística de qui-quadrado, observou-se que o grau de escolaridade dos entrevistados não influencia na disponibilidade para contribuir com o fundo financeiro ( $X^2=6,00$ ;  $gl=3$ ;  $p=0,11$ ). O poder aquisitivo dos visitantes, que em sua maioria (68%) são pessoas de classes média e mé-

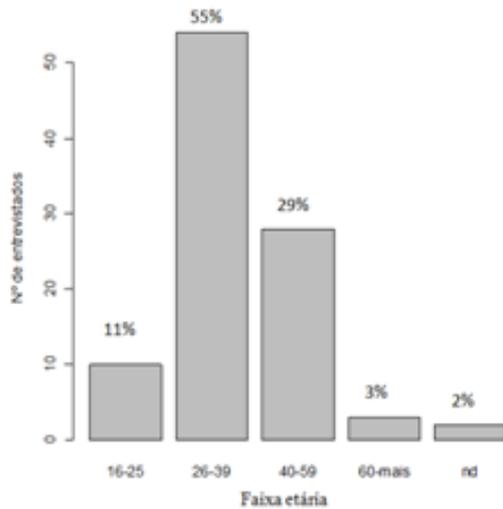


Figura 7 - Faixa etária dos turistas.

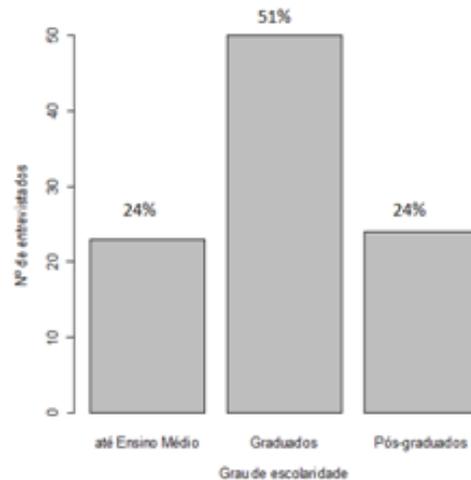


Figura 8 - Grau de escolaridade dos turistas

dia-alta, com renda superior a R\$ 3000,00, também não interfere na disponibilidade para pagar dos entrevistados ( $X^2=8,00$ ;  $gl=6$ ;  $p=0,23$ ), o que significa que não existe um perfil específico de turista com potencial para contribuir com o fundo. A partir dos dados disponibilizados pelos empreendedores, cada turista gasta em média com alimentação e hospedagem na alta temporada R\$ 122,00 por dia, e R\$ 94,00 na baixa temporada.

A disponibilidade do turista entrevistado para contribuir com o fundo independe do seu engajamento junto às causas ambientais ( $X^2=6,00$ ;  $gl=5$ ;  $p=0,30$ ). No entanto, do número total de pesquisados, 76% declararam ter ações de conservação para com o meio ambiente, porém 40% desse grupo acreditam que práticas cotidianas de limpeza (não jogar lixo no chão) devam ser consideradas como medidas de contribuição ambiental, enquanto 60% restantes desenvolvem ações como uso consciente de recursos e ações de impacto positivo para com o meio ambiente.

Entre os pesquisados, 94% afirmaram que a região necessita de cuidados em relação ao meio ambiente, sendo que os fatores mais apontados referem-se às consequências do turismo (51%) e à falta de estrutura básica, como saneamento e questões do lixo: 5% não respondeu. De acordo com a declaração dos pesquisados, a responsabilidade em manter e preservar as áreas naturais é do governo (20%), moradores locais (18%), empreendedores turísticos (16%), proprietários rurais (14%), turistas (11%), instituições de ensino (11%) e, por fim, das organizações não governamentais (10%).

Da disposição dos turistas em contribuir com recurso financeiro para pagamento de serviços ambientais, 56% é favorável, mas muitos desses turistas ressaltam a necessidade de um projeto transparente em relação à captação e destinação de recursos e com monitoramento que envolva os doadores e beneficiários. Os turistas

com disponibilidade para pagar sugeriram uma taxa média de R\$ 1,60 por pessoa/dia, variando de R\$ 0,50 a R\$ 15,00.

Grande parte dos empreendedores turísticos locais (56%) acha que não existe Ecoturismo na região e sim um turismo impactante sobre os atrativos naturais, e 44% acreditam que o Ecoturismo é importante para a região, mas que necessita de um ordenamento a fim de promover a conservação ambiental. Todos os empreendedores acham que a região de estudo estaria prejudicada sem os atrativos naturais, alterando as condições socioeconômicas da comunidade local. Também acreditam que é importante manter as áreas protegidas, e que a região necessita de cuidados com relação ao meio ambiente. No entanto, 15% dos empreendedores acham importante manter as áreas protegidas, mas não contribuem com ações de preservação. Os fatores que aparecem como de maior impacto na degradação da região estão relacionados à deficiência de estrutura básica à falta de programas de Educação Ambiental (58%) e às consequências da demanda turística (42%).

Vinte e três por cento dos empreendedores acham que a responsabilidade de manter e preservar as áreas naturais é do governo, seguido dos moradores locais (18%), dos empreendedores turísticos (16%), dos proprietários rurais (12%), das instituições de ensino (11%), das organizações não governamentais (11%) e por fim, dos turistas (9%). Noventa por cento dos empreendedores acham justo que os proprietários rurais recebam uma contribuição financeira para proteção das florestas na região, sendo que 85% deles estariam dispostos a pagar pela conservação ambiental. Quando questionados sobre como poderia ser a contribuição, 17% dos empreendedores sugeriram que a doação deveria ser fixa e, em média, de R\$ 160,00 por mês, com valores variando de R\$ 20,00 a R\$ 415,00.

Dos empreendedores entrevistados, 58% sugeriram que a taxa estabelecida esteja vinculada ao número de turistas atendidos em relação à alta e à baixa temporada. Outros recomendaram valores entre R\$ 1,00 e R\$ 5,00, cuja média é R\$ 2,50, e outros que o pagamento fosse uma porcentagem sobre o serviço prestado. Em média a taxa seria de 4%. Assim, na alta temporada o empreendedor pagaria R\$ 2,80 por turista/dia, e na baixa temporada, pagaria R\$ 2,10, o que, numa média anual, seria de R\$ 2,50.

## **DISCUSSÃO**

As características da região em relação ao alto grau de biodiversidade e a presença de atrativos naturais, além de promoverem os serviços ambientais, permitem a continuidade das atividades turísticas, desde que ocorra o apoio dos empreendedores e turistas locais como doadores do fundo para pagamento por serviços ambientais. A pesquisa apontou que não há um público específico de turista disposto a dar sua contribuição, o que pode facilitar a implementação do mecanismo de PSA, abarcando os clientes de todo empreendimento, sem distinção.

Os agricultores a serem contemplados de início são os que aderirem voluntariamente ao programa, e que contemplem alguns critérios, como: a) uso sustentável da área; b) dependência econômica da propriedade; c) interesse na manutenção dos recursos naturais. O valor a ser pago às famílias deverá considerar um montante de re-

embolso pelos serviços ambientais, a ser definido em levantamento futuro, e um montante suficiente para custos de manutenção da área, por exemplo, cercamento e plantio para reflorestamento.

O pagamento por serviços ambientais deve ser encarado como uma compensação pela manutenção de um recurso natural, e não como um mecanismo de redução de pobreza (PAGIOLA *et al.*, 2005). Desse modo, os proprietários que receberem a compensação financeira têm a obrigação de manter os recursos naturais existentes na área, e o valor pode ser diferenciado para proprietários que aumentarem a área de cobertura florestal em sua propriedade. O dinheiro deve ser usado na construção de infraestrutura que auxilie o produtor na manutenção da área florestal, e também no investimento em atividades agrícolas que não agridam a natureza e possibilitem o aumento de renda familiar mensal. Para garantia dessas ações será necessária assessoria técnica aos proprietários, garantindo a eles conhecimento de sistemas produtivos sustentáveis e de técnicas de reflorestamento e de manejo do solo.

O estudo mostrou que apesar da disponibilidade dos empreendedores e turistas locais para participar do programa de pagamento por serviços ambientais, os pesquisados enfatizaram a necessidade de ações complementares que minimizem os impactos sobre os recursos naturais, tais como: saneamento básico, coleta seletiva de lixo e programas de Educação Ambiental a todos os envolvidos, apontando a necessidade de estruturação da gestão ambiental do município de Itacaré (Figura 9).

Tais ações podem ser otimizadas com a ampliação de parcerias entre a entidade executora do fundo e seus *stakeholders*, como entidades públicas e privadas, organizações não governamentais, universidades e demais instituições de ensino e com a própria comunidade local, através de um planejamento participativo e de corresponsabilidade pelas ações necessárias ao sucesso do programa de pagamento de serviços ambientais.



Figura 9 – Propriedade rural na APA Itacaré Serra Grande (BA) apontando a necessidade de estruturação da gestão ambiental, como a recuperação de Área de Proteção Ambiental (APP). Foto: Wildes Gomes de Campos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que é viável a implementação de um fundo para pagamento de serviços ambientais na região da APA Itacaré Serra Grande, pois há disponibilidade para contribuição por parte dos empreendedores, turistas e dos proprietários rurais em potencializar a conservação das áreas florestais. No entanto, este mecanismo não é suficiente para garantir a sustentabilidade ambiental da região, necessitando de ações complementares com o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o setor.

Devido ao empobrecimento florestal verificado nas propriedades, sugere-se desenvolver um estudo de linha de base da biodiversidade, permitindo um diagnóstico atual das condições das áreas florestais de cada propriedade, para que se possa apontar os potenciais serviços ambientais a serem oferecidos por elas e realizar uma análise comparativa após serem efetuadas as intervenções nas propriedades.

Anteriormente a proposição de qualquer projeto com os proprietários abordados na região, há necessidade de desenvolver mecanismos de capacitação e acompanhamento em atividades que envolvam organização e controle de produção agrícola, ou seja, subsídios que proporcionem a autonomia dos proprietários rurais.

O valor a ser pago às famílias deverá considerar um montante de reembolso pelos serviços ambientais, a ser definido em levantamento futuro, e um montante suficiente para custos de manutenção da área, como, por exemplo, cercamento e plantio para reflorestamento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.985. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.** Diário Oficial, Brasília, 19/07/2000.

BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial MICT/MMA. **Diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo.** Brasília, 1994.

DEAN, W.. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DITT, E. H.; MANTOVANI, W.; VALLADARES-PADUA, C. B.; BASSI, C. Entrevistas e aplicação de questionários em trabalhos de conservação. *In*: CULLEN JR. L.; VALLADARES-PÁDUA, C.; RUDRAN, R. (orgs). **Métodos de estudos em biologia da conservação e manejo da vida silvestre.** – 2ª ed. – Curitiba: Ed. Universidade Federal do Paraná. p.631-646. 2006.

DE GROOT, R.S., WILSON, M.A., BOUMANS, R.M.J. A typology for the classification, description, and valuation of ecosystem functions, goods and services. **Ecological Economics**.v. 41, nº 3, pp. 393-408. Elsevier, 2002.

- FAO/INCRA. **Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários**, 1995.
- INSTITUTO FLORESTA VIVA. **Apa Itacaré-Serra Grande: Revisão do Zoneamento Ecológico – Econômico**. Responsável técnico: Joel M. Berbert de Carvalho. 2004.
- INSTITUTO FLORESTA VIVA. Porto Sul: **Estudo ambiental preliminar do sítio selecionado para locação de porto e aeroporto no Sul da Bahia**. Responsável técnico: Joel M. Berbert de Carvalho. 2008.
- LAYRARGUES, P.P. A função social do Ecoturismo. **Boletim Técnico do Senac**. Volume 30, nº 1. jan/abr. p. 39-45, 2004.
- NEIMAN, Z. A Educação Ambiental através do contato dirigido com a natureza. 2007. **Tese** (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- MICOL, L.; ANDRADE, J.; BORNER, J. **Redução das emissões do desmatamento e da degradação florestal (REDD): potencial de aplicação no Estado de Mato Grosso**. Cuiabá: Instituto Socioambiental, *The Nature Conservancy Brazil*, 2008.
- PADUA, S. M.; LOPATA, J.; SWAMY, S.L.N.; RAVENDRA, V.. Ecoturismo e Conservação da Natureza. *In*: ROURE, M.; PÁDUA, S. M. (orgs). **Empreendedores sociais em ação**. São Paulo: Cultura Editores Associados. p.25-32. 2001.
- PAGIOLA, S.; ARCENAS, A.; PLATAIS, G.. Can Payments for Environmental Services Help Reduce Poverty? An Exploration of the Issues and the Evidence to Date from Latin America. **World Development**. p.237–253. 2005.
- SEROA da MOTTA, R. **Economia Ambiental**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- VASQUES, C. (). **Itacaré Instituto de Turismo**. São Paulo: HVS International, 2005.
- WUNDER, SVEN, coord. **Pagamentos por serviços ambientais: perspectivas para a Amazônia Legal**. Brasília: MMA, 2008. 136 p.

## Notas

<sup>1</sup> Este trabalho foi desenvolvido como produto da disciplina Resolução de Desafios, que faz parte do Programa de Mestrado em Conservação Ambiental e Sustentabilidade do Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ. 2º semestre/2008.

<sup>2</sup> O método do custo de oportunidade não valora diretamente o recurso natural, mas estima o custo para preservá-lo pela não realização de uma atividade econômica concorrente (SEROA da MOTTA, 2006).

<sup>3</sup> O Método de Valoração Contingente utiliza dois indicadores de valor: disposição a pagar (DAP) e disposição a aceitar (DAA), ou seja, quanto os indivíduos estariam dispostos a pagar para obter uma melhoria de bem-estar, ou quanto estariam dispostos a aceitar como compensação para uma perda de bem-estar (SEROA da MOTTA, 2006).

<sup>4</sup> <http://www.itacare.com>

## Agradecimentos

Aos docentes e colegas da Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade – ESCAS – IPÊ.

Aos colaboradores do Instituto Floresta Viva (BA), em especial ao Rui Barbosa Rocha e à Cinira de A. F. Fernandes.

**Marco Aurélio Pereira:** Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade – ESCAS.- Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE)

Email: marcoaurelio8@terra.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5770483285623060>

**Wildes Gomes de Campos:** Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade – ESCAS - Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE)

Email: wildes@kbonet.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6692000280387560>

Data de submissão: 27 de junho de 2009

Data do aceite: 29 de agosto de 2009

## Gestão do Uso Público em Unidade de Conservação: a Visitação no Parque Nacional da Tijuca – RJ<sup>1</sup>

*Ricardo Rodrigues Malta, Nadja Maria Castilho da Costa*

### RESUMO

Os apelos ao Ecoturismo e à visitação pública realizada em Unidades de Conservação (UC), tais como os Parques Nacionais, têm crescido de forma significativa nos últimos anos. Entretanto, este aumento da demanda por atividades recreativas e ecoturísticas em áreas naturais também gerou um aumento na degradação socioambiental. Para evitar que isso ocorra, os gestores dessas áreas naturais protegidas deveriam criar ferramentas capazes de manejar a visitação pública de modo a evitar interferências negativas no ambiente visitado. Nesse sentido, o objetivo principal deste trabalho foi caracterizar o perfil e analisar as reações dos visitantes da Floresta da Tijuca, um dos setores mais visitados do Parque Nacional da Tijuca (PNT), localizado na cidade do Rio de Janeiro. O perfil dos visitantes, bem como as características da visitação e suas reações à área natural visitada, são informações fundamentais, na medida em que permitirão à administração do Parque avaliar e promover a criação e/ou melhoria dos atrativos oferecidos, a partir da demanda real do visitante e de suas percepções, satisfações e reações. Após realizarem sua experiência de visitação, os visitantes eram convidados aleatoriamente a participar da pesquisa. Por meio de questionários semi-estruturados, os visitantes declaravam informações socioeconômicas e respondiam a questões referentes a sua visitação. Podiam também expressar suas sensações, valores e significados através de perguntas abertas que buscavam avaliar sua percepção ambiental. A amostra considerou apenas visitantes moradores na cidade do Rio de Janeiro. Foram aplicados 228 questionários, entre janeiro e dezembro de 2006, em três pontos na Floresta da Tijuca: largo do Bom Retiro, Cascatinha e Meu Recanto. A maioria dos visitantes da Floresta da Tijuca é constituída pelo sexo masculino (54,39%), possui renda familiar mensal maior que dez salários mínimos (31,58%), faixa etária entre 18 e 35 anos (65,70%), nível de escolaridade superior (61,40%), e é composta por moradores de bairros vizinhos à área do PNT, tais como: Tijuca, Jacarepaguá, Vila Isabel, Meier e Grajaú. Um percentual de 36,84% estava visitando a Floresta da Tijuca pela primeira vez, enquanto 46,49% são considerados frequentadores. A Floresta da Tijuca é muito valorizada como área de lazer para a população carioca, embora ainda seja desconhecida por boa parte da população. Os resultados da pesquisa revelaram um público mais homogêneo, formado por grupos organizados por agências de turismo, escolas, academias, e frequentadores habituais, usuários dos dias de semana que vêm praticar exercícios físicos ou procuram descanso e sossego. Outro público, mais heterogêneo, formado por familiares/amigos, grupos de funcionários de empresas e clubes de caminhada, buscam o PNT nos fins de semana e feriados, visando principalmente a prática de caminhadas. Portanto, é preciso que o gestor do uso público conheça as potencialidades e as limitações de sua UC, bem como o perfil de seus visitantes e suas impressões, evitando, com isso, conflitos de uso e impactos ambientais decorrentes de um processo de visitação insustentável.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ecoturismo, Gestão do Uso Público, Parque Nacional da Tijuca.

## ***Public Use Management in Conservation Area: the Visitation of Tijuca National Park***

### **ABSTRACT**

The calls for public visitation and ecotourism in conservation areas (CA), such as National Parks, have grown significantly in recent years. However, this increase in demand for recreation and ecotourism activities in natural areas also generated an increase in socioenvironmental degradation. To avoid this, the managers of these protected natural areas should create tools to manage the public visitation in order to avoid negative interference on the environment visited. Thus, the main objective of this study was to characterize the profile and analyze the reactions of visitors to the Tijuca Forest, one of the most visited sectors of the Tijuca National Park (PNT), located in the city of Rio de Janeiro. The visitors' profile, as well as the characteristics of visitation and their reactions to the natural area visited are key information to the extent that the park's administration will evaluate and promote the creation and / or improvement of the attractions offered, from the actual visitor demand and their perceptions, satisfaction and reactions. After performing their experience of visitation, the visitors were invited to participate of study randomly. Through semi-structured questionnaires, they declared socioeconomic information and answered questions regarding their visitation. They could also express their feelings, values and meanings through open questions that sought to assess their environmental perception. The sample considered only visitors residents in the city of Rio de Janeiro. Between January and December 2006, 228 questionnaires were administered at three points in the Tijuca Forest: largo do Bom Retiro, Cascatinha e Meu Recanto. Most visitors of Tijuca Forest is male (54.39%), monthly family income has more than ten minimum wages (31.58%), aged between 18 and 35 years old (65.70%), higher education level (61.40%), and resides in the neighboring park, such as Tijuca, Jacarepaguá, Vila Isabel, Meier and Grajaú. A percentage of 36.84% was visiting the Tijuca Forest for the first time, while another 46.49% are frequent visitors. The Tijuca Forest is highly valued as a recreational area for carioca population, although it is still unknown by much of these population. The survey results revealed a more homogeneous public of visitors, made up of groups organized by travel agencies, schools, gyms, and frequent visitors, weekdays' users that come to practice physical exercise or seeking rest and quiet. Another group, more heterogeneous, formed by family / friends, work groups and hiking club, look for the PNT on weekends and holidays, mainly targeting the practice of hiking. Therefore, it is necessary that the manager of public use to know the strengths and limitations of their CA and the profile of our visitors and their impressions, avoiding thereby use conflicts and environmental impacts arising from an unsustainable process of visitation

**PALAVRAS-CHAVE:** Ecotourism, Management, Public Use Management, the Tijuca National Park.

## Introdução

Durante séculos de exploração, o homem vem se apoderando dos recursos naturais para satisfazer suas necessidades de consumo, seja através do uso direto, quanto indireto, como por exemplo, a visitação de ambientes naturais para a realização de atividades recreativas e ecoturísticas.

Desde a década de 1980, há um apelo considerável para as viagens em que os aspectos naturais e paisagísticos constituem-se no principal atrativo, onde os visitantes têm a oportunidade de conhecer e apreciar a natureza. Assim, atualmente, observa-se uma tendência: os principais destinos ecoturísticos têm sido as Unidades de Conservação (UC's). A Organização Mundial do Turismo (OMT) estima que 10% das pessoas que viajam pelo mundo são ecoturistas. No Brasil, pressupõe-se que o Ecoturismo alcance 500 mil turistas por ano. Dentre as áreas naturais protegidas, os Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, as Florestas Nacionais, e as Áreas de Proteção Ambiental (APA's) são as escolhidas como locais para que se opere o Ecoturismo, tanto no âmbito nacional, como no internacional.

Segundo Barros e Dines (2000), o aumento do número de visitantes que procuram as poucas áreas naturais remanescentes ocorre em função de um conjunto complexo de novas condições: a) organização do setor formal do turismo; b) maiores facilidades de acesso; c) crescente disponibilidade e qualidade de equipamentos; d) divulgação maciça dessas áreas e atividades pelos meios de comunicação; e, principalmente, e) as oportunidades para a prática de atividades recreativas e turísticas em áreas naturais protegidas, principalmente em parques.

Nesse sentido, uma das justificativas para a criação das UC's, cuja categoria prevê a visitação e o uso público é possibilitar o contato de pessoas com a natureza, principalmente, por meio de atividades recreativas e ecoturísticas.

A recreação e o Ecoturismo podem usar os recursos naturais de forma indireta. O ambiente natural pode ser apreciado e contemplado, por meio de experiências e vivências interativas. Dessa forma, essas atividades ofereceriam uma afinidade incontestável com as UC's, particularmente os parques nacionais.

O Parque Nacional da Tijuca (PNT), onde está inserida a Floresta da Tijuca, objeto do presente estudo, pertence à categoria das "Unidades de Proteção Integral" do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC<sup>2</sup>), cujo objetivo básico é "preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais"<sup>3</sup>, neste caso, o processo de lazer e recreação controlados.

A escolha da Floresta da Tijuca como objeto de estudo, justificou-se tendo em vista ser: a) um importante remanescente de Mata Atlântica, um dos biomas mais ameaçados de extinção no mundo; b) uma importante área de recreação e Ecoturismo para os moradores da cidade do Rio de Janeiro, pois concentra a maior parte do patrimônio histórico-cultural do PNT, diversos locais para piquenique, recreação, lazer, Ecoturismo, descanso e contemplação; e c) uma área de relevância ecológica internacional, em se tratando de uma experiência pioneira em silvicultura tropical (BUENO, 1998).

O objetivo do presente trabalho é destacar o perfil e as reações dos visitantes da Floresta da Tijuca, bem como as características da visitação, visando subsidiar o uso público na mais importante área protegida da cidade do Rio de Janeiro. Estes aspectos constituem-se num importante instrumento de gestão, uma vez que fornecem informações que ajudam no delineamento de uma política de uso público da área natural protegida que contemple não somente os objetivos da unidade, mas também fatores que valorizam a experiência do visitante no local.

## Área de estudo

O PNT está inserido no maciço da Tijuca, localizado na cidade do Rio de Janeiro, entre os paralelos 22°55'S e 23°00'S e os meridianos 43°11'W e 43°19'W. Estende-se por uma área de 39,53 km<sup>2</sup>, circundada por alguns dos principais bairros residenciais da cidade (Figura 1), entre eles: Tijuca, Barra da Tijuca, Freguesia, Grajaú, São Conrado, Jardim Botânico e Gávea. É constituído por quatro setores, diferenciados: pelo uso e ocupação, pelas características ambientais e pelo estado de conservação. São eles: (A) Floresta da Tijuca – área de 14,73 km<sup>2</sup>; (B) Parque Lage e Complexo da Carioca (17,28 km<sup>2</sup>); (C) Pedra da Gávea e Pedra Bonita (2,5 km<sup>2</sup>); e (D) Floresta da Covanca e Serra dos Pretos Forros (5 km<sup>2</sup>).

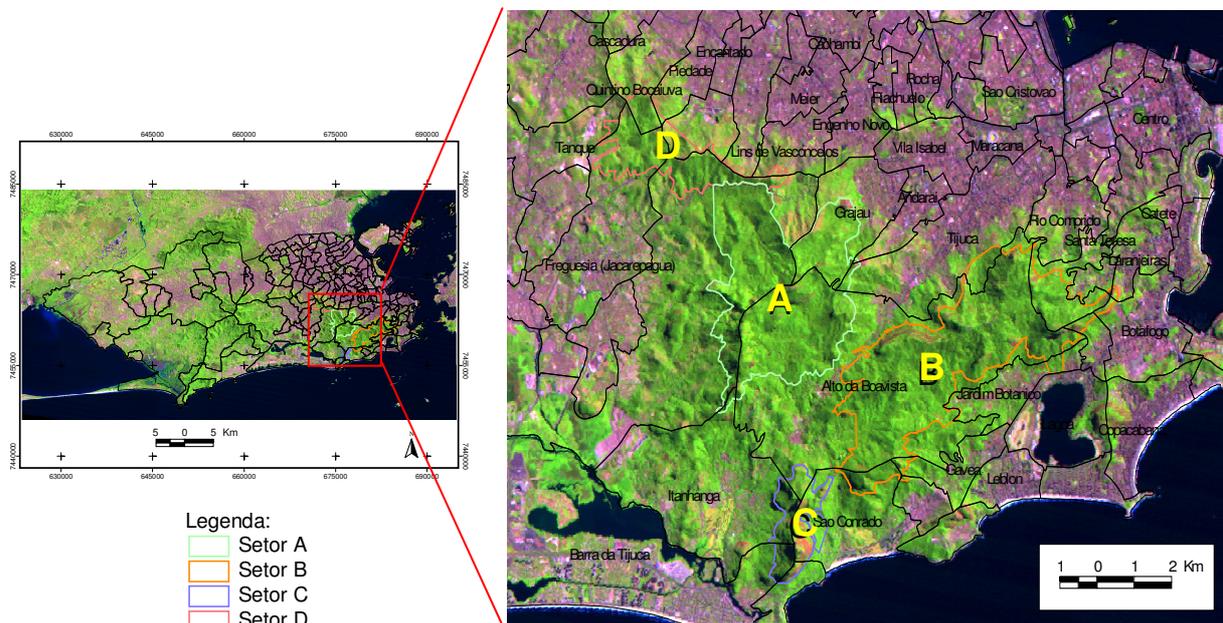


Figura 1 - Mapa de Localização do Parque Nacional da Tijuca (PNT).

Fonte: Imagem de satélite *Landsat 7* (1998) com divisão de bairros do município do Rio de Janeiro e limites do PNT (IPP/DIG, 2005). Realizado no *Arcview 3.2* (ESRI) por Ricardo Malta e Vivian Costa, 2008.

Utilizando as bases digitais do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), foi traçada uma zona de amortecimento (*buffer*) de 1 km ao redor dos limites territoriais do PNT. O mapa revelou que trinta favelas estão localizadas, parcial ou integralmente, nessa área, e que outras cinquenta estão localizadas em áreas limítrofes a esta (Figura 2).

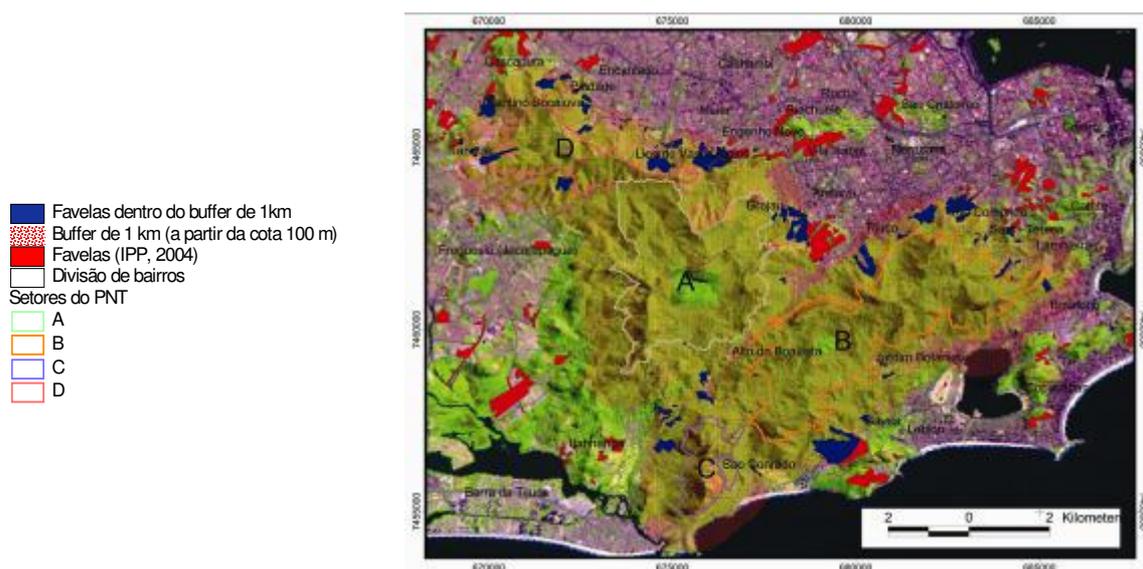


Figura 2 – Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Tijuca (PNT). Carta-Imagem com ocupações humanas sub-normais (favelas) na faixa (*buffer*) de 1 km do Parque Nacional da Tijuca (Zona de Amortecimento). Fonte: Imagem de satélite *Landsat 7* (1998), Mapa de favelas do município do Rio de Janeiro (IPP/DIG, 2004). Realizado no *Arcview 3.2* (ESRI) por Ricardo Malta e Vivian Costa, 2008.

A ocupação humana que ocorreu nas áreas do maciço da Tijuca e, consequentemente, no território do PNT, apesar da proibição da urbanização de áreas acima da cota de 100 metros pela Lei de Zoneamento Municipal, que consta do Decreto nº 322 de 1976, continua ocorrendo de forma acelerada, trazendo graves transtornos ao Parque. Além disso, o desmatamento das encostas causa frequentes deslizamentos e acidentes, gerando grande prejuízo social e econômico à cidade.

### Breve história ambiental e processo de criação do PNT

Com relação ao processo de criação do PNT, é importante fazer uma breve descrição da história ambiental da região. A fundação da cidade do Rio de Janeiro, em 1565, foi determinante para iniciar-se o processo de desmatamento das florestas do Maciço da Tijuca<sup>4</sup>. A construção civil e a utilização de lenha no consumo doméstico aumentavam gradualmente a demanda por madeira. Outro fator agravante do desma-

tamento foi a expansão do ciclo da cana-de-açúcar, em meados do século XVII. As florestas das encostas mais baixas e menos íngremes do maciço foram dando lugar à cana através da técnica de queimadas. Contudo, o cenário piorou no final do século XVIII, com as plantações de café (ISER, PNT, 1999; IBDF, FBCN, 1981; DRUMMOND, 1997).

Com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, houve um incremento considerável da população de residentes. Como consequência, intensificaram-se o plantio de café e de espécies exóticas, e a exploração de madeira para a construção de casas (ISER, PNT, 1999; IBDF, FBCN, 1981). Porém, os cortes e as queimadas destruíram extensas áreas de floresta, comprometendo os mananciais de água, fazendo a cidade sofrer crises de abastecimento de água (IBDF, FBCN, 1981).

Com a crise da falta de água, teve início, em 1817, o processo de recuperação das florestas do Maciço da Tijuca, através de uma série de decretos baixados por D. João VI, visando preservar os mananciais da região, através do fim do corte de árvores junto a mananciais e margens de rios, e da desapropriação de terras de particulares. Não havia, entretanto, uma preocupação com a natureza nessas medidas. Como a situação agravou-se, foi necessário um programa de reflorestamento nas florestas da Tijuca e das Paineiras (DRUMMOND, 1997; IBDF, 1982). Iniciado em 1862 pelo Major Archer, o plantio priorizou as espécies nativas da Mata Atlântica. Porém, seu sucessor, o Barão d'Escragnolle, optou, em maior escala, por espécies exóticas. Escragnolle viu na Floresta da Tijuca a vocação de grande parque urbano, transformando-a em lugar cheio de recantos aprazíveis à visitação pública. Para isso, contou com o auxílio do paisagista francês Auguste Glaziou, para modelar jardins em estilo francês, construindo pontes, praças, lagos e chafarizes, que transformaram a Floresta da Tijuca num dos mais atraentes lugares do Rio de Janeiro (IBDF, FBCN, 1981; FRANCO, 2001). Assim, na segunda metade do século XIX, a fama da Floresta da Tijuca, como um dos mais agradáveis recantos da cidade, ficou notória.

Contudo, com a transição do Império para a República, a preservação florestal passou para segundo plano, resultando num estado de abandono de cinquenta anos, onde a Floresta se regeneraria por conta própria, sem interferência humana. A definitiva transformação da Floresta da Tijuca em área de lazer e de turismo só aconteceria em 1945, na administração de Raymundo de Castro Maya (IBDF, FBCN, 1981).

Criado, em 1961, com o nome de Parque Nacional do Rio de Janeiro, o parque incorporou as florestas de domínio da União existentes na área do Maciço da Tijuca – tais como Tijuca e Paineiras. Em 1967, o parque passou a se chamar Parque Nacional da Tijuca, estabelecendo novas dimensões e características. Recentemente, em 2004, outras áreas – como, por exemplo, o Parque Lage – foram anexadas ao parque.

### **Infraestrutura de lazer**

Integram a área da Floresta da Tijuca, uma das maiores florestas em área urbana no mundo, belezas paisagísticas e cênicas, atrativos naturais e histórico-culturais, além de infraestrutura de equipamentos de lazer, instalações e serviços es-

senciais para o desenvolvimento de atividades esportivas, educativas, recreativas e ecoturísticas. Os visitantes buscam as inúmeras possibilidades de recreação, lazer, educação e Ecoturismo que a Floresta da Tijuca oferece, pois existem muitos locais para a realização de várias atividades, tais como: piqueniques, churrascos, recreação infantil, meditação, passeios, caminhadas, andar de bicicleta, observação da paisagem, observação da fauna, *rapel* (Figura 3), escaladas, visitação de sítios e monumentos históricos e arqueológicos, descanso e contemplação da natureza.



Figura 3 - Prática de *rapel* no Pico do Bico do Papagaio. Foto de Ricardo Malta, em 1º de abril de 2007.

As diversas trilhas e caminhos históricos podem levar os visitantes a atrativos histórico-culturais, naturais e paisagísticos. A maior parte das trilhas data do século XIX, quando foram realizados os trabalhos de reflorestamento pelo Major Archer, sendo algumas utilizadas com frequência, à época, por membros da Corte. De acordo com Bandeira (1993) e Cunha e Menezes (1996; 1998), as trilhas foram refuncionalizadas para a prática do turismo em áreas naturais. O pico do Bico do Papagaio (990 metros de altitude), o pico da Tijuca (1.021 m) e a pedra do Conde (819 m) são muito procurados por montanhistas e alpinistas. De seus topos, é possível ter ampla vista panorâmica da cidade do Rio de Janeiro, da baixada de Jacarepaguá e suas lagoas, da serra do Mar, da baía de Guanabara e dos maciços da Pedra Branca e do Gericinó-Mendanha.

A área da Floresta da Tijuca conta com recursos naturais variados, tais como: grutas, quedas d'água (cascatas e cachoeiras), lagos, açudes e mirantes. Entre eles destacam-se: a gruta Paulo e Virginia, a vista do Almirante (608 m), o açude da Solidão, a cascatinha de Taunay, o lago das Fadas e a área de lazer do largo do Bom Retiro. São também significativas a represa dos Ciganos, localizada na Floresta Santa

Inês, e as ruínas de Vila Rica, importante sítio histórico localizado na Floresta do Andaraí.

Com relação à infraestrutura de instalações, equipamentos e serviços que a Floresta da Tijuca dispõe, pode-se encontrar:

- áreas de lazer para piqueniques (Figura 4) com churrasqueiras, bancos e mesas, bebedouros e cestas coletoras de lixo, localizadas nos largos da Cascatinha, do Mayrink e do Bom Retiro, no Meu Recanto, no recanto das Jaboticabeiras – em frente ao Barracão (administração do PNT) –, no lago das Fadas, no setor das Grutas (área Paulo e Virgínia), e no açude da Solidão;



Figura 4 - Áreas de lazer do largo do Bom Retiro e do açude da Solidão, respectivamente. Fotos de Ricardo Malta, em 21 de outubro de 2006 e 9 de janeiro de 2008.

- área para prática de *tai-chi chuan*, entre outras práticas de artes marciais ou de meditação – local conhecido como recanto do *Tai-Chi*, próximo ao Barracão;
- uma loja de *souvenires*, situada no largo da Cascatinha;
- três restaurantes: “Cascatinha”, “A Floresta” e “Os Esquilos”;
- sanitários públicos, localizados nos largos da Cascatinha, do Mayrink e do Bom Retiro, no Centro de Visitantes, na área Paulo e Virgínia e no açude da Solidão;
- três orelhões de uso público, localizados no largo do Bom Retiro, no Barracão e no Centro de Visitantes;
- rampas para deficientes físicos, no Centro de Visitantes;
- estacionamentos, localizados nos largos da Cascatinha, do Mayrink e do Bom Retiro, no Meu Recanto, no setor das Grutas, no açude da Solidão, e nos restaurantes Os Esquilos e A Floresta;
- pátios – *playgrounds* – com brinquedos para recreação infantil (Figura 5), localizados nos largos do Mayrink e do Bom Retiro;



Figura 5 - Brinquedos para recreação infantil, na área de lazer do Largo do Bom Retiro. Foto de Ricardo Malta, em 10 de abril de 2005.

- sinalização bilíngue, indicativa e interpretativa (Figura 6) - placas localizadas no portão da Floresta, ao longo das trilhas dos Estudantes e dos Bancos, nos largos da Cascatinha, do Mayrink e do Bom Retiro, no Centro de Visitantes, no sítio do Midosi, no Meu Recanto, no setor das Grutas, no açude da Solidão, e na entrada de algumas trilhas, como a da Cova da Onça e a do pico da Tijuca;



Figura 6 - Sinalização bilíngue, na entrada da trilha dos Estudantes, na estrada da Cascatinha. Foto de Ricardo Malta, em 23 de novembro de 2007.

- placas sinalizadoras dos atrativos, localizadas ao longo das trilhas;
- trilhas, caminhos históricos e estradas;
- ciclovia, ao longo das estradas pavimentadas da Floresta da Tijuca.

Na Floresta da Tijuca destacam-se, ainda, recantos históricos e objetos turísticos de cunho histórico-cultural, partes componentes do sistema de visitação da Floresta da Tijuca.

## Uso público e visitação

Uma das justificativas para criação de UC's cuja categoria prevê a visitação e o uso público é possibilitar o contato de pessoas com a natureza, através de práticas recreativas e ecoturísticas, principalmente.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) conceitua “uso público” ou “visitação” como as atividades educativas, recreativas e de interpretação ambiental realizadas em contato com a natureza de acordo com o especificado nos planos de manejo das UC's. Seu principal objetivo é propiciar ao visitante a oportunidade de conhecer, de forma lúdica, os atributos e os valores ambientais protegidos pela UC.

Segundo Hendee *et al.* (*apud* BARROS, 2003), o conceito de uso público abrange diversos tipos de uso, entre os quais: recreativo; comercial; científico; educacional; de desenvolvimento pessoal.

O uso de UC's com propósitos recreativos teve suas primeiras iniciativas no século XVI, sendo ‘concretizadas’ em 1872, com a criação do *Yellowstone National Park*. Um dos principais argumentos para a criação deste parque foi o apelo para o desenvolvimento de atividades recreativas.

Atualmente, observa-se uma tendência: os principais destinos turísticos têm sido as UC's. Desde a década de 1980, há um apelo considerável para as viagens em que os aspectos naturais constituem-se no principal atrativo, em que os visitantes têm a oportunidade de conhecer e apreciar a natureza.

Segundo Barros e Dines (2000), o aumento do número de visitantes que procuram as poucas áreas naturais remanescentes ocorre em função de um conjunto complexo de novas condições: a) organização do setor formal do turismo; b) maiores facilidades de acesso; c) crescente disponibilidade e qualidade de equipamentos; d) divulgação maciça dessas áreas e atividades pelos meios de comunicação; e, principalmente, e) as oportunidades para a prática de atividades recreativas e turísticas em áreas naturais protegidas, principalmente em parques.

A visitação em UC's, entretanto, possui vantagens (Quadro 1), e desvantagens.

Os impactos negativos referem-se à degradação do meio ambiente, às mudanças socioculturais (interferências no cotidiano das populações locais) e à não-inclusão das comunidades do entorno nas discussões de gestão do uso e na formação de renda. O PNT, por exemplo, recebe, aproximadamente, 1.450.000 visitantes/ano que desenvolvem suas experiências recreativas sem que haja um monitoramento contínuo dos efeitos de suas atividades no ecossistema. A pressão da “sobrevisitação” acarreta inúmeros danos às condições ecológicas e recreativas das UC's.

Segundo Freixêdas-Vieira *et al.* (2000), de uma forma geral, as áreas de uso público das UC's brasileiras, cujos planos de manejo não foram atualizados, foram planejadas para atender uma demanda menor do que a atual, com atividades menos impactantes e com um público muito diferente do atual. “*Uma visita mal orientada e planejada pode gerar conflitos e tensões entre os próprios usuários, diminuindo a qualidade da experiência da visita*”, ressalta Niefer (2002, p.19). A superlotação afeta o nível de satisfação dos visitantes.

Quadro 1 - Benefícios potenciais da visitação em Unidades de Conservação

Vantagens	Benefícios
Aumento de oportunidades econômicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- estimula novas empresas e diversifica a economia local;</li> <li>- aumenta a oferta de empregos para a comunidade;</li> <li>- aumenta a renda;</li> <li>- estimula a manufatura de bens locais;</li> <li>- melhora o padrão de vida;</li> <li>- capacita os funcionários às novas atividades;</li> <li>- aumenta o fundo para a proteção da unidade e comunidade local.</li> </ul>
Proteção do patrimônio natural e cultural	<ul style="list-style-type: none"> <li>- protege os processos ecológicos;</li> <li>- conserva a biodiversidade;</li> <li>- melhora as facilidades de transporte e comunicação;</li> <li>- auxilia a desenvolver mecanismos de financiamento para as unidades;</li> <li>- cria valores econômicos e protege recursos que não seriam percebidos pela comunidade local de outra forma;</li> <li>- transmite valores de conservação por meio da educação e interpretação;</li> <li>- apoia as pesquisas e desenvolvimento de um sistema de manejo.</li> </ul>
Melhoria da qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> <li>- promove os valores estéticos, espirituais e de bem-estar;</li> <li>- apoia a educação ambiental para visitantes e comunidade local</li> <li>- estimula o desenvolvimento da cultura, artes e artesanato;</li> <li>- aumenta o nível educacional da comunidade local;</li> <li>- estimula a comunidade a valorizar sua cultura e ambiente regional;</li> <li>- estimula as pessoas a aprenderem as línguas e culturas dos turistas estrangeiros.</li> </ul>

Fonte: Takahashi (2004), adaptado por Ricardo Malta.

Visando manejar os visitantes e seus impactos são realizadas segmentações do público.

Procurando enquadrar melhor os consumidores de Ecoturismo, Meirelles Filho (2005) propôs algumas bases de segmentação:

- a segmentação geográfica objetiva organizar a demanda a partir de divisões como local de origem (procedência) e destino, permitindo o conhecimento dos fluxos turísticos. São parâmetros objetivos que irão colaborar na definição da segmentação psicográfica e comportamental, permitindo estabelecer padrões de atitude para os diferentes grupos de visitantes;

- a segmentação comportamental diz respeito aos hábitos do público, aos costumes de determinado grupo ou família que visita uma área natural. As reações que um público essencialmente urbano tem ao se defrontar com uma área natural precisam ser monitoradas para que se conheça o grau de satisfação ou insatisfação que provoca; e

- a segmentação psicográfica objetiva conhecer melhor as motivações dos visitantes, baseando-se em sua personalidade. As reações dos visitantes diante de determinadas situações positivas ou negativas. A psicografia tenta determinar suas motivações, interesses em atividades, preferências, atitudes, valores, opiniões e estilos de vida (HEATH, 1995; WEINSTEIN, 1995; BLAMEY, BRAITHWAITE, 1997; LAGE, MILONE, 2000 – todos *apud* NIEFER, 2002).

Corroborando com Pearce e Moscardo (1984), o estudo das queixas e experi-

ências negativas dos visitantes também poderia ser um método apropriado para avaliar o visitante, pois suas reações refletiriam suas percepções cognitivas, satisfações e sentimentos em relação à área natural visitada. Os autores afirmam que os visitantes ficariam mais satisfeitos ainda com suas experiências se interagissem atentamente com o meio ambiente (PEARCE, MOSCARDO, 1985).

Morley (1990) argumenta que a demanda por lazer ou visitas a espaços naturais é uma função de características do visitante individual, como renda, idade, motivações e constituição psicológica, que afetam de diversas maneiras sua propensão de viajar por prazer, sua capacidade de viajar e sua escolha do destino das viagens. Diz também que a demanda é uma função de características e atributos dos destinos das viagens, seus atrativos, preços e a eficácia do *marketing* relativo ao destino. O autor acredita que os fatores sociais também podem ter influência sobre a demanda – por meio da atitude dos habitantes locais em relação aos visitantes e ao interesse gerado pela cultura local, por exemplo.

Segundo Mannell e Iso-Ahola (1987), duas forças motivacionais influenciam simultaneamente o lazer do indivíduo e o comportamento do visitante: sair da rotina e de ambientes estressantes, e procurar oportunidades recreacionais em busca de certas satisfações intrínsecas. A dimensão de fuga é, portanto, segundo os autores, uma força motivacional mais importante do que a dimensão de busca para o turismo e o lazer.

Os apelos ao Ecoturismo e à visitação pública em UC's, como os parques nacionais, têm crescido de forma significativa nos últimos anos. Entretanto, este aumento da demanda por atividades recreativas e ecoturísticas em áreas naturais protegidas também gerou um aumento na degradação socioambiental – interferências físicas, bióticas e antrópicas –, devido à ausência de instrumentos de gestão do uso público nessas unidades. O aumento da pressão nos recursos naturais utilizados “*tem demandado pesquisas dirigidas acerca do fenômeno turístico e da visitação em áreas naturais protegidas, que embasem ações coerentes de manejo, de modo que a atividade exiba seu potencial benéfico em detrimento dos seus riscos*” (KINKER, 2002, p.109).

Aproveitando-se da clássica modelagem dos núcleos receptores europeus de Eugene (1980), inicialmente, a atividade ecoturística revela e valoriza os atrativos e recursos naturais, baseados no núcleo receptor, no caso a UC. Posteriormente, o aumento no fluxo ecoturístico de forma não controlada passa a caracterizar um tipo de turismo na natureza com características semelhantes ao turismo de massa, que altera as condições originais do núcleo, gerando degradação do meio ambiente natural e artificial, neste caso as infraestruturas utilizadas pelos usuários em suas atividades de lazer, recreação e Ecoturismo, ou seja, o Ecoturismo “descontrolado” destrói o Ecoturismo “idealizado” na unidade. A terceira fase é a da reparação, surgindo a necessidade de regulamentos, legislações, obras de reposição e recuperação do ambiente degradado pelo uso insustentável. Na última fase temos a reconciliação, onde pesquisas, projetos e estudos tentarão se antecipar às ameaças e desafios futuros, tentando evitar a repetição dos erros cometidos no passado. Alguns estudos foram realizados em Parques Nacionais brasileiros visando conhecer o comportamento de seus visitan-

tes e contribuir para a criação de um Programa de Uso Público nessas unidades (NIEFER, 2002; BARROS, 2003; CASTRO, 2005; SILVA *et al.*, 2005; TAKAHASHI, 1998). Nesse sentido, para evitar esses erros, os gestores dessas áreas devem criar ferramentas capazes de manejar a visitação pública, a fim de atingir os objetivos do plano de manejo da UC.

Assim, os Programas de Uso Público têm por objetivo propiciar lazer, recreação e educação ambiental à comunidade, bem como despertar uma consciência crítica para a necessidade de conservação dos recursos naturais das UC's, além de esclarecer o público em geral, sobre as responsabilidades, as dimensões e a importância dessas áreas na conservação da biodiversidade (MMA; IBAMA, 1997 *apud* FREITAS *et al.*, 2002).

## Metodologia

Inicialmente foi realizado o levantamento de dados e informações através da pesquisa bibliográfica e na *internet*, o que fundamentou as pesquisas de gabinete e de campo. Dados secundários foram levantados junto aos órgãos públicos e instituições acadêmicas: bases digitais cartográficas na Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (Fundação CIDE) e no Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP); informações do Plano de Manejo do PNT (IBDF, FBCN, 1981); dados quantitativos sobre a visitação da Floresta da Tijuca no Setor de Ecoturismo do PNT; acervos bibliográficos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da biblioteca do PNT.

Foi utilizado o *software Arcview 3.2* para a entrada das bases cartográficas e geração do mapa de localização da área de estudo. Através das ferramentas de extensão do *software Arcview 3.2* chamadas *XTools* e *Buffer selected features* foi criado o *buffer* de 1 km a partir da cota 100 metros dos setores do PNT, visando espacializar as favelas localizadas no seu entorno imediato, considerando o fato do Parque estar localizado numa área urbana.

Tomando como base alguns estudos (ISER, 2000; COSTA, 2002; KINKER, 2002; SANT'ANNA, 2005; SILVA *et al.*, 2005) foi elaborado um questionário semiestruturado, visando caracterizar o perfil dos visitantes e as características da visitação, através de informações que descrevessem os aspectos mais relevantes, tais como: a experiência anterior; a frequência de visitação; o tamanho do grupo; a forma de viajar; as atividades desenvolvidas pelos visitantes; a duração da visita, ou seja, o tempo de permanência no local; os motivos da visita; os meios de transporte utilizados; sua origem; as preferências; se costuma visitar outras áreas naturais nas quais poderia aproveitar o seu tempo livre em atividades de recreação; seus dados socioeconômicos, como nível de escolaridade, renda mensal familiar, faixa etária e gênero.

Os dados foram coletados *in loco* onde os visitantes, ao término de uma caminhada ou trilha, ou ao se prepararem para ir embora nos estacionamento do Parque, eram abordados e convidados a participar da pesquisa, respondendo aos questionários escritos. Por comodidade do entrevistado, poderia ser também realizada a entre-

vista anotada. A técnica de investigação por inquérito inclui tanto o questionário escrito quanto a entrevista oral, anotada, gravada ou videogravada. Foram escolhidos finais de semana e feriados para aplicação dos questionários, por se tratarem de dias com maior contingente de visitantes, bem como dois dias de semana aleatórios, visando abordar também na amostra o público frequentador habitual do Parque.

Os questionários foram aplicados no período de janeiro a dezembro de 2006. Os locais escolhidos para sua aplicação foram o Meu Recanto e o Largo do Bom Retiro, por se tratarem de locais com grande fluxo de visitantes.

O público-alvo da pesquisa foi o visitante da Floresta da Tijuca, morador da Cidade do Rio de Janeiro, com idade superior a 18 anos. O tipo de amostra utilizada foi a “não probabilística por conveniência”, onde o entrevistado era selecionado por estar disponível no local e no momento em que a pesquisa era realizada (MATTAR, 1994).

Os dados referentes ao número de visitantes que a Floresta da Tijuca recebeu, de janeiro de 2004 a outubro de 2007, foram obtidos junto ao setor de Ecoturismo do PNT, localizado no Centro de Visitantes da Floresta da Tijuca. Como os valores são muito altos, na ordem de 340 mil visitantes anuais, a amostragem de 228 questionários foi considerada satisfatória, na medida em que as principais perguntas fechadas e abertas foram se tornando recorrentes. Após a realização da primeira campanha de campo, alguns questionários foram descartados da amostra em virtude de falhas no preenchimento por parte dos visitantes. Os questionários passaram, então, a ser preenchidos perante a supervisão do próprio pesquisador, visando evitar a continuidade dos erros amostrais.

Os dados primários coletados em campanhas de campo foram tabulados e analisados estatisticamente através do *software Excel for Windows*.

## Principais Resultados

Através da pesquisa de campo foi possível caracterizar dois tipos de usuários da Floresta da Tijuca: um público “mais homogêneo”, usuários dos dias de semana, quando a área natural é frequentada por grupos organizados por agências de turismo, escolas e academias, além de frequentadores habituais que vêm praticar exercícios físicos ou vêm em busca de descanso, relaxamento e sossego; outro público, mais heterogêneo, formado por familiares/amigos, grupos de funcionários de empresas e clubes de caminhada, que buscam o parque durante os finais de semana e feriados como área de: lazer para prática de caminhadas, piqueniques em família, prática de esportes de aventura, treinamentos ao ar livre, contemplação e descanso. Esse último grupo, geralmente utiliza o automóvel como meio de transporte, o que acaba gerando impactos negativos na experiência de visitação e no ambiente visitado.

A maioria dos visitantes da Floresta da Tijuca é constituída pelo sexo masculino (54,39%) e suas atividades profissionais são bastante diversificadas, ocorrendo, porém, predomínio de algumas delas: profissionais liberais (38,16%); estudantes de diferentes níveis (12,72%); e professores (9,21%).

Com relação à renda familiar mensal dos visitantes entrevistados, 31,58% recebem mais de dez salários mínimos e 35,97% ganham até quatro salários mínimos, o

que demonstra a importância que a Floresta da Tijuca exerce como área de lazer gratuita e de fácil acesso para diferentes classes sociais, um espaço sociocultural democrático. Nos parques nacionais estudados por Kinker (2002), entretanto, a maioria dos visitantes tem nível superior e renda mensal entre R\$ 500,00 e R\$ 3.000,00, o que indica que não se trata de um turismo popular.

A faixa etária dos entrevistados é constituída, predominantemente, por indivíduos jovens: 65,70% dos visitantes apresentam idades entre 18 e 35 anos.

A maioria dos visitantes apresenta nível de escolaridade superior (61,40%), seguido de indivíduos com o ensino médio (29,82%) e de visitantes que têm nível de escolaridade baixo, ou não concluíram o ensino fundamental (5,26%). O nível cultural dos indivíduos deve ser um elemento balizador nos programas de Educação e Interpretação Ambiental em UC's.

Considerando que a amostra pesquisada era composta por visitantes residentes na cidade do Rio de Janeiro, a maioria desses visitantes era proveniente de bairros localizados no entorno dos limites territoriais do Parque, tais como: Tijuca, Jacarepaguá, Vila Isabel, Meier, Grajaú, Freguesia de Jacarepaguá, Laranjeiras e Barra da Tijuca. Os entrevistados procedentes desses bairros – limítrofes ao PNT – perfizeram um total de 42,98% dos visitantes. Kinker (2002) faz uma análise comparativa de três parques nacionais brasileiros – Aparados da Serra (RS/SC), Serra Geral (RS/SC) e Caparaó (MG/ES) – quanto ao manejo da visitação: em geral, a maioria dos visitantes vem dos Estados onde os parques estão localizados, caracterizando um turismo regional.

A Floresta da Tijuca apresenta uma considerável diversidade de grupos de visitantes, sendo que a maioria deles vem acompanhada de amigos (42,11%) e de familiares (24,12%).

Com relação ao número de pessoas que compõem os grupos de visitantes, 70,13% desses grupos são compostos de dois a quatro visitantes. Esses dados são de muito relevantes para a implantação de um Programa de Uso Público, pois é imprescindível que a gestão do Parque direcione atividades recreativas para cada grupo específico, passando a oferecer produtos e serviços segmentados.

Um número representativo de entrevistados, 36,84%, estava visitando a Floresta da Tijuca pela primeira vez, o que demonstra o seu grande potencial como área de lazer ainda inexplorado pela população carioca, particularmente.

Com relação aos visitantes “eventuais”, quer dizer, que estavam visitando a Floresta pela segunda vez ou aqueles que a visitam até três vezes ao ano, eles representaram 16,66% da amostra. Os indivíduos desses grupos são “visitantes”.

Por outro lado, 46,49% dos indivíduos que foram abordados são “frequentadores”, ou seja, utilizam o parque durante seu cotidiano com intuito de aliviar o “estresse”, refletir, aproveitar as condições ambientais favoráveis para a prática de exercícios físicos, para o convívio social entre outras motivações.

Esse último grupo pode ser decomposto por aqueles que frequentam a área de lazer da Floresta da Tijuca entre quatro e dez vezes por ano (14,47%) e por aqueles que a frequentam mais de dez vezes por ano (32,02%) (Figura 7).

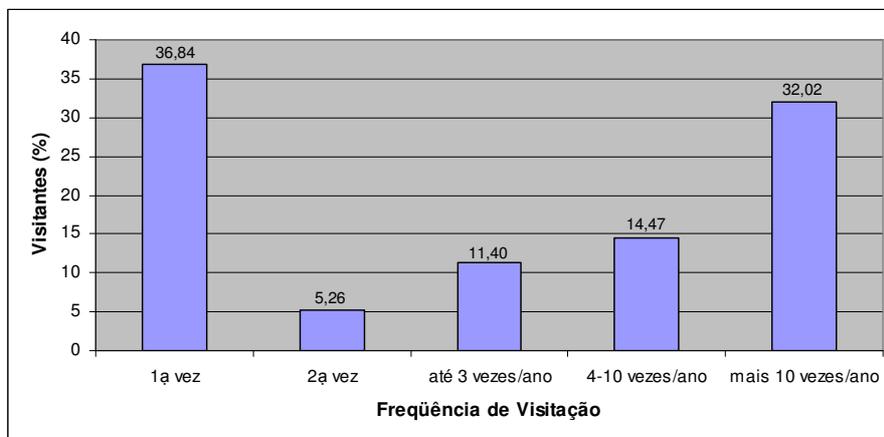


Figura 7 - Frequência de visitação dos entrevistados (%).  
Fonte: pesquisa de campo realizado por Malta (2008).

Dos “frequentadores” da Floresta da Tijuca, 21,95% visitam-na a menos de cinco anos. Se considerarmos somente os frequentadores há mais de dezesseis anos, chegaríamos a um indicador de 56,10%.

Isso representa uma área com forte atratividade em termos de lazer para usuários que buscam e valorizam um espaço que tem significado para eles, através de suas memórias, experiências e vivências.

Com relação ao tempo de permanência dos visitantes na Floresta da Tijuca: 51,76% desenvolvem suas atividades recreativas e ecoturísticas em intervalo de tempo, variando entre duas a quatro horas; 25% costumam permanecer no parque de quatro a seis horas; e 18,86% até duas horas (Figura 8).

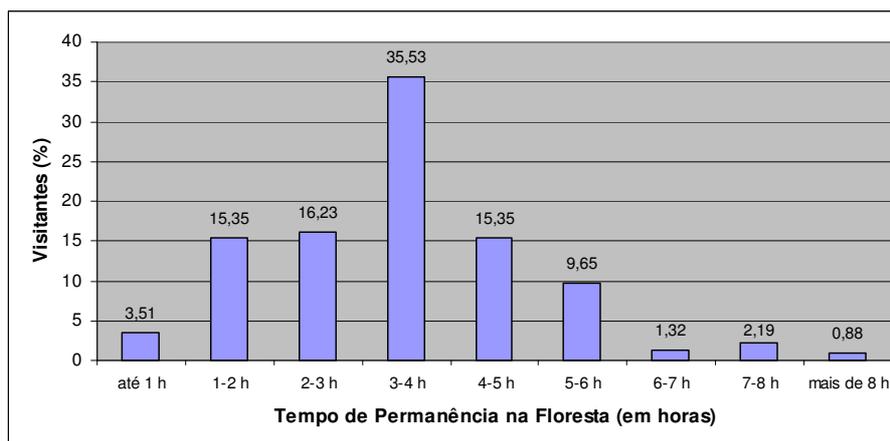


Figura 8 - Tempo de permanência dos visitantes entrevistados na Floresta da Tijuca (%). Fonte: pesquisa de campo realizado por Malta (2008).

Os principais motivos que levaram os visitantes a procurar a Floresta da Tijuca como área de lazer, recreação e Ecoturismo, foram: o passeio (28,52%), a contempla-

ção e o contato com a natureza (18,77%), e a vontade de “fazer trilhas” (18,05%) (Figura 9).

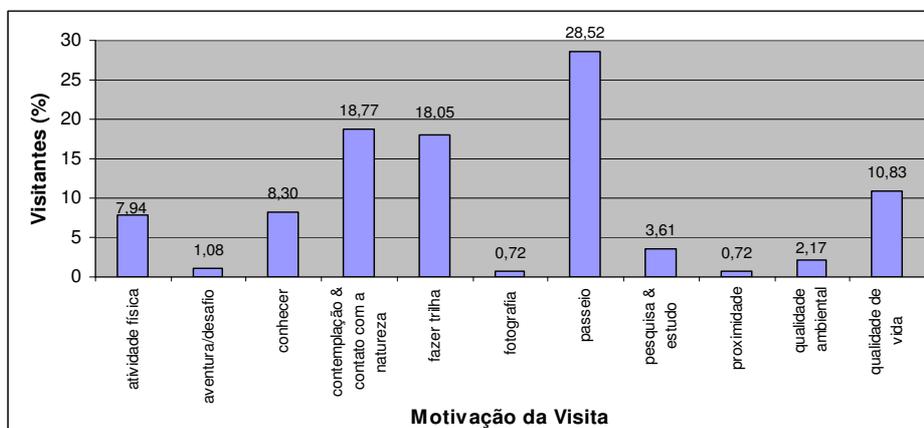


Figura 9 - Motivos que levaram os visitantes à Floresta da Tijuca (%).  
Fonte: pesquisa de campo realizado por Malta (2008).

O principal meio de transporte utilizado para chegar à Floresta da Tijuca é o automóvel (69,74%), seguido pelo ônibus (17,11%). Alguns visitantes utilizaram meios de transporte “combinados” para acessar o parque e voltar para locais de residência.

Questionados sobre as principais atividades realizadas, ou seja, as oportunidades vivenciadas na Floresta da Tijuca, a prática da caminhada foi o item que alcançou as maiores frequências relativas (45,71%). Outros itens que merecem menção foram: a observação da paisagem (12,24%), a fotografia (7,76%), a realização de piqueniques e churrascos (6,94%) e a prática de esportes e exercícios físicos (5,31%). As respostas (Figura 10) revelaram que o parque oferece uma ampla gama de atividades recreativas e ecoturísticas.

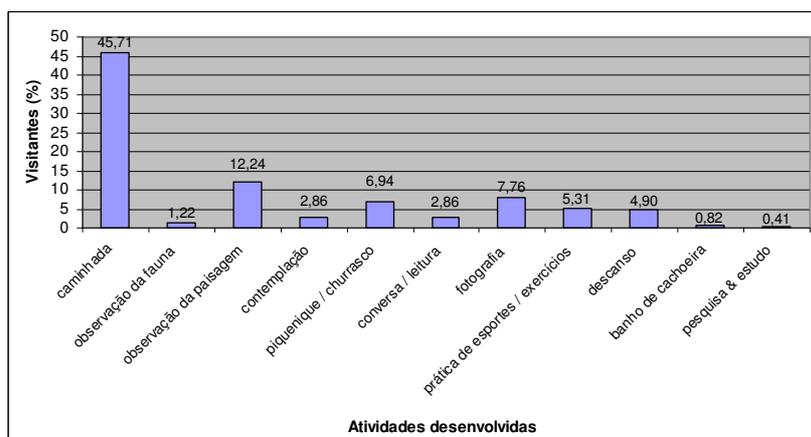


Figura 10 - Atividades desenvolvidas pelos visitantes entrevistados na Floresta da Tijuca (%)  
Fonte: pesquisa de campo realizado por Malta (2008)

O PNT apresenta uma complexa rede de trilhas – em sua maioria sinalizadas – , que oferece aos visitantes a oportunidade de desfrutar de mirantes, cachoeiras, grutas, ruínas, entre outros atrativos histórico-culturais e naturais. Por esse motivo, dentre as principais atividades desenvolvidas durante a permanência dos visitantes entrevistados, a caminhada foi o item mais declarado nas respostas.

## Conclusões

Os apelos ao Ecoturismo e à visitação pública em UC's, como os parques nacionais, têm crescido de forma significativa nos últimos anos. Entretanto, este aumento da demanda por áreas naturais e atividades recreativas, também gerou um aumento na degradação socioambiental – interferências físicas, bióticas e antrópicas (socioeconômicas). Para evitar isso, os gestores dessas áreas devem criar ferramentas capazes de manejar a visitação pública, tais como os Programas de Uso Público que têm por objetivo propiciar lazer, recreação e educação ambiental à comunidade, bem como despertar uma consciência crítica para a necessidade de conservação dos recursos naturais das UC's, além de esclarecer o público, em geral, sobre as responsabilidades, as dimensões e a importância dessas áreas na conservação da biodiversidade.

Para compor um Programa de Uso Público que atenda aos mais variados grupos de pessoas, é imprescindível que o gestor conheça as potencialidades e as limitações de sua unidade e o perfil de seus visitantes. Segundo Kinker (2002), o tipo de visitante que uma área natural protegida recebe e o seu tempo de permanência são determinados pela forma de manejo da visitação que é feita. É ideal que, em um Parque Nacional, se ofereçam opções variadas de atividades para públicos diferenciados.

Nesse sentido, o perfil e as reações dos visitantes da Floresta da Tijuca podem ajudar à administração do PNT a avaliar o atual uso público e promover a criação e/ou melhoria dos atrativos oferecidos, a partir de uma demanda real do visitante em termos de satisfação no desenvolvimento de serviços e atividades recreacionais e ecoturísticas

Entretanto, assim como em outros parques nacionais pesquisados por Kinker (2002), perde-se uma excelente oportunidade de envolver os visitantes com a natureza e com a realidade do PNT. Os visitantes não recebem informações com conteúdo educativo e não são usadas técnicas de interpretação da natureza. Em geral, os visitantes que procuram um Parque Nacional, para práticas de Ecoturismo e lazer na natureza, fazem-no com a expectativa de aprender sobre o meio ambiente visitado, e, para isso, esperam receber informações que enriqueçam sua visita. Os resultados de outra pesquisa realizada por Sant'Anna (2005) na Floresta da Tijuca também apontaram nessa direção. Mesmo aqueles visitantes que já têm algum conhecimento sobre a história do PNT e sua importância para a cidade do Rio de Janeiro, consideram que a administração do parque deveria fornecer mais informações para o visitante.

Tomando como base as sugestões para melhorias e as reclamações dos visitantes entrevistados, algumas recomendações foram indicadas:

- realizar serviços de manutenção nas ciclovias e nas estradas (pavimentadas)

internas, como também construir ao longo destas, pontos de apoio com instalações básicas, a exemplo de bebedouros e bicicletários – a maioria dos atuais bebedouros encontra-se desativado, e os bicicletários são precários – aparentemente, infraestrutura e serviços, sem manejo ou mal manejados, são inversamente proporcionais à qualidade da experiência do visitante (KINKER, 2002);

- adotar mecanismos que viabilizem a divulgação dos atrativos, funções e serviços oferecidos pelo parque – poderiam ser distribuídos folhetos informativos aos usuários, bem como comercializar *souvenires* com a imagem do parque, além de veicular a importância socioambiental do PNT através da mídia que se utiliza dos atrativos naturais, histórico-culturais e turísticos em suas programações;

- incrementar ou intensificar ações ligadas à educação e interpretação ambiental com os visitantes e as comunidades vizinhas, com o intuito de esclarecer como melhor utilizar as áreas de lazer do PNT, de ressaltar a importância desses locais, e de conscientizar os atores envolvidos em sua gestão – os visitantes dos três parques nacionais pesquisados por Kinker (2002) também afirmaram que gostariam de receber informações que enriquecessem sua visita;

- maior atuação na fiscalização e na segurança interna do parque, como forma de reduzir as ações que venham a degradar os recursos naturais e a causar prejuízos aos visitantes;

- instalação de uma lanchonete no Centro de Visitantes com preços “mais acessíveis”, de forma a atender a demanda do público mais jovem e com menor renda;

- apoiar o serviço de guiamento gratuito realizado pelo Setor de Ecoturismo, pois trata-se um serviço essencial de informação e conscientização ambiental do visitante;

- melhorar as condições de funcionamento dos sanitários públicos, que encontram-se ora fechados, ora em estado precário de uso;

- controlar o acesso demasiado de veículos na PNT nos finais de semana e feriados, pois o excesso de ruído (poluição sonora) prejudica a qualidade da experiência dos visitantes, assim como, primordialmente, a vida silvestre (fauna e a flora);

- incentivar a realização de cursos, eventos e palestras no Centro de Visitantes e divulgá-los para que a sociedade possa participar e se inserir nas discussões e capacitações técnicas, tornando-se sua aliada do parque; e

- valorizar e incentivar o trabalho do voluntariado e do pessoal de campo do PNT, que através de suas práticas de campo realizam melhorias nas trilhas e caminhos, manejam a flora e realizam mutirões mensais de limpeza dos rios, das trilhas e dos atrativos do parque. É, sem dúvida, uma outra forma de inclusão da sociedade no cotidiano do parque, onde o voluntário participa e interage com os funcionários e terceirizados.

Os resultados deste trabalho servem, portanto, para os gestores do PNT buscarem soluções para atender melhor às expectativas desses visitantes, demandadores de qualidade de vida e conservadores de qualidade ambiental, pois buscam não só um contato com a natureza, mas também uma oportunidade de aprender “novos valores” e ter “novas sensibilidades”.

## Referências bibliográficas

- BANDEIRA, C.M. **Parque Nacional da Tijuca**. São Paulo: Makron Books, 1993.
- BARROS, M.I.A Caracterização da visitação, dos visitantes e avaliação dos impactos ecológicos e recreativos do planalto do Parque Nacional do Itatiaia. 2003. 121 f. **Dissertação** (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.
- BARROS, M.I.A; DINES, Milton. Mínimo Impacto em Áreas Naturais: uma mudança de atitude. *In*: SERRANO, C. (Org.). **A educação pelas pedras**: Ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronos, 2000. p. 47-84.
- BRASIL, G. **História das ruas do Rio**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1963.
- BRASIL. **Lei Federal nº 9.985**, de 18 de julho de 2000.
- BUENO, C. Conservação de biodiversidade nos parques urbanos: caso do Parque Nacional da Tijuca. 1998. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 1998.
- CASTRO, R. C. L. A importância do perfil de visitantes para a gestão do uso público em unidades de conservação: um estudo de caso do parque estadual do Ibitipoca-MG. *In*: **Anais** do 1º Encontro de Ecoturismo em Unidades de Conservação – ECOUC. Rio de Janeiro, UERJ/GEA, 2005.
- COSTA, V.C. Análise do potencial turístico das regiões administrativas (RAs) de Campo Grande e Guaratiba - RJ. 2002. **Dissertação** (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- CUNHA E MENEZES, P. **Trilhas do Rio**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1996.
- CUNHA E MENEZES, P. **Novas Trilhas do Rio**. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 1998.
- DRUMMOND, J.A. **Devastação e preservação ambiental**: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro. Niterói: EdUFF, 1997.
- EUGENE, P. **Le tourisme**: destructeur ou protecteur de l'environnement? Paris: Espaces, 1980.
- FRANCO, M.A.R. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. São Paulo: Anablume: FAPESP, 2001. 296 p.
- FREITAS, W.K.; MAGALHÃES, L.M.S.; GUAPYASSÚ, M.S. Potencial de uso público do Parque Nacional da Tijuca. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 24, n. 6, pp. 1833-1842, 2002.
- FREIXÊDAS-VIEIRA, V. M.; PASSOLD, A. J.; MAGRO, T. C. Impactos do uso público: um guia de campo para utilização do método VIM. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. (2:2000: Campo Grande). **Anais...** Campo Grande: Rede Nacional Pró-unidade de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000 3v. p. 296-305.

IBDF. **Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil**. II Etapa, Brasília, IBDF, 1982.

IBDF/FBCN. **Plano de Manejo**: Parque Nacional da Tijuca. Brasília, 1981.

IPP - INSTITUTO MUNICIPAL PEREIRA PASSOS. DIRETORIA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS - DIG [On line.]. **Mapa de Favelas do município do Rio de Janeiro**. 2004. Armazém de Dados - IPP. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo. <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>>.

IPP - INSTITUTO MUNICIPAL PEREIRA PASSOS. DIRETORIA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS - DIG [On line.]. **Divisão de bairros do município do Rio de Janeiro e limites do Parque Nacional da Tijuca**. 2005. Armazém de Dados - IPP. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo. <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>>.

ISER. Perfil do usuário do Parque Nacional da Tijuca. *In*: ISER. **O Parque Nacional da Tijuca**. Contribuição para a gestão compartilhada de uma unidade de conservação urbana. Comunicações do ISER. Rio de Janeiro, n. 54, ano 19, 2000.

ISER/PNT. **Proposta de um modelo de gestão** participativa para o Parque Nacional da Tijuca. A problemática da ocupação humana no interior e no entorno do Parque Nacional da Tijuca. Consultora: Laila Souza Mendes. Maio 1999.

KINKER, S.M.D. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2002, 224 p. – (Coleção Turismo).

MALTA, R.R. Valoração dos serviços recreativos e ecoturísticos em unidade de conservação: o caso do Parque Nacional da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ. 2008. 199 f. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia, Rio de Janeiro, 2008.

MANNELL, R. C.; ISO-AHOLA, S. E. Psychological nature of leisure and tourism experience. **Annals of Tourism Research**, n. 14, pp. 314-331, 1987.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: metodologia, planejamento, execução, análise. 2 v., 2. ed., São Paulo: Atlas, 1994.

MEIRELLES FILHO, J. O equilíbrio entre a atividade econômica e a sustentabilidade. *In*: MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. (Org.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005.

MMA/IBAMA. **Marco conceitual das unidades de conservação federais do Brasil**. Brasília: MMA/IBAMA/Direc/GTZ, 1997.

MORLEY, C. L. What is tourism? **The Journal of Tourism Studies**. n.1, pp. 3-8, 1990.

NIEFER, I.A. Análise do perfil dos visitantes do Parque Nacional do Superagui e da Estação Ecológica Ilha do Mel. Marketing como instrumento para um turismo sustentável. 2002. 237 f. **Tese** (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

PEARCE, P.L.; MOSCARDO, G. Making sense of tourists' complaints. **International Journal of Tourist Management**, n. 5, pp. 20-23, 1984.

PEARCE, P.L.; MOSCARDO, G. Visitor evaluation: an appraisal of goals and techniques. **Evaluation Review**, n. 9, pp. 281-306, 1985.

SANT'ANNA, A. B. C. Perfil dos visitantes das trilhas da Floresta da Tijuca (Parque Nacional da Tijuca – RJ). In: **Anais do Iº Encontro de Ecoturismo em Unidades de Conservação – ECOUC**. Rio de Janeiro, UERJ/GEA, 2005.

SILVA, S.M.S.; REGO, J.F.; PIRES, P.S.; TELLO, J.C.R. Análise do perfil dos visitantes das comunidades de Maguari e Jamaraquá na Floresta Nacional do Tapajós e sua contribuição para a sustentabilidade do Ecoturismo. **Anais do Iº Encontro de Ecoturismo em Unidades de Conservação – ECOUC**. Rio de Janeiro, UERJ/GEA, 2005.

TAKAHASHI, L.Y. Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação pública em Unidades de Conservação do Estado do Paraná. 1998. **Tese** (Doutorado). Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

TAKAHASHI, L.Y. Uso Público em Unidades de Conservação. **Cadernos de Conservação**, ano 2, n. 2, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, out. 2004.

## Notas

<sup>1</sup> O presente trabalho faz parte da dissertação de mestrado, defendida por Malta (2008), no Programa de Mestrado em Geografia do Instituto de Geografia da UERJ.

<sup>2</sup> O SNUC foi instituído em 18 de julho de 2000, pela Lei nº 9.985, estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (BRASIL, 2000).

<sup>3</sup> Art. 7º, II, d 1º da Lei do SNUC.

<sup>4</sup> Nas linguagens dos índios, “tijuca” significa terreno argiloso e lamacento (BRASIL, 1963).

**Ricardo Rodrigues Malta:** Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Email: ricomalta14@ig.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1285607813813610>

**Nadja Maria Castilho da Costa:** Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Email: nadjagea@bol.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8646672305430213>

Data de submissão: 27 de junho de 2009

Data do aceite: 08 de setembro de 2009

**SEÇÃO**  
**RESENHAS**

**No mistério do sem-fim  
equilibra-se um planeta.**

**E no planeta um jardim  
e no jardim um canteiro  
no canteiro uma violeta  
e sobre ela o dia inteiro**

**entre o planeta e o sem-fim  
a asa de uma borboleta.**

**Cecília Meireles**



## Natureza, cultura e comunidade: as potencialidades de articulação do turismo de base comunitária

**Carlos Eduardo Silva**

Bartholo, R.; Sansolo, D. G.; Bursztyn, I. (orgs.). **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009 .



Refletindo a partir de uma visão sistêmica, na qual economia e o turismo aparecem interrelacionados e interdependentes, as comunidades não poderiam participar do processo de melhoria da sua qualidade de vida como meras expectadoras, mas sim, como agentes principais do processo de transformação dos meios de produção ultrapassados, em outros mais sustentáveis e articuladores da natureza e da cultura.

Incentivados e apoiados pelo Ministério do Turismo, através da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (SNPDTUR), e pela necessidade de reunir olhares e experiências sobre o turismo de base comunitária, Roberto Bartholo, Davis Gruber Sansolo e Ivan Bursztyn, pesquisadores que reúnem os ingredientes para a articulação das pessoas e dos saberes necessários para a empreitada, organizaram a obra “**Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**,

Através da Editora Letra e Imagem

A obra está dividida em duas partes, a primeira composta por 21 artigos, que versam sobre a diversidade de olhares para o tema da participação comunitária. A segunda parte da obra reúne um artigo e um conjunto de projetos que relatam as experiências brasileiras em turismo de base comunitária.

Após apresentação da obra, parte na qual os autores demonstram os resultados alcançados pelo Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS) e pelo Instituto Virtual de Turismo (IVT) desde 1996, inicia-se uma viagem, a cada capítulo, pelos saberes divididos pelos artigos que se seguem.

O primeiro deles elaborado por Carlos Maldonado relata “O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas” com o objetivo de desvendar as faces e explicar o surgimento do Turismo Rural Comunitário (TRC) na América Latina. O autor conclui que para que os povos possam ter uma vida digna se faz necessária a efetiva participação do governo no auxílio à busca do desenvolvimento dos indivíduos.

O organizador da obra e autor do segundo artigo, Roberto Bartholo, discute “Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária”.

Neste ponto percebe-se que o artigo é dotado de uma ampla e interessante revisão teórica sobre proximidade, pertencimento e as relações entre o lugar, o visitante e o popular. Has-san Zaoual nos traz sua contribuição ao escrever “Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições?” onde propõe um debate sobre a economia local no contexto do turismo, percebendo esse fenômeno nas transições entre concepções do turismo. Partindo do declínio do turismo de massa e chegando as diversas faces daquilo que os se convencionou chamar de “um novo turismo”, que se relaciona com os conceitos de sustentabilidade.

Ivan Bursztyn, Roberto Bartholo e Mauricio Delamaro refletem sobre os beneficiários e os impactos negativos da atividade em “Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil”. Os autores defendem alternativas para o turismo unicamente focado no desenvolvimento econômico, e trazem a discussão sobre o papel eminentemente importante dos atores e saberes locais em sua autotransformação. Acompanhando essa linha de raciocínio, Rita de Cássia Ariza da Cruz, traz reflexões teóricas, fundamentadas inicialmente em Trotsky, ao brindar a obra com o artigo denominado “Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira”.

A pesquisadora Marta de Azevedo Irving participa da obra com “Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?”, onde apresenta o histórico do marginalizado conceito de turismo comunitário, e defende uma evolução inovadora e criativa no turismo, colocando as comunidades no centro do processo decisório e de ação.

Um dos organizadores da obra, Davis Gruber Sansolo, discute o “Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil” concluindo que se faz necessária uma ampla quebra de paradigmas no cerne da gestão e das políticas públicas relacionadas com a conservação da biodiversidade e das paisagens brasileiras, ícones necessários para o novo turismo tão desejado.

O Turismo Rural Comunitário abordado por Carlos Maldonado no início da obra volta a ser discutido em “Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro” através das percepções de Davis Gruber Sansolo e Ivan Bursztyn, com o diferencial de inserir as possibilidades de mensuração pelo uso dos indicadores aplicados à temática.

“Patrimônio cultural, turismo e identidade s territoriais: um olhar geográfico” é a contribuição de Maria Tereza Duarte Paes, que apresenta a íntima relação entre o turismo e a proteção do patrimônio histórico e arquitetônico brasileiro como ícones de uma cultura admirável e atrativa.

Gustavo Vilella da Costa, Helena Catão e Rosane Prado apresentam a “Praia do Aventureiro: um caso *sui generis* de gestão local do turismo” objetivando apresentar o caso de turismo comunitário, percebidos nesta praia localizada em Ilha Grande, Estado do Rio de Janeiro, onde a comunidade desta praia, única na ilha, gerencia o processo comunitário de turismo. Outro caso interessante é narrado por Fernanda Carneiro e Roberto Bartholo em “Descubra a tradição de um lugar: o encontro entre nativos e biribandos em Trancoso, sul da Bahia”. Neste artigo, fruto da tese de doutorado de Fernanda Carneiro é realizada uma reflexão sobre o encontro entre

nativos e viajantes ocorrido em Trancoso (Sul da Bahia) nos anos de 1970. O artigo faz uma reflexão sobre a identidade e tradição do lugar. A autora Ana Bauberger Pimentel apresenta o pensamento de Marcel Mauss sobre a dádiva e sua eminente relação com a hospitalidade na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil ao escrever o artigo “Dádiva e hospitalidade no sistema de hospedagem domiciliar”.

Saindo da cidade maravilhosa, viajamos até os territórios indígenas com Rosana Eduardo da Silva Leal que apresenta “O turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico” refletindo sobre o processo de aculturação e concluindo que a etnicidade construída pelos povos indígenas contemporâneos potencializa o desenvolvimento do turismo. Outro território indígena discutido na obra é o arquipélago do Marajó, PA, que apesar de ser um ícone internacional do turismo brasileiro, apresenta alguns dos piores índices de desenvolvimento humano da região, este debate é proporcionado por Maria Goretti da Costa Tavares em “Turismo e desenvolvimento na Amazônia brasileira: algumas considerações sobre o arquipélago do Marajó (PA)”. Ivani Ferreira de Faria continua o debate ampliado sobre territórios indígenas em “Ecoturismo, cultura e participação: gestão do território indígena no alto Rio Negro” apresentando tipos de impacto possíveis e diferentes formas de participação, que vão do controle do Estado ao envolvimento efetivo das comunidades.

O pensamento regionalizado deixa a Amazônia e chega ao Nordeste brasileiro com Luzia Neide Coriolano que escreve “O turismo comunitário no nordeste brasileiro”. Neste artigo a autora debate a revalorização do Nordeste e as demandas por lazer, que culminaram em conflitos entre o interesse imobiliário e as possibilidades de desenvolvimento das comunidades locais. Outro caso nordestino apresentado nesta obra é o da Prainha do Canto Verde (Ceará), elaborado por Teresa Cristina de Miranda Mendonça. A autora reflete sobre a responsabilidade dos diversos públicos para com o local em “Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde: uma solução em defesa do local herdado”. Flávia Ferreira Mattos aumenta as perspectivas de debate sobre o turismo comunitário em “Ecoturismo e inclusão social na Resex Marinha do Delta do Parnaíba (MA/PI): tendências, expectativas e possibilidades” artigo no qual a autora conclui que, embora exista grande potencial para o ecoturismo nesta região, são necessárias ações mais efetivas de relacionamento das comunidades com as políticas de conservação da natureza.

“Turismo e população dos destinos turísticos: um estudo de caso do desenvolvimento e planejamento turístico na Vila de Trindade - Paraty/RJ” é apresentado por Alexandra Campos Oliveira, que discute sobre o potencial paisagístico de todas as áreas de Paraty, em especial a Vila de Trindade. A autora analisa a história e os impactos do turismo no local, destacando a participação da população nesta trajetória.

A cultura do povo quilombola é apresentada no artigo de Anelize Martins de Oliveira e Marcelo Marinho intitulado “Comunidade quilombola de Furnas do Dionísio: aspectos relacionais entre cultura, turismo e desenvolvimento local”. Neste trabalho, os autores discutem a relação entre cultura e desenvolvimento, e apresentam o valor histórico-cultural de Furnas do Dionísio, município de Jaraguari, Estado do Mato Grosso.

Enrique Sergio Blanco enfatiza a relação entre o turismo e a agricultura em “O turismo rural em áreas de agricultura familiar: as ‘novas ruralidades’ e a sustentabilidade do desenvolvimento local”. Neste artigo aborda-se o novo conceito de ruralidade, que deixa de ser apenas ‘produtora de alimentos’ e commodities e passa a conceber uma interrelação com outras atividades socioeconômicas. O trabalho traz ainda o caso das rotas turísticas do município de Dois Irmãos e região, no Rio Grande do Sul.

A segunda parte da obra é iniciada pelo artigo de Kátia Silva, Rodrigo Ramiro e Breno Teixeira intitulado “Fomento do Turismo de Base Comunitária: a experiência do Ministério do Turismo”. Eles abordam o histórico do Ministério do Turismo e seu crescente envolvimento ao longo da história com a concepção do turismo comunitário. Apresentando ainda os principais resultados das políticas públicas implementadas ao longo dos anos.

A segunda parte da obra é completada com a lista descritiva e individualizada dos projetos aprovados no âmbito do Edital MTur 001/2008. Enfim, trata-se de uma obra bastante abrangente, e com potencial de multiplicação de seus conhecimentos. Traz ao leitor a teoria e a realidade, e demonstra a necessidade de ter os atores e os saberes no centro do processo, ou seja, ter efetivamente o turismo de base comunitária inserido nas políticas de desenvolvimento deste país. A obra deixou de abordar características importantes, no que diz respeito às potencialidades econômicas do artesanato e da culinária local, bem como não aprofundou uma discussão sobre a capacitação destas comunidades para uma melhor gestão do processo. No entanto, estas demandas críticas não desmerecem a contribuição da obra, que possui o mérito de reunir numa mesma edição as mais atuais experiências e saberes sobre o tema, e pode instigar novos pesquisadores a produzir mais estudos ou aprofundar os aqui apresentados.

**Carlos Eduardo Silva:** Instituto Socioambiental Árvore, Faculdade Ages.

Email: carlos@arvore.org.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3700554054159220>

Data de submissão: 21 de setembro de 2009

Data de aceite: 21 de setembro de 2009